

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR D
FAZENDA PÚBLICA DO DF**

Distribuição 2013 01 1 132169-8(aieatoria) 06/09/2013 13 30 3"
Distribuição CNJ 0007376-60 2013 8 07 0018 Data prot 06/09/2013
Vara 118 - 8 VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
Classe 7 - Procedimento Ordinário
Requerente SANTOS E PRADELA NEGOCIOS E TRANSPORTES LTDA
Requerido SACHA BRECKENFELD RECK e outros
1 - Brasília Supervisor(a) Alexandre Tavernard

SANTOS E PRADELA NEGOCIOS E TRANSPORTES LTDA., sociedade empresaria limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 11.565.460/0001-83, estabelecida no STRC/Sul, Área Especial. Trecho 01, conjunto B, Lote 08, sala 106, 1º andar, CEP: 71.215-100, Brasília - DF, representado por sua sócia **Camila Ignez Pradela de Oliveira**, brasileira, casada, empresaria, portadora da cédula de identidade nº. 3065433 SSP/DF e inscrita no CPF sob o nº. 221.081.138-43, residente e domiciliada nesta capital, por intermédio de seus advogados devidamente constituídos, vem com devido respeito e acatamento perante Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DECLARATORIA DE NULIDADE DE ATOS
ADMINISTRATIVOS COM PEDIDO DE LIMINAR**

Em face de **SACHA BRECKENFELD RECK**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 69271529 PR e do CPF nº 037.213.499-89, residente na rua São Pedro, nº 061, apt. 1301, Bairro Cabral, Curitiba-PR.

de **GUILHERME SALES GONÇALVES**, brasileiro, separado judicialmente, advogado inscrito na OAB/PR sob o nº 21.989, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 10º e 18º andar, Curitiba, PR, CEP 80420-210.

do **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio de sua **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - ST/DF**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no



CNPJ sob o nº 00.394.726/0001-56, com Sede no Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, Brasília-DF, CEP 70.075-900.

de **JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO**, Secretário de Estado de Transportes, inscrito no CPF nº 289.503.990-91, no mesmo endereço da ST/DF.

de **LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA**, Subsecretário de Políticas de Transporte e Trânsito – SUPOTT/ST/DF, inscrito no CPF nº 188.500.496-68, no endereço Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar, Sala 1503, CEP 70.075-900.

de **GALENO FURTADO MONTE**, Presidente da Comissão Especial de Licitação da Concorrência nº 01/2011 ST/DF, inscrito no CPF nº 048.622.363-91, no endereço Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar, Sala 1509, CEP 70.075-900.

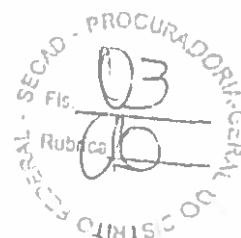
da **VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 54.360.623/0001-02, com sede na Est. Antônio Abdalla, nº 235, Jardim Califórnia, Piracicaba, SP, CEP 13.424-700, por intermédio de seus representantes legais.

da **VIAÇÃO PIONEIRA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.830.982/0002-43, com sede na A QNO 23, área especial 8, sala “A”, Setor “O”, Ceilândia, DF, CEP 72.262-300, por intermédio de seus representantes legais.

da **AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76557867/0001-04, com sede na Rua Tefté, 687, Bom Retiro, Curitiba, PR, CEP 80520-110, na pessoa de seus responsáveis.

e do **CONSÓRCIO HP-ITA**, composto pelas empresas **HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.** e **ITA EMPRESAS DE TRANSPORTES LTDA.**, na pessoa de seu representante legal, com sede na Avenida Marginal Norte, número 216, Setor Marechal Rondon, Goiânia- GO.

PELAS RAZOES DE FATO E DE DIREITO A SEGUIR EXPOSTAS:



HISTORICO DOS FATOS

O executivo do Distrito Federal emitiu o Edital de Licitação de Concorrência Publica nº 001/2011, para concessão do transporte publico local, a ser explorado por cinco empresas, dividido os lotes em 5 bacias geográficas.

Em março de 2012 foi feita a reabertura do edital de Licitação de Concorrência Publica nº 001/2011. Posteriormente, em agosto de 2012 foi republicado o edital de Licitação de Concorrência Publica nº 001/2011, sendo que 9 empresas concorreram.

Na data de 14/09/2012 foi realizada a sessão de abertura dos envelopes de habilitação da Concorrência. Após as considerações e apontamentos, foram inabilitadas as empresas: 1) Consorcio Brasília, 2) Consorcio Distrito Federal e Transportes Urbanos, 3) Viplan – Viação Planalto LTDA, 4) Santos e Pradela Negócios e transportes LTDA, 5) Planalto Rio Preto Transportes Coletivos LTDA, 6) Empresa de transporte Vera Cruz LTDA ME e habilitadas as empresas: 1) Viação Cidade Brasília LTDA, 2) Viação Pioneira LTDA e 3) Expresso São Jose LTDA.

A inabilitação do Consorcio Brasília se deu entre outras razões pelo fato de que ao apresentar a documentação referente às demonstrações contábeis, a consorciada RAPIDO VENEZA LTDA, não apresentou comprovante de entrega dos arquivos perante a Receita Federal. Já a inabilitação do Consorcio Distrito Federal e Transportes Urbanos se deu entre outras razões pelo fato de apresentar balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício em desacordo com as exigências do edital.

A inabilitação da Viplan – Viação Planalto deu entre outras razões pelo fato de apresentar declaração da licitante, não informando o nome, cargo, endereço e telefone de funcionário do órgão emitente do atestado que possa prestar, caso necessário, esclarecimentos sobre o documento em caso de diligencia da comissão e também por deixar de apresentar Certidão Negativa de Falência, concordata e recuperação judicial.

A inabilitação da Santos e Pradela Negócios e transportes LTDA se deu por apresentar atestados que não foram homologados pelo DFTrans. e, segundo informações fornecidas por essa ultima autarquia nos processos administrativos 0098-004881/2012 e 0098-004883/2012, as subcontratações em questão não foram submetidas ao conhecimento e anuência prévios do Poder Concedente, sendo nulas, de pleno direito e, inaptas, portanto, a produzir qualquer efeito.

A inabilitação da Planalto Rio Preto Transportes Coletivos LTDA se deu entre outras razões pelo fato de apresentar atestado que não foi homologado pelo DFTrans. e, segundo informação fornecida por essa ultima autarquia no processo administrativo 0098-004881/2012, a subcontratação em questão não foi submetida ao conhecimento e

09/1
04
00
DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
RECEBUE

091

anuência prévios do Poder Concedente, sendo nulas, de pleno direito e, inapta, portanto, a produzir qualquer efeito. A inabilitação da Empresa de transporte Vera Cruz LTDA ME se deu entre outras razões pelo fato de deixar de apresentar as informações exigidas no item 21.4.1.1.4 do Edital.

Em face do julgamento acima mencionado, as 6 empresas inabilitadas entraram com recursos, inconformadas com a decisão. Diante desses recursos, foram apresentadas impugnações pela Expresso São Jose Ltda.; Viação Pioneira Ltda.; Consorcio Brasília; Viação Cidade Brasília Ltda. e Viplan, sendo que a Viplan apresentou, além do recurso mencionado, dois requerimentos.

Posteriormente a Comissão Especial de Licitação em seu relatório, apreciou os recursos, impugnações e requerimentos. Emitiu seu julgamento afirmando ter estabelecido motivações acerca de todos os pontos suscitados pelos preponentes. Concluiu, por fim, pelo provimento parcial e pelo desprovimento dos recursos. Ante ao julgamento dos recursos, a Comissão decidiu pela habilitação da Viação Pioneira Ltda., nos lotes 1, 2, 3, 4 e 5; e da Expresso São Jose Ltda., nos lotes 1, 2, 3, 4 e 5 e pela inabilitação do Consorcio Brasília, Consorcio Distrito Federal e Transportes Urbanos, Viplan - Viação Planalto LTDA, Santos e Pradela Negócios e transportes LTDA, Planalto Rio Preto Transportes Coletivos LTDA, Empresa de transporte Vera Cruz LTDA ME e Viação Cidade Brasília LTDA.

Em seguida, após análise de recursos e questionamentos foram declaradas vencedoras da Licitação as empresas Viação Pioneira Ltda. e Expresso São Jose Ltda., com assinatura dos contratos em 28/12/2012.

Em janeiro de 2013 foi republicado o edital de Licitação de Concorrência Publica nº 001/2011, visando a contratação de mais 3 bacias restantes do edital 001/2011.

Após a reabertura, no dia 04/02/2013 foi feita a sessão publica de entrega de documentação e propostas financeiras, onde varias empresas entregaram os envelopes de habilitação e das propostas.

Cabendo ainda salientar que tendo em vista a entrega das documentações e propostas todas lacradas e assinadas pelos proponentes, o Presidente da Sessão declarou encerrada a fase de recebimento dos envelopes de habilitação e das propostas.

Dias depois a Secretaria de Transporte juntamente com o Presidente da Comissão de Licitação, após a análise de recursos, impugnações e considerações feitas pelas empresas, habilitaram as empresas Auto Viação Marechal e o Consorcio HP-ITA e inabilitaram as empresas Viação Piracicabana, Consorcio Grupo Empresarial SOGIMA, Transportes OK, Taguatur, Viplan, Viação Cidade Brasília, COOPERBRASIL, Consorcio Metropolitano e Empresa de Transportes Vera Cruz.



04

A inabilitação da Viação Piracicabana se deu entre outras razões pelo fato de apresentar certidão positiva, com anotação da Secretaria de Fazenda – SEFAZ com efeito de negativa, mas que não foi confirmada pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo através do CRDA nº 2958168, não atendendo as exigências do item 21.3.1.4 do edital. E por apresentar demonstrações contábeis firmadas apenas por um dos administradores, em desatendimento ao contrato social da empresa, pois a irregularidade dos documentos contábeis apresentados pela licitante impede a apuração idônea do calculo, tornando prejudicada a avaliação do índice de endividamento geral da licitante.

A inabilitação da Consorcio Grupo Empresarial SOGIMA se deu entre outras razões pelo fato de que o atestado de capacidade técnica apresentado pela consorciada Cooperativa de Transportes Alternativos de Taguatinga e Ceilândia não comprova a prestação do serviço em nome próprio, pertinente e compatível com o objeto licitado, qual seja, serviço publico de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, nem a existência de subconcessão ou subcontratação de tais serviços autorizada pelo respectivo Poder Concedente. Ademais, o atestado não foi emitido por pessoa jurídica de direito publico ou privado prestadora de serviço publico, não sendo o mero pedido de homologação do atestado suficiente para suprir a falta de comprovação de subconcessão ou subcontratação.

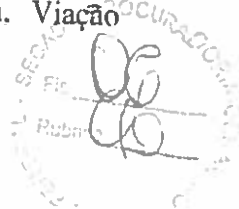
A inabilitação da Transportes OK se deu entre outras razões pelo fato de apresentar somente a ultima alteração contratual, não consolidada, desacompanhada da versão original e demais alterações do contrato social, impossibilitando a verificação das demais clausulas que não foram revogadas pela ultima alteração.

A inabilitação da Taguatur se deu entre outras razões pelo fato de apresentar certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da cidade de São Luís-MA e não da sede da licitante, São Jose do Ribamar-MA.

A inabilitação da Viplan se deu entre outras razões pelo fato de deixar de apresentar certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial.

A inabilitação da Viação Cidade Brasília se deu entre outras razões pelo fato de que a licitante apresentou em nome próprio somente um atestado nos termos exigidos pelo edital para a comprovação da qualificação técnica, o qual não atende os quantitativos mínimos de passageiros de transportes. Atestados de serviços prestados por outras empresas, ainda que possuam os mesmos sócios, ou que utilizem veículos da licitante, não são provas da capacidade da empresa licitante.

Após a publicação do julgamento da habilitação publicado no DODF em 04/03/2013, foram interpostos recursos pelos seguintes proponentes: Viação Piracicabana Consorcio Grupo Empresarial SOGIMA, Transportes OK, Taguatur, Viplan, Viação



Cidade Brasília, COOPERBRASIL e Consorcio Metropolitano. Diante desses recursos foram apresentadas impugnações pelo Consorcio HP-ITA, Viação Piracicabana, Auto Viação Marechal, VIPLAN, Viação Cidade Brasília, COOPERBRASIL, Consorcio Grupo SOGIMA. Em seguida a Comissão Especial de Licitação apreciou os recursos e impugnações apresentadas e decidiu pela habilitação da Auto Viação Marechal, Consorcio HP-ITA e Viação Piracicabana.

Ocorre que pela análise dos autos pode-se concluir que a habilitação das empresas Auto Viação Marechal, Consorcio HP-ITA e Viação Piracicabana se deu de forma irregular, tendo em vista a inclusão de novos documentos das empresas nos autos do processo de licitação após a fase de encerramento das propostas e habilitações em substituição aos documentos originais, inclusive havendo a renumeração dos autos sem qualquer justificativa dos membros da comissão.

Por conseguinte houve a assinatura dos contratos com as respectivas empresas habilitadas, 2 empresas em 2012 e 3 empresas em 2013.

Oportuno ainda esclarecer que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados foi quem prestou assessoria jurídica em todo processo licitação, atuando, inclusive, na análise de impugnações e recursos das concorrentes, sendo responsável pela resposta de todas as impugnações feitas durante a licitação. A atividade desempenhada por eles junto ao processo licitatório, se deu pela contratação da LOGITRANS (tendo como presidente *Garrone Reck*) que contratou a Arcadis Logos que contratou o escritório de Sacha Reck (filho de *Garrone Reck*), informações essas extraídas do documento emitido pelo Secretario de Transportes que esclarece a uma deputada a contratação do escritório na presente licitação.

A LOGITRANS segundo informações da secretaria de Transportes foi a empresa contratada pelo BID, que na época detinha um acordo de cooperação com o Governo do DF, com a finalidade de elaborar as propostas e reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público. Ocorre que após o fim do acordo de cooperação com o BID a secretaria de transporte resolveu dar continuidade ao contrato com a LOGITRANS e a mesma continuou atuando na licitação, detendo assim desde a data anterior da licitação, informações privilegiadas a respeito da licitação de transporte publico do DF.

Esclarecendo ainda que ate a presente data não de visualizou o contrato escrito entre a Arcadis Logos e o escritório, tampouco seu objeto, apenas uma proposta enviada pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados para a Arcadis Logos informando inclusive a equipe técnica bem como as atividades desenvolvidas, como elaboração de minutas, respostas a esclarecimentos e impugnações, defesas no procedimento

PROCURADORIA GERAL
FIS. 07
P. 00

licitatório, defesas, contestações e intervenções judiciais e junto ao TCDF.

Ocorre ainda que os advogados do escritório não exerceram apenas a função de simples consultoria jurídica para a Comissão de Licitação, é possível afirmar que a licitação foi totalmente conduzida pelos advogados, que emitiam pareceres, respondiam as impugnações e esclarecimentos, bem como adjudicação das empresas, atuando também na esfera judicial com a defesa dos atos da licitação, sem qualquer contrato direto com a administração pública, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação.

Afora isso, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados tem aparente conflito de interesses ao certame, uma vez que patrocina causas de interesse de empresas envolvidas no certame, conforme documentos em anexos, bem como procurações e outros.

Imperioso destacar ainda que a participação e vitória das empresas Viação Piracicabana Ltda., Viação Pioneira Ltda e Viação Marechal foram viabilizadas desde o começo da licitação, através de articulações feitas pelo senhor Garrone Reck representante da Logitrans e seus familiares e pelo escritório do senhor Sacha Breckenfeld Reck, entre varias outras pessoas que participaram do certame.

Oportuno esclarecer que a Expresso União Ltda., a Viação Piracicabana Ltda. e a Viação Pioneira Ltda. têm sócios e administradores comuns, nas empresas e nos grupos. Além disso, elas também se revezam nas cotas societárias e administração umas das outras, bem como de seus respectivos grupos econômicos. Isso é perfeitamente comprovado pelas fichas cadastrais e certidões simplificadas anexas à petição.

Verifica-se, contudo, que diversas irregularidades foram praticadas durante toda licitação, que macularam sua condução e as contratações firmadas, entre elas:¹

- a) Elaboração dos estudos de viabilidade econômica do transporte do DF, bem como do edital de licitação 01/2011 com critérios subjetivos, com intuito exclusivo de beneficiar as empresas ligadas de forma direta ou indireta ao escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e as empresas do senhor Garrone Reck.
- b) Conhecimentos privilegiados pela empresa LOGITRANS representada por Garrone Reck, responsável pelo estudo de viabilidade que ensejou a licitação, com posterior

¹ DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 11/2013. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 05 jun. 2013. p. 55.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 01/2012. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 02 jan. 2013. p. 24.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 007/2013. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 29 abr. 2013. Retificado em 02 maio 2013. p. 64.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 008/2013. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 29 abr. 2013. Retificado em 02 maio 2013. p. 64.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 02/2012. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 02 jan. 2013. p. 24.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
FICHA DE REGISTRO
RUBRICADA
08/06/2013

assessoria jurídica e condução de licitação pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados na licitação;

- e) Condução de todo o processo licitatório por pessoa sem vínculo algum com a Administração e com claro conflito de interesses: o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação.
- d) O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados que conduziu toda licitação, também é patrono de causas de algumas empresas vencedoras no certame;
- e) Adjudicação e contratação de mais de um lote da licitação por empresas com interesse econômico comum, a despeito da vedação constante do edital e demais normas aplicáveis;
- f) Quebra do sigilo das propostas pela exigência, na qualificação técnica, de atestado homologado pelo DF/TRANS, autarquia vinculada à ST/DF.
- g) Retardamento no cumprimento de decisões judiciais no curso da licitação, com exclusivo interesse de habilitar apenas empresas ligadas ao senhor Sacha Breckenfeld Reck.
- h) Preços superfaturados, tendo em vista a Secretaria de Transportes ter alegado sigilo e não ter disponibilizado o orçamento detalhado e os memoriais de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo estimado de viagem e após o resultado pôde ser verificado a baixa competitividade do certame e as tarifas técnicas vencedoras próximas ao teto fixado no edital, sendo duas coincidentes com a tarifa máxima.
- i) Inclusão de documentos novos nos autos do processo de licitação, após o encerramento da entrega das propostas e documentos de habilitação.
- j) Edital não atendeu a obrigatoriedade prevista em lei federal e distrital de no mínimo duas empresas para exploração de cada linha ou trecho;

Muitos desses fatos são notórios, divulgados reiteradamente na mídia. A insatisfação se tornou pública, noticiada por entidades civis perante os órgãos de Controle.

O próprio Ministério Público do Distrito Federal, em diversas oportunidades, pronunciou-se sobre as ilegalidades constatadas na licitação em comento, para suspensão e posterior anulação dos contratos com empresas vencedoras do certame.

A lesão é de tamanha gravidade que, além de ter sido frustrada a competitividade do certame, existem elementos persuasivos de prova em relação à violação da impessoalidade e moralidade da sua condução.



DO DIREITO

Consoante os princípios norteadores da licitação, de que aduz a Lei nº 8.666/93, a licitação é um procedimento que se caracteriza por ser administrativo e formal, devendo escoimar vícios de preferências, assim como, privilégios aos partícipes.

Indubitavelmente, a requerente, ao participar de licitações de mesmo objeto, cuja contratação não se efetivou sob os comandos de direção do mesmo empresário, ora vencedor da licitação em comento, traduz uma aparente vantagem e preferência no tocante ao objeto a ser contratado.

Por essas razões, a presente licitação não se reveste dos critérios de impessoalidade, moralidade e legalidade a que dispõe o art. 3º da Lei nº 8.666.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – NOVACAP – EMPRESA PARTICIPANTE – EX-MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO – EXONERAÇÃO DO CARGO PÚBLICO ANTES DA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO.

1. Consoante os princípios norteadores da Lei nº 8.666/93, o processo licitatório deve ser amparado por critérios de impessoalidade, moralidade e legalidade.
2. Havendo indícios de que a licitação encontra-se escoimada em vantagem ilícita a um dos partícipes, impõe-se a suspensão do contrato administrativo decorrente do edital de licitação, por afronta aos princípios legais.
3. Deu-se provimento ao agravo de instrumento.

Ao analisar as razões expostas pela Comissão de Licitação para inabilitar as empresas nos julgamentos, verifica-se que os argumentos utilizados extrapolaram os critérios objetivos expostos no edital, aprofundando em critérios subjetivos, como por exemplo, foi exposto na inabilitação do Consorcio Brasília a respeito da alteração contratual em que houve um erro de assinatura pelas sócias, fato este que foi minuciosamente analisado pela Comissão, o que causa inclusive estranheza pela riqueza de detalhes.

Verifica-se, portanto que as empresas foram inabilitadas pelas mais diversas motivações que foram pontuadas em cada uma, porém em muitas não tiveram a fundamentação jurídica correspondente e nem o item do edital ao qual estava sendo violado, situação esta que vai de encontro ao princípio do julgamento objetivo aplicado ao procedimento licitatório.

A comissão de licitação deveria seguir as normas definidas na lei e no ato convocatório, afastando a incidência de características subjetivas dos avaliadores e dos avaliados.

Ocorre que houve a inclusão de novos documentos das empresas Auto Viação Marechal, Consorcio HP-ITA e Viação Piracicabana nos autos do processo de licitação após a fase de encerramento das propostas e habilitações, em substituição aos



14
documentos originais, inclusive havendo a renumeração dos autos, sem qualquer justificativa, havendo total favorecimento a essas empresas com tal conduta.

Por conseguinte, diante das diversas motivações que foram apresentadas para inabilitar as empresas apresentadas, torna-se até instigante conhecer a perfeição dos critérios das empresas habilitadas. Porém o que se pretende apresentar Excelência é a situação de desvantagem existente nas avaliações das empresas, em que de certo foram utilizados critérios de "dois pesos e de duas medidas" para habilitar e inabilitar, com suposto tratamento privilegiado para as empresas que obtiveram êxito na licitação.

Após a análise da legislação aplicada ao procedimento licitatório, bem como ao observar minuciosamente os fatos que compuseram a presente licitação, pode-se constatar vestígios da existência de fraudes no certame, fatos estes que podem ter beneficiado algumas empresas em detrimento de outras que foram banalmente inabilitadas pelos mais diversos motivos e que findou-se na consagração como vitoriosas de algumas outras empresas.

Cabe ao Estado, em casos que haja qualquer tipo de questionamento à aplicação da isonomia e de outros princípios norteadores da licitação, usar do princípio da proporcionalidade afim de que não sejam comprometidos o nem o interesse público nem a equidade entre os concorrentes, para que assim a licitação ocorra de forma justa e que venha a sanar as necessidades que ela se propõe.

Em caso de comprovadas irregularidades maiores, com ofensa direta não só a isonomia mas também a moralidade e a probidade administrativa, o processo licitatório deve ser considerado nulo, pois uma ofensa desse porte retira dela suas características principais de legalidade e concorrência leal em busca do melhor para o Estado.

DA VEDAÇÃO DO EDITAL DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS PERTENCENTES A UM MESMO GRUPO ECONOMICO

O instrumento de convocação da licitação proibia a adjudicação de mais de um lote à mesma empresa, consórcio de empresas ou empresas com interesse econômico comum ou grupo econômico.

As concorrentes, com a firme intenção de se esquivar dessa regra do edital:

- a) promoveram alterações contratuais, excluindo e incluindo sócios umas das outras; e
- b) tinham, na sua empresa e respectivo grupo econômico, sócios e administradores comuns aos da empresa ou grupo econômico do outro lote adjudicado.



164

A empresa Piracicabana e a empresa Viação Pioneira foram habilitadas de forma irregular afrontando o instrumento convocatório previsto no item 16:

EDITAL:

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

A empresa Piracicabana e a empresa Viação Pioneira Ltda fazem parte de um grupo econômico que tem como ligação a empresa Expresso União Ltda, que não participou da licitação para camuflar a real ligação entre as três empresas, fato este que vai de encontro ao item 16.1.5, que veda a participação de duas empresas que participem do mesmo grupo econômico, mesmo que seja concorrendo a bacias diferentes.

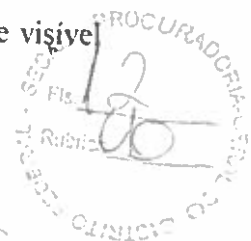
O objetivo do item acima mencionado no edital, é para evitar que empresas que parte de um mesmo grupo econômico venham se beneficiar de todos os lotes da licitação, evitando assim pequenos monopólios, oligarquias e licitações que vão de encontro aos interesses públicos, aos princípios da igualdade, da isonomia, garantia do direito de concorrência.

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Ocorre que no intuito de burlar as exigências do edital quanto às vedações previstas nos itens acima mencionados, os responsáveis pelas empresas fizeram alterações contratuais para maquiar a atual realidade de grupo econômico a qual compõem.

Na alteração contratual de nº 43 registrada no dia 30/10/2012, da Viação Piracicabana, os senhores Henrique Constantino, Ricardo Constantino, Joaquim Constantino Neto e Constantino de Oliveira Junior renunciaram aos cargos de administradores da empresa, com intuito de se adequar ao edital, em especial art. 16.1.2, alínea "g", e poder participar sem revelar sua verdadeira situação de sócios comuns e pertencente ao GRUPO ECONOMICO CONSTANTINO, ao qual também pertence a empresa Viação Pioneira, também vencedora da licitação.

Pela análise minuciosa das relações que compõem as empresas Expresso União, Viação Piracicabana e Viação Pioneira constata-se que seus sócios e administradores tratam-se de pessoas comuns e que essas pessoas se revezam tanto nas cotas societárias, quanto nas administrações dessas empresas, levando-se a clara e visível



conclusão de que compõem um grupo econômico chamado CONSTANTINO, que também é composto por várias outras empresas no Brasil.

O que se percebe é que o esquema tem por objetivo tentar, por meio da nomeação de vários sócios em outras empresas, também ligadas à Expresso União, descaracterizar o grupo econômico.

Diante disso sabe-se que o conceito específico de Grupo Econômico ainda não é um ponto concreto na doutrina e na atual jurisprudência, pois para configuração da existência desse fenômeno pode-se utilizar vários parâmetros de relações entre empresas, mas o que deve ser levado em consideração participação efetiva dos interesses econômicos e financeiros de uma em relação a outra, que é o caso abordado em tela.

A identificação de tais grupos nem sempre é tarefa das mais fáceis, tendo em vista que são inúmeras as formas sob as quais se materializam as relações econômicas entre as entidades, as quais continuam dotadas de personalidade e patrimônio próprios, aparentemente independentes.

Porem a existência do grupo econômico composto pela Expresso União, Viação Piracicabana e Viação Pioneira, pode facilmente ser percebido pela análise dos quadros abaixo e das composições relacionadas e ainda dos interesses que envolvem as empresas.

EXPRESSO UNIAO LTDA		
Sócio 1) COMPORTE PARTICIPAÇÃO S/A – Henrique Constantino e Joaquim Constantino.	Sócio 2) BELATRIX PARTICIPAÇÃO S/A – Auristele Constantino e Cristiane Constantino.	Sócio 3) RINPET PARTICIPAÇÕES S/A – Auristela Constantino e Cristiane Constantino.
Administradores: 1 – Auristela 2 – Jose Efraim 3 – Paulo Sergio 4 – 5 – Cristiane		

VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA	
Sócio 1) COMPORTE PARTICIPAÇÃO S/A – Henrique Constantino e Joaquim Constantino.	Socio 2) GLARUS - e Paulo Sergio
Administradores: 1 – 2 – Paulo Sergio 4 – Jose Efraim	

VIAÇÃO PIONEIRA LTDA	
1) Sócia administradora – Auristela Constantino	2) Sócia Administradora – Cristiane Constantino

13
40
PROCURADORIA
RELA
OJITO

19

A Viação Pioneira foi consagrada vencedora da Bacia 02, sendo adjudicada no dia 09/04/2013, salientando ainda que a Bacia 02 foi a maior licitada, com uma frota de 640 ônibus. A Viação Piracicabana foi consagrada vencedora da Bacia 01 no dia 03/06/2013.

Com isso, mesmo com a existência do grupo econômico e a violação do edital por este ato, cumpre salientar ainda que o Edital veda que a mesma empresa ou consorcio sejam vencedoras em mais de uma bacia, conforme abaixo:

16.1.7 - Os licitantes poderão apresentar proposta para todos e quaisquer lotes que lhes interessarem, estando, no entanto, a adjudicação limitada a apenas um lote.

Assim, estando diante da vitória da Viação Pioneira na bacia 02 e da Viação Piracicabana na bacia 01, o mesmo grupo econômico estará vencendo 02 bacias, o que corresponde a quase metade de toda a concorrência pública, uma evidente violação ao edital.

A Administração Pública não poderia descumprir as normas e condições do edital.² Assim, uma vez que delimitou a licitação por lotes e a proibição de sua adjudicação por empresas com interesse econômico comum, conforme diretrizes da Lei de Concessões,³ se vinculou aos seus próprios termos.

No enfrentamento de situações relacionadas a essa figura empresarial, a jurisprudência firmou entendimento de constituir grupo econômico a “harmonização das alterações societárias, a revelar que o controle de todas as sociedades que o integram se dá pelas mesmas pessoas”.⁴

A adjudicação de “bacias geográficas” para empresas de comum interesse econômico é nula, prejudicando inexoravelmente a licitação dos lotes.

Diante das irregularidades acima apontadas a respeito do grupo econômico e da vedação prevista em edital, faz-se necessário que o Poder Judiciário venha intervir e declarar a nulidade dos contratos que foram irregularmente assinados no decorrer da licitação.

² BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. “Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”.

³ BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. “Art. 29. Incumbe ao poder concedente: [...] XI - incentivar a competitividade; [...]”.

⁴ BRASIL. Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Agravo de Instrumento nº 2006.03.00.024994-4, de 25 de agosto de 2011. Relator Juiz convocado Leonel Ferreira.



190

Indícios de participação societária do Grupo Constantino na operação do sistema de bilhetagem automática no DF

Outra irregularidade encontrada no Sistema de Transporte Público do DF é a participação societária do Grupo Constantino no controle do sistema de bilhetagem automática do DF através da compra de percentuais da empresa TDmax - Transdata, atual responsável pelo serviço de tecnologia do SBA.

As informações a respeito dessas irregularidades são objeto de auditoria do Tribunal de Contas do DF, onde é afirmado a existência do convenio 01/2008 celebrado entre DFtrans e a FACIL anulado em 2011, convenio este que originou na contratação pela FACIL da TDmax - Transdata, atual responsável pela prestação de serviços de tecnologia da informação do SBA.

Frisa-se que a Transdata é responsável pelos serviços de tecnologia do sistema de bilhetagem eletrônica e tem como função garantir o cadastramento, a distribuição, a comercialização e habilitação de cartões, bem como a venda de créditos e arrecadação de valores. Inclusive a empresa também é responsável pelo pagamento e resgate feito pelas permissionárias, tendo com livre acesso sobre o funcionamento do STPC/DF.

Portanto, não é razoável qualquer tipo de vínculo ou ligação entre a empresa responsável pela geração e apuração de valores, no caso a Transdata, e as operadoras do Sistema de Transporte Publico do DF, que irão receber esses valores do DFTrans.

Ocorre que foram identificados indícios de que a maioria do capital social da Transdata está em poder de pessoas com relação de parentesco com os titulares de um dos principais grupos empresariais operadores de transporte publico no DF e no Brasil, o GRUPO CONSTANTINO.

Salienta-se que as empresas Cidade Brasília, Satélite, Pioneira e Planeta, atuais operadoras do Transporte Público no DF, todas pertencem a família CONSTANTINO. Vejamos portanto os indícios dessas afirmações acima:

O capital social da Transdata esta distribuído da seguinte forma:

Sócio da Transdata indústria e serviços de automação Ltda.	Participação no capital social
LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI	10%
LUIZ DA SILVA FREITAS JUNIOR II	10%
ANDREA PUGLIA TAVARES	10%
TOYO PARTICIPACOES Ltda.	70%
	Total: 100 %

SENAC - PROCURADORIA
15
RUBRICADO
2012

Abrindo a composição da empresa TOYO, verificamos que a totalidade de seu capital social esta distribuído entre pessoas jurídicas:

Sócios da TOYO PARTICIPAÇÕES Ltda.	Participação no capital social
IAC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	42,33%
EPM ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME	16,67%
PTC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	41,00%
	Total: 100 %

Na sequencia, verifica-se que a composição do capital das três empresas titulares das cotas da TOYO, bem como a IAC, EPM e PTC são pessoas físicas:

Sócios da PTC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	Participação no capital social
SAULO DE TARSO CALDEIRAS	0,40%
PEDRO CONSTANTINO	0,40%
IAC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	99,20%
	Total: 100 %
Sócios da IAC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	Participação no capital social
PEDRO CONSTANTINO	98,65%
IRENIDES CONSTANTINO PENTEADO	0,67%
MARIA ELAINE CONSTANTINO CALDEIRA	0,33%
ELOISA CONSTANTINO LINHARES	0,33%
	Total: 100 %
Sócios da EPM ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME	Participação no capital social
MITUO MARCOS TIROKO	70,00%
ELOISA CONSTANTINO LINHARES	30,00%
	Total: 100 %

A consolidação as participações de pessoas físicas, de acordo com o capital da transdata, encontra-se na tabela a seguir:

Sócios da Transdata, pessoa físicas.	Participação no capital da Transdata
PEDRO CONSTANTINO	57,43%
ANDREIA PUGLIA TAVARES	10,00%
LUIZ DA SILVA FREITAS JUNIOR	10,00%
LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI	10,00%
MITUO MARCOS TIROKO	8,17%
ELOISA CONSTANTINO LINHARES	3,50%
IRENIDES CONSTANTINO PENTEADO	0,39%
ELOISA CONSTANTINO LINHARES	0,19%
MARIA ELAINE CONSTANTINO CALDEIRA	0,19%
SAULO DE TARSO CALDEIRAS	0,11%
	SOMA: 99,99%



111

Frise-se que dos 10 sócios, 5 possuem sobrenome Constantino e controlam mais de 60 % do capital social da Transdata, auferindo a existência de parentesco entre eles e configurando um grupo econômico com interesse iguais, sendo assim o mesmo grupo empresarial que é detentor de parcela significativa da frota de ônibus que atualmente opera no transporte público coletivo no DF. E que inclusive permaneceu no controle do Transporte Público no DF, já que as empresas Piracicabana e Pioneira vencedoras do edital 001/2011 também pertencem ao grupo CONSTANTINO e a empresa Viação Marechal tem ligação direta com o grupo, conforme será demonstrado nesta inicial.

A criação de sucessivas sociedades com participações em outras empresas, aparentemente, teve por finalidade dificultar a identificação dos verdadeiros titulares da Transdata. Também chama atenção a reorganização societária ocorrida recentemente para contemplar os interesses da empresa PTC, a qual foi aberta em 25/05/2011, ou seja, logo após a decretação da assunção da FACIL pela DFtrans.

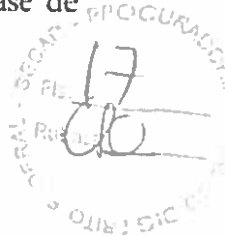
Outra questão instigante é a coincidência dos endereços vinculados as cinco empresas em apenas dois locais. O da Transdata e o da EPM são idênticos, na AV Benedito de Campos 737. As três TOYO, IAC e PTC estão situadas a AV Brigadeiro Faria Lima 1779, conjunto 62, compartilhando essas três a mesma linha telefônica.

Contudo, verifica-se que as atividades de tecnologia da informação fornecidas pela Transdata podem fazer conflito de interesse entre a DFtrans e as permissionárias do serviço de transporte público no DF, já que os responsáveis pela geração e apuração de valores arrecadados são os mesmos que irão recebê-los.

Assim diante de tudo que foi explanado a respeito do sistema de bilhetagem automática, verifica-se que além de um conflito de interesses, há a desobediência ao princípio da segregação de funções, que afirma que nenhum servidor ou seção administrativa deve controlar todas as fases inerentes a uma despesa consistindo na necessidade da administração em repartir funções, bem como ao princípio da moralidade e outros princípios que norteiam a atividade da administração pública.

Além de todas as irregularidades acima apontadas, afirma-se que outras empresas foram basilares para acobertar os interesses do Grupo Constantino no Sistema de Bilhetagem Automática muito antes dele assumir o controle societário da Transdata.

Pois em 2011 a LOGITRANS solicitou à secretaria de Estado de Transporte informações a respeito do sistema de bilhetagem automática sob o argumento de ter dado início as atividades de apoio ao processo de implantação do Sistema Integrado Público Coletivo do DF e tendo em vista a relevância para este processo da atualidade da base de dados disponíveis pela DFtrans e demais entidades vinculadas, em especial a base de informações do SBA.



Ocorre que durante toda a presente peça foi possível demonstrar a vinculação entre o Grupo CONSTANTINO e o escritório de advocacia de Sacha Reck filho do senhor Garrone Reck, presidente da LOGITRANS. Inegável a teia de fatos, atos e interesses que os ligam, levando-nos a indícios que essas informações privilegiadas que detém a LOGITRANS desde 2011 a respeito do SBA chegaram até o grupo Constantino.

DA VIOLAÇÃO AO SIGILO DAS PROPOSTAS

Como se não bastassem todos os vícios da licitação, anteriormente tratados, já se sabia, pela exigência da homologação prévia ao certame do atestado no DF/TRANS, quais empresas seriam concorrentes.

Com efeito, como dito antes, o edital firmou obrigação de apresentação de homologação de atestado perante o DF/TRANS para fins de demonstração de capacidade técnica.⁵

A Lei Geral de Licitações limita a exigência de requisitos para a qualificação técnica de licitantes nos arts. 27 a 31, estabelecendo, a comprovação de aptidão para o desempenho do objeto, *in verbis*:

[Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

A leitura da referida norma evidencia o objeto único do atestado: comprovar a aptidão para execução do objeto.

Na licitação em tela, exigiu-se atestado do licitante, nos termos seguintes:

21.4.1.1- A LICITANTE deverá apresentar atestado emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, em quantidades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

O edital, contudo, não se limitou a esse requisito, exigindo a HOMOLOGAÇÃO de atestados, como se verifica da cláusula 21.4.1.1.2, indo muito além do

⁵ DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 13, de 22 de fevereiro de 2012. Edital de Concorrência nº 01/2011-ST. Concessão do serviço básico rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Aviso de Licitação. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 02 mar. 2012.
DISTRITO FEDERAL. Aviso de Reabertura de Edital de Concorrência nº 01/2011-ST, de 09 de agosto de 2012. Concessão do serviço básico rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 10 ago. 2012. Item 21.4.1.1.2.

SECRETARIA DE
FISCALIA
HONORÁRIOS
18
10

que preconiza a legislação:

21.4.1.1.2 - Caso a prestação de serviço tenha sido realizada por subconcessão, o atestado fornecido pela subconcedente deverá ser homologado pelo respectivo **PODER CONCEDENTE**, tendo em vista o disposto no art. 26 da Lei Federal 8.987/1995.

A cláusula editalícia extrapolou a previsão do art. 30 da Lei de Licitações e o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, porquanto o atestado já se constitui como meio hábil e suficiente para demonstrar experiência e conhecimento do objeto.

A circunstância por si só fere o princípio de sigilo das propostas.⁶ quanto mais se, aliadas a ela, todos os outros fatos indicam violação da impessoalidade e moralidade públicas. É possível ainda afirmar que as regras estabelecidas para a habilitação dos concorrentes acerca da qualificação técnica, bem como outros requisitos, foram feitas sob medida para beneficiar algumas empresas sob influencia do senhor Garrone Reck.

Nesta linha de raciocínio e pela análise do histórico apresentado da licitação, entre inúmeras outras irregularidades, inclusive a própria manipulação dos termos do edital para benefício de algumas empresas, é possível afirmar que o edital em questão e o item mencionado, estabelecem exigências iníquas com o objeto da licitação, inviabilizando a licitação para a maioria das empresas e facilitando através de artifícios para as empresas sob influencia do senhor Garrone Reck.

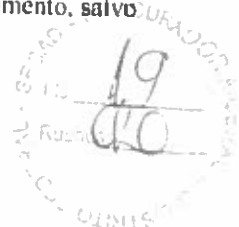
OBRIGATORIEDADE DE NO MINIMO DUAS EMPRESAS PARA EXPLORAÇÃO DE CADA LINHA OU TRECHO

O presente Edital de Licitação 001/2011 - reabertura, não atendeu aos princípios da norma distrital e nem da norma federal, no que diz respeito à exploração dos serviços por pelo menos duas empresas na mesma linha, ou mesmo trecho.

O entendimento extraído da Lei 8987/95 em seu art. 7º, III, refere-se ao fato de que o usuário tem a garantia de "obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços", quando for o caso, observadas as normas do poder concedente."

A Constituição da República, em seus artigos 170 e seguintes, dispõe sobre a ordem econômica, determinando os seus fundamentos (livre iniciativa e valorização

⁶ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. "Art. 3º [...] § 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura."



101

social do trabalho), suas finalidades (justiça social e valorização da pessoa humana) e seus princípios gerais (soberania, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa da soberania nacional e proteção da micro e pequena empresa).

Já o no art. 5º, XXXII, da Constituição Federal dispõe: "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor". Portanto o estado tem a obrigação de zelar pelo direito do consumidor, inclusive em seus serviços.

Portanto as normas dispostas acima tem o objetivo de garantir ao consumidor dos serviços a liberdade de escolha entre varias empresas concorrentes buscando sempre serviços eficientes e de qualidade.

Ocorre que o Secretário de Transportes ao editar o manual editalício incorreu em grande equívoco em não trazer em seu bojo os ditames previstos no art. 2º, § 1º da Lei 1.387/97:

Lei 1.387/1997

Art. 2º O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal terá em funcionamento, no mínimo, duas empresas para a exploração de cada linha ou trecho.

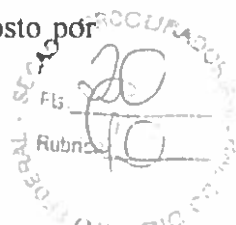
Observa-se que a Lei 1.387/1997 dispõe a respeito do processo licitatório do transporte público coletivo do Distrito Federal e afirma em seu texto a necessidade de funcionamento mínimo de duas empresas para exploração de cada linha ou trecho. Mandamento este que não foi incluso no texto do presente edital discutido.

Restou demonstrado que a grande preocupação do legislador nesta norma era de evitar que houvesse monopólio no sistema, ou exploração exclusiva por parte de um mesmo operador. De modo que a exploração de uma linha ou trecho não fosse realizada por apenas uma empresa.

Imperioso destacar que ainda no art. 2º da Lei 1387/97, porem no parágrafo 2º encontramos a previsão de que se pode deixar de observar o caput, em virtude de interesses públicos à administração pública. Porem no edital em discussão não existe nenhum tipo de previsão da norma disposta no art. 2º, e nem se quer justificativa de não aplicação em detrimento de interesse publico ou algo do tipo.

Perceptível, portanto que o edital simplesmente ignorou as normas dispostas nesta lei, sendo que o maior beneficiário seria o consumidor, pois existiria a concorrência entre as empresas que primariam pela qualidade e eficiência, tendo assim os usuários do sistema de transporte a possibilidade de escolher a empresa que oferecesse as melhores condições dos serviços prestados.

O edital prevê que a exploração do Transporte Publico no DF será feito a partir de 5 lotes, onde uma empresa ficara responsável por um lote, que é composto por



es satélites. Portanto o administrador publico não se interessou em
ios que atendessem as normas previstas na Lei 1.387/97 e na Lei 8987/95,
ue privilegiassem a concorrência na prestação dos serviços, beneficiando

be-se que o Distrito Federal simplesmente permitiu a criação de
r da exploração de cada lote/bacia por uma única empresa, sem
orrência, fato este que causa estranheza, já que o único objetivo dessa
ntir serviços de qualidades aos usuários com um bom preço e afastar
opólios que assolavam o transporte público, praticado por grupos

exposto acima, a presente licitação deve ser revista, tendo em
lade em não atender os critérios estabelecidos nas leis 1.387/97 e

· ESCRITORIO DE ADVOGADOS GUILHERME & SACHA RECK NO PROCESSO LICITATORIO

— possível comprovar através das provas acostadas aos autos as varias
irregularidades existentes na licitação, entre as quais a efetiva consultoria prestada pelo
escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck às autoridades responsáveis
pela licitação, sem a existência de contrato escrito que autorize essa relação.

O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados foi
responsável assessoria jurídica em todo processo licitação, atuando, inclusive, na análise de
impugnações e recursos das concorrentes, sendo responsável ainda pela resposta de todas as
impugnações feitas durante a licitação.

Curioso observar que os referidos advogados não integram os quadros da
Administração Pública, porem seus atos habilitaram e desabilitaram empresas na licitação.
Inclusive o próprio Sacha Reck foi o responsável por redigir a ata no dia da entrega das
propostas, conforme foto em anexo constante em noticia publicada, porem não assinou as atas
de presença, fato este um tanto quanto estranho, com suposta intenção de não vincular seu
nome ao certame.

A atividade desempenhada por eles junto ao processo licitatório, se deu pela
contratação da LOGITRANS (presidente *Garrone Reck*) que contratou a Arcadis Logos que
contratou o escritório de Sacha Reck (filho de *Garrone Reck*) . informações essas extraídas do
documento emitido pelo Secretario de Transportes que esclarece a uma deputada a contratação



204

do escritório na presente licitação.

A LOGITRANS segundo informações da secretaria de Transportes foi a empresa contratada pelo BID, que na época detinha um acordo de cooperação com o Governo do Distrito Federal, com a finalidade de elaborar as propostas e reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público. Ocorre que após o fim do acordo de cooperação com o BID a secretaria de transporte resolveu dar continuidade ao contrato com a LOGITRANS e a mesma continuou atuando na licitação, detendo assim desde a data anterior da licitação, informações privilegiadas a respeito da licitação de transporte público do DF.

Esclarecendo ainda que até a presente data não se visualizou o contrato escrito entre a Arcadis Logos e o escritório, tampouco seu objeto, apenas uma proposta enviada pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados para a Arcadis Logos informando inclusive a equipe técnica bem como as atividades desenvolvidas, como elaboração de minutas, respostas a esclarecimentos e impugnações, defesas no procedimento licitatório, defesas, contestações e intervenções judiciais e junto ao TCDF.

Ocorre ainda que os advogados do escritório não exerceram apenas a função de simples consultoria jurídica para a Comissão de Licitação, pois diante da análise dos documentos emitidos por eles, é possível afirmar que a licitação foi totalmente conduzida pelos advogados, que emitiam pareceres, respondiam as impugnações e esclarecimentos, bem como adjudicação das empresas, atuando também na esfera judicial com a defesa dos atos da licitação, sem qualquer contrato direto com a administração pública, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação.

Afora isso, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados tem aparente conflito de interesses ao certame, uma vez que patrocina causas de interesse de empresas envolvidas e vencedoras no certame.

Por último, cabe informar que com relação ao contrato firmado em 2008 entre a Arcadis Logos e a Secretaria de Transporte do DF foi feito o pagamento da quantia de R\$ 2.707.735,77 nos meses de julho e agosto de 2013. O que chama atenção Excelência é que as datas desses pagamentos coincidem com as diversas denúncias feitas a respeito das irregularidades na licitação 001/2011, levando a indagar qual seria o interesse do GDF no pagamento desses valores na presente data.

Em contra partida a mencionada condução da licitação por um escritório particular sem contratação direta da administração, sabe-se que a competência da comissão de licitação é definida em lei, a quem constitui **privativamente** examinar e julgar todos os



171

documentos e procedimentos relativos às licitações,⁷ em especial:

o exame formal, segundo os termos e as condições do ato convocatório, dos documentos de habilitação; [...]
o julgamento, [...], da proposta técnica ou comercial, quanto aos aspectos formal e de mérito; [...]
a apreciação de recurso hierárquico, à vista das impugnações dos proponentes, [...].⁸

Seus integrantes devem ser formalmente designados e, na sua maioria, serem servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes do órgão responsável pela licitação.⁹

À comissão é vedada a delegação de competências até mesmo para outros servidores que não sejam seus integrantes, primordialmente na fase externa da licitação.

Porem, entre inúmeras outros atos, é fato incontestável que logo após a publicação do edital de licitação, ainda na fase de pedidos de esclarecimentos do edital, o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck já iniciava a sua atuação, conforme manifestação do senhor Luiz Fernando de Souza Messina, Subsecretário de políticas de transportes do Distrito Federal, que encaminhou à Comissão de licitação, um parecer elaborado pelo referido escritório, para proceder resposta a pedido de esclarecimento elaborado pela empresa Expresso Brasília.

Comprava-se ainda que também foi o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck o responsável pela elaboração da resposta ao pedido de esclarecimento protocolado pela empresa Viação Jardins S/A, que diante da resposta ao pedido de esclarecimento ficou impedida de concorrer ao certame. De igual forma, fora procedido com relação ao pedido de esclarecimento formulado pela concorrente Rápido Veneza Ltda.

O que causa mais estranheza, era a forma com que os próprios advogados já intitulavam seus pareceres como Minutas, ou seja, de algum modo, já sabiam que seus

⁷ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. "Art. 6º, inc. XVI: Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes."

⁸ GASPARINI, Diógenes. **Comissões de licitação**. 1 ed. NDJ: São Paulo. p.28.

⁹ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. "Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. [...] Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação."



246

pareceres seriam integralmente acatados. Portanto é mister reconhecer que, considerando terem praticado atos desprovidos de competência pública, esses advogados cometeram ilegalidades em flagrante usurpação de função.¹⁰

Já nas folhas 22.501, o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, já antecipa até mesmo os parâmetros que serão adotados como requisitos de habilitação, julgamento este que ao menos hermeneuticamente, é exclusivo da Comissão de Licitação.

Repetiu-se tal procedimento com relação aos pedidos formulados pelas empresas Planalto Rio Preto. Também com relação ao pedido formulado pela Viação Planeta. Agiu novamente o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck ao decidir sobre o pedido de esclarecimentos formulado pela empresa Santos e Pradela. Sendo o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck também o responsável pela resposta ao pedido de esclarecimentos interposto pela empresa Viplan.

Restando assim, fartamente provado que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck foi o responsável por conduzir os julgamentos dos pedidos de esclarecimentos do edital, interpostos por varias empresas que se interessavam pela participação.

Estranha-se o fato de que destas empresas, algumas sequer tiveram condições de participar do certame, mesmo tendo demonstrado interesse, uma vez que pelas respostas aos pedidos de esclarecimentos proferidos, seriam inabilitadas. Causa ainda estranheza maior o fato de que todas as demais empresas que foram se manifestar por meio dos pedidos de esclarecimentos todas foram inabilitadas no certame.

Por conseguinte é possível afirmar e comprovar a efetiva atuação do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck na licitação, bem como afirmar que estava sob sua responsabilidade o julgamento dos pedidos de esclarecimento.

Comprova-se também que, conforme determinações do Senhor Subsecretário de Transportes, todas as respostas aos pedidos de esclarecimentos das empresas, respostas estas que eram elaboradas pelo escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, foram seguidas em sua integralidade pela Comissão de Licitação, como por exemplo o despacho no dia 13/09/12 do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, em resposta ao pedido de esclarecimento da empresa Viação Jardins S/A.

É possível esclarecer também que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck atuava, além de atuar na esfera administrativa, seus advogados também atuaram na esfera judicial, conforme pode ser visto no MEMORANDO Nº

¹⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. "Art. 328. Usurpar o exercício de função pública: [...]."



127/2012-SUPOTT/ST, que trata da elaboração, pelos advogados do escritório, de uma manifestação prévia acerca de um mandado de segurança interposto na 7ª Vara de Fazenda Pública.

Assegura-se ainda por meio de documentos comprobatórios, que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck foi responsável pelo indeferimento da Impugnação Administrativa ao edital apresentada pela empresa Viação Planalto – VIPLAN, que foi inabilitada posteriormente pelos mesmos motivos debatidos. Assim como foi também responsável por negar provimento ao requerimento formulado pela empresa de transportes Vera Cruz acerca da falta de publicidade da sessão de abertura do certame.

Ainda acerca da atuação na esfera judicial, podemos esclarecer que foi o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck quem elaborou as informações que foram prestadas no Agravo de Instrumento proposto perante a 1ª Turma Cível do TJDF.

Cabendo ainda salientar que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck além conduzir os embasamentos fáticos e jurídicos da Comissão de licitação na esfera administrativa e na esfera judicial, foi também responsável pela elaboração dos pareceres e defesas perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal, como por exemplo pode ser comprovado através da leitura do MEMORANDO Nº 113/2012- SUPOT datada em 06/09/2012 afirmando em seu texto que após análise do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, exara plena concordância com as razões e fundamentos consolidadas pela Colenda Corte de Contas, não havendo nada a acrescentar.

Por conseguinte pode-se afirmar através dos fatos e documentos que instruem essa peça, que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck atuou durante varias fases do processo de licitação, decidindo inclusive sobre os esclarecimentos interpostos, que após proferidos constituíram adendos ao edital de licitação, e portanto, requisitos para habilitação e classificação das propostas de todos os participantes da licitação. Sendo que entre todas as empresas que protocolaram seus pedidos de esclarecimento, nenhuma foi habilitada e algumas sequer tiveram condições de participar da licitação.

Diante de todo o exposto conclui-se ainda que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck quem julgou acerca da forma de comprovação dos requisitos de habilitação e também as impugnações ao edital e demais requerimentos, sendo ainda responsável pela elaboração das informações prestadas em mandados de seguranças e outros recursos interpostos.



101

Cabendo por ultimo elucidar que por determinação do Subsecretario de Transporte o senhor Luis Fernando de Souza, todas as peças produzidas pelo escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck foram impecavelmente acatadas, sem se quer nenhum tipo de questionamento por parte da Comissão de Licitação.

Outro episódio que merece ser colacionado nos autos e que causou estranheza, foi o fato narrado em audiência do dia 18/07/2012 em que os representantes da secretaria de Transporte em resposta ao oficio encaminhado pelo MPT propondo a celebração do TAC, apresentaram em audiência o oficio nº 699/212 – GAB/ST, em que informa o não interesse em firmar o ajuste proposto. Posteriormente o próprio Ministério Publico do trabalho questionou aos representantes da secretaria de transporte por que o oficio nº 3255/2012 oriundo do TRT-10 foi embasado na fundamentação técnica elaborada pelo Consorcio LOGIT/LOGITRANS. Os representantes da secretaria de transporte responderam que a consultoria foi contratada pelo BID e doada ao DF.

Diante da narrativa acima, cabe esclarecer que o quadro societário da LOGITRANS é composto pelo senhor Garrone Reck e Alexis Breckenfeld Reck, respectivamente pai e irmão do senhor Sacha Breckenfeld Reck, sócio e advogado do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, escritório este que presta serviços e faz assessoria jurídica para a empresa LOGITRANS, levando-nos a crer, portanto, que o parecer técnico produzido pela LOGITRANS e que inclusive negou interesse em firmar o ajuste proposto pelo MPT, sendo assim supostamente elaborado pelo escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck.

Por fim é imperioso destacar que houve clara violação ao principio da **impessoalidade**, o qual esta intimamente vinculado à finalidade pública, que, a seu turno, reflete a própria legalidade pública. É o que ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, para quem “o que explica, justifica e confere sentido a uma norma é precisamente a finalidade que a anima”.

Disso deflui a precisão legal do sentido da comissão de licitação, de seus membros, bem como dos atos que lhe competem, que são a razão de ser de uma licitação. Outras pessoas, estranhas à sua constituição, como os advogados do escritório, ao substituírem o papel da comissão de licitação, infringiram a lei, mas, com maior gravame, sua finalidade pública. Com efeito, pautar os atos da comissão de licitação por manifestações de terceiros, que sequer integram os quadros da Administração Pública e que patrocinam causas dos concorrentes, não pode soar atuação desinteressada.

Assim, considerando a proteção dos interesses públicos e, consequentemente, dos recursos governamentais de uma licitação, a Administração Pública deveria agir, sempre, dentro dos reclamos de probidade administrativa. Ao que se apura, não o fez.



278

CONTRATAÇÃO DO ESCRITORIO SASHA RECK PELO GRUPO CONSTANTINO (FAZEM PARTE DO GRUPO A EMPRESA PIRACICABANA VENCEDORA DO LOTE 01 E EMPRESA VIAÇÃO PIONEIRA VENCEDORA DO LOTE 02)

Inicialmente é necessário destacar a nítida violação ao princípio da moralidade pública, tendo em vista o acolhimento de fundamentos de advogados privados, no certame que, a seu turno, pleiteiam interesses de causas judiciais de empresa ou do grupo de empresas envolvidos em processos nos tribunais.

Isso pode ser comprovado de plano pelo confronto dos documentos que subsidiaram as razões que a comissão de licitação se serviu e pelas diversas publicações de decisões judiciais que envolveram as empresas ou grupo de empresas concorrentes.

Há nítida incompatibilidade negocial que comprometeu a higidez do certame, independentemente da verificação ou não de fraude.¹¹ Doutro lado, a existência de um interesse econômico, comum entre empresas, aponta para um jogo conjunto na relação entre concorrentes, conduta tida como imoral. Isso fere a lealdade e a boa-fé no trato entre os licitantes, e desses com a Administração, assim reputada:

a Administração haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e lhanza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia, produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte dos cidadãos.¹²

Coadunando com este pensamento e a partir da análise do histórico e dos documentos que envolvem todas as partes no processo licitatório é possível afirmar e comprovar que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck prestou serviços para o grupo Constantino, fato este que comprometeu nitidamente todos os julgamentos proferidos na licitação.

Primeiramente é necessário esclarecer o quadro societário de uma “holding”, que é uma forma de sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas. No caso em espeque trata-se da empresa COMPORTE PARTICIPAÇÕES que tem o quadro societário composto por Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino, conforme certidão oficial da junta comercial de São Paulo.

Depois de esclarecido o quadro societário da empresa COMPORTE PARTICIPAÇÕES, faz-se importante analisar a composição da empresa Transporte

¹¹ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 5ª Câmara Cível. Processo nº 867135-0. Apelação em MS [Acórdão] de 12 de junho de 2012. Relator Desembargador Leonel Cunha.

¹² BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 17 ed. Malheiros: São Paulo, p. 109.



286

Coletivo Grande Bauru Ltda., que tem em seu quadro societário a COMPORTE PARTICIPAÇÕES, como pode ser comprovado por meio da certidão oficial da junta comercial do Estado de São Paulo, restando incontroverso que a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. também pertence aos senhores Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

Constata-se ainda que tais sócios são os mesmos da Auto Viação Piracicabana, conforme também é comprovado por meio da certidão oficial da junta comercial do Estado de São Paulo. Pois por meio dessa certidão é possível comprovar que a COMPORTE PARTICIPAÇÕES é sócia majoritária detentora de 99,99% das cotas da Viação Piracicabana, única habilitada para concorrer ao lote 01 do certame.

Por fim resta comprovado que os senhores Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino são donos das empresas COMPORTE PARTICIPAÇÕES, Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e Auto Viação Piracicabana.

Porem o fato mais gravoso na situação exposta é a efetiva relação profissional estabelecida entre o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck e as empresas do GRUPO CONSTANTINO, quais sejam COMPORTE PARTICIPAÇÕES, Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e Auto Viação Piracicabana, entre várias outras.

Para provar a efetiva vinculação entre o grupo Constantino e o escritório de advocacia Sacha Reck, basta analisar a procuração extraída do processo judicial, onde a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. tem como procuradores Guilherme de Salles Gonçalves e Sacha Breckenfeld Reck. Cabendo ainda salientar que esta contratação de serviços advocatícios corresponde a mesma data da realização da licitação, dia 05/01/2012.

Para corroborar ainda com a afirmação da nítida relação entre o grupo Constantino e o escritório de advocacia Sacha Reck, basta analisar os extratos processuais que constam os advogados como patronos da empresa, bem como as publicações no Diário da Justiça de São Paulo e ainda a certidão narrativa do processo judicial emitida em 09/05/2013 comprovando que os referidos advogados permanecem prestando serviços para o Grupo Constantino.



246

CONTRATAÇÃO DO ESCRITORIO SASHA RECK PELA EMPRESA AUTO VIAÇÃO MARECHAL VENCEDORA DO LOTE 04 NA LICITAÇÃO 001/2011

Outra situação audaz que ocorreu na licitação é a comprovação da existência de relação entre o GRUPO GULIN, que é composto entre outras empresas pela Auto Viação Marechal Ltda., e o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck,

Fato ainda mais audacioso é que além do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck prestar serviços para empresas do grupo econômico Gulin, prestaram serviços também para a própria empresa Auto Viação Marechal Ltda. vencedora do lote 04, inclusive na mesma época em que ocorria a licitação.

Fato este comprovado pela procuração extraída de processo judicial que tem como outorgante a Auto Viação Marechal Ltda. e como outorgados os advogados Guilherme de Salles Gonçalves e Sacha Breckenfeld Reck datada em 05/01/2012, pelos extratos processuais que constam os referidos advogados como patronos da empresa, publicações no Diário da Justiça de São Paulo e ainda a certidão narrativa do processo judicial emitida em 09/05/2013 comprovando que os referidos advogados permanecem prestando serviços para o citado grupo.

DA MEDIDA CAUTELAR

Além da exposição sumária da lide e de seus fundamentos jurídicos, está presente, concomitantemente, o fundado receio de que, antes do julgamento do mérito, ocorra lesão irreparável ou de difícil reparação ao Estado e à sociedade.

De igual forma, considerando a segurança jurídica das relações firmadas, verifica-se a reversibilidade da tutela de urgência, acaso deferida, se, no mérito, outro for o entendimento desse Juízo quanto ao elenco de pedidos, senão vejamos.

Da fumaça do bom direito

A expressão “*fumus boni iuris*” significa, em tradução ao pé da letra “fumaça de bom direito”, “isto é, plausibilidade ou probabilidade de um direito”. Ou seja, “hoje representa uma simples presunção de legalidade e a possibilidade de um direito”.

Tanto pode ser extraído do significado da própria expressão “*fumus boni iuris*”. Consoante é ressabido, o fogo, como resíduo da combustão, geralmente produz a fumaça. Mas nem sempre a fumaça significa a existência de fogo. Este pode estar apagado, apenas fumegando, ou em brasa, se extinguindo. E essa regra elementar da natureza



361

também se aplica ao direito. Com efeito, nem sempre a presença de um *fumus boni iuris* significa a presença do direito, mas a mera possibilidade da existência deste.

Assim, objetivamente os clássicos definem o *fumus boni iuris* como o Juízo de probabilidade e verossimilhança do direito cautelar a ser acertado.

Certamente o *fumus boni iuris* encontra respaldo no caso apresentado já que diante de todo o exposto, é forçoso concluir pela presença de indícios robustos de prática de inúmeras irregularidades no certame do processo licitatório que ensejaram a contratação das empresas para as 5 bacias, caracterizando com concretude ímpar o *fumus boni iuris*.

Não há como se negar os inúmeros princípios constitucionais que foram violados durante a fase externa e interna do processo licitatório que ensejou as contratações, entre os quais da impessoalidade, da legalidade, da competitividade, da moralidade pública, entre outros.

A plausibilidade jurídica da concessão da liminar encontra-se devidamente caracterizada em face das ponderações aduzidas acima. O *fumus boni iuris* foi devidamente demonstrado pelos elementos fáticos e jurídicos trazidos à colação e a incidência do *periculum in mora* repousa, no fato da iminência da execução dos contratos e a inclusão de novos veículos no sistema de transporte coletivo do DF.

Do fundado receio de dano

Para a obtenção da medida liminar e consequentemente da tutela cautelar implícita, a parte requerente deverá demonstrar fundado temor de que, enquanto aguarda a tutela definitiva, venham a faltar as circunstâncias de fato favoráveis à própria tutela. E, conforme leciona CARLOS CALVOSA, isto ocorre quando houver risco de perecimento, destruição, desvio, deterioração ou qualquer tipo de alteração no estado das pessoas, bens ou provas necessárias para a perfeita e eficiente atuação do provimento final de mérito.

O juiz deve levar em consideração ainda, a plausibilidade do dano, segundo as regras do livre convencimento, de modo que não dispense a fundamentação ou motivação de seu conhecimento; mas, isto dar-se-á com muito maior liberdade de ação do que na formação de certeza que se exige no processo definitivo.

Portanto verifica-se ao caso em comento a existência do *periculum in mora*, já que foi constada a verossimilhança de diversas irregularidades narradas durante essa petição inicial por intermédio dos documentos instrutórios, verifica-se que há fundado dano irreparável caso as empresas que venceram a concorrência 001/2011 comecem a operar o sistema básico de transporte público do DF, porquanto o art. 49, § 2º da Lei

36

8666/93 dispõe que a anulação da licitação induz a do contrato, e tendo em vista das diversas irregularidades este será o caminho percorrido.

Ocorre que a anulação dos contratos em virtude dos vícios, quanto mais tardia, maior será o dano ocasionado, pois será o próprio estado de maneira reflexa de suportara todos os danos, tais como indenização subsidiária no âmbito da justiça do trabalho, tarifas superfaturadas e subsídios ilegais na execução dos novos contratos causando dano ao erário e à própria população.

É indispensável que o operador do Direito, nomeadamente aquele que atue no contencioso judicial, esteja atento ao que se passa no seu cotidiano, na integração prática das normas jurídicas e sua efetividade. Cabe aos Juízes a concretização de normas procedimentais e matérias para que se coadunem com os ditames constitucionais e com os princípios mais básicos da República, dentre os quais cito a moralidade administrativa.

Não há como o julgador passar incólume às reiteradas manifestações e reclames da população que brada uníssona o fim da corrupção e da malversação do dinheiro público. O que se espera, principalmente dos aplicadores da Lei, é o atendimento do POVO, quando o próprio POVO requisita a concretização dos primados constitucionais criados em decorrência do seu próprio poder.

Por fim, acredita-se que a evolução do direito reflete de maneira positiva na presente situação, tendo em vista que a supremacia do interesse publico deve ser elevado a fim de imediata suspensão dos contratos aqui elencados, reestabelecendo assim os princípios norteadores do art. 37 insculpidos na Carta Magna.

A jurisprudência dos tribunais, em situações que se verifiquem dano iminente, consagra que "é dever do órgão jurisdicional, e não mera faculdade, proferir a vontade emanada da lei".¹³

Assim, dada a proximidade de execução e substituição das linhas e frotas dos serviços licitados pelas empresas vencedoras, ficam caracterizadas a urgência e necessidade do provimento judicial, fato este notório e publico sendo divulgado na mídia todos os dias.

Essa conduta de certo poderia ter sido tomada pela própria Administração Pública. Afinal, adstrita ao controle da legalidade dos seus atos, e tendo sido demandada por diversos órgãos de Controle, **não tomou nenhuma providência com vistas a rever o processo licitatório e/ou sustá-lo**. Simplesmente silenciou-se, e, ainda assim, tanto ela quanto as contratadas, alheias a todas essas refutadas irregularidades, firmaram contratos ilegalmente.

¹³ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Processo: AI 20000020062788 - 5. Turma Cível. DF. Relator: Desembargador Romeu Gonzaga Neiva. DJU 13 ago. 2001. p. 105.



326

A jurisprudência em situações de aparente cunho protelatório, que se prolongam no tempo em detrimento do interesse público, como na execução de contratos administrativos reconhecidamente irregulares, ratifica a determinação da sua sustação, e aponta para a obrigatoriedade de intervenção **célere** do Estado:

[...] na hipótese, estarmos diante de um desses casos em que se aplica a regra geral na qual o administrador é quem deve corrigir eventuais falhas cometidas no exercício da sua atividade. Realizada a licitação, ela, ao que parece, se encontra viciada de problemas que afetariam a lisura da concorrência, porque violado o princípio da isonomia entre os contratantes. Não obstante, o certame foi levado a cabo e firmado o contrato. Portanto, o administrador nem durante o processo licitatório verificou essa irregularidade, nem posteriormente a corrigiu.¹⁴

Com efeito, o discurso defendido a todo o tempo, inclusive na mídia, é melhoria dos serviços públicos. Sua realização, contudo, ilegítima, não pode se dar por meios ilegais e à conta de recursos do erário por longos 10 anos, passíveis, ainda, de prorrogação contratual por igual período.

Por fim, inexistem danos à ordem pública se deferida a medida cautelar.

A licitação ocorreu com fundamento em norma distrital que dispôs previamente sobre o planejamento dos serviços de transporte público até completa capacidade de execução dos serviços pelas novas contratadas.¹⁵ Assim, antecipou medidas de continuidade e regularidade para não ocorrer prejuízo à população. Ou seja, a própria Administração Pública consolidou o entendimento de que, até que as linhas de tráfego rodoviário pela empresa contratada sejam efetivamente operadas, os serviços anteriormente prestados serão mantidos.

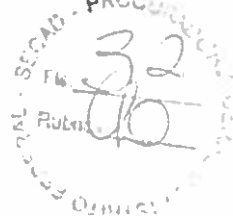
Dessa forma, os serviços até então oferecidos à população somente serão encerrados quando os contratos assinados a partir da Concorrência nº 01/2011 paulatinamente os substituírem, conforme as novas especificações do edital.

Não há, por conseguinte, novação no mundo jurídico. O deferimento da medida cautelar poderá a qualquer momento ser revisto, sem prejuízo da Administração Pública e da população.

Portanto diante de todo extenso histórico de fatos, documentos e provas apresentadas e das inúmeras irregularidades que revestiram a licitação nº 01/2011, mister se faz o deferimento de liminar para determinar a suspensão de todos os contratos oriundos da licitação nº 01/2011.

¹⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS nº 23.550. Relatora: Ministra Ellen Gracie.

¹⁵ DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 33.556, de 01º de março de 2012. Dispõe sobre o encerramento das delegações precárias do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal – STPC e estabelece a garantia da continuidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo durante o período de transição para as novas concessões. Diário Oficial [do] Distrito Federal de 02 mar. 2012. p. 01.



33

**DECISAO INTERLOCUTORIA NOS AUTOS DE Nº 11202-06.2013.8.16.0031 –
AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Cabe relatar nos presentes autos a ação de improbidade administrativa movida pelo ministério publico em Guarapuava-Paraná. em face de Sacha Brenckenfeld Reck, Logitrans, Garrone Reck, Alexis Breckenfeld Reck, Transportes coletivos Pérola do oeste Ltda., Auto Viação Marechal, Delfio Jose Gulin, Marco José gulin, entre outros, que ensejou na decisão interlocutória proferida no dia 16/08/2013 deferindo parcialmente o pedido de indisponibilidade de bens dos requeridos, bem como a quebra de sigilo fiscal e bancário.

Afirma o l. juiz em sua decisão que:

As alegações ministeriais apontam para a existência, em tese, de uma complexa organização para o direcionamento da licitação para concessão do transporte coletivo urbano deste Município em favor da requerida TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA. As tarefas e encargos foram cuidadosamente estabelecidos para cada um dos requeridos, que, com parcela maior e menor de participação, levaram ao sucesso da empreitada com o vencimento do certame pela requerida acima apontada. Existem diversos vícios e ilegalidades apontados pelo Ministério Público, desde equívocos formais à enredada artimanha de vencimento da licitação do transporte público.

...

Não bastasse os verossímeis vícios do edital de licitação, dos quais a cognição sumária e parcial que ora exerço não me permite maiores digressões, dessume-se dos autos uma complexa organização formada por agentes públicos, servidores, sócios e representantes das empresas requeridas, sempre voltados para suposta fraude e simulação da licitação ora examinada.

Especificamente com relação às empresas requeridas, seus representantes e sócios, o requerente logrou êxito em demonstrar, ao menos nesta fase processual inaugural, que havia verdadeiro conluio familiar e societário para favorecer a vencedora do certame. O Sr. SACHA BRECKENFELD RECK, irmão e filho dos sócios ALEXIS BRECKENFELD RECK e GARRONE RECK, da requerida LOGITRANS foi o representante da requerida TRANSPORTES PÉROLA DO OESTE LTDA por ocasião da licitação, o que, no mínimo, aparenta íntima ligação entre as empresas.

Isso não bastasse, a única concorrente além da vencedora da licitação foi a empresa AUTO VIAÇÃO MARECHAL, cujo quadro societário possui relação familiar e negocial com os sócios da PÉROLA DO OESTE. Como narra o Ministério Público, vários sócios das empresas em questão possuem o mesmo patronímico, qual seja, "GULIN". Isso não bastasse, assevera o requerente que as duas empresas, na verdade, integram o mesmo grupo empresarial, atuante no ramo de transporte de passageiros.

Por fim, sustenta que para a habilitação da AUTO VIAÇÃO MARECHAL, houve a locação pela PRINCEPAR PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORES LTDA da garagem exigida pelo edital (mov. 1.38). Ocorre que, até a 16ª alteração do contrato social desta empresa, o quadro societário era formado pela mescla de sócios tanto da PÉROLA DO OESTE, como a AUTO VIAÇÃO MARECHAL, demonstrando, ao menos neste momento, se tratar de um conglomerado empresarial. Quando da locação notificada pelo Ministério Público, a PRINCEPAR possuía, apenas, como sócios, membros do quadro societário da PEROLA DO OESTE, sua concorrente no certame (movs. 1.75 e 1.76).

...



341

Com efeito, diante da evidência da prática de ato de improbidade administrativa, demonstrados pelas provas apresentadas pelo Ministério Público, mister a concessão da medida de indisponibilidade de bens.

A decisão citada acima Excelência tem o condão de chamar atenção para as situações semelhantes que decorreram em face de licitações de transporte publico envolvendo irregularidades cometidas não só no Distrito Federal, bem como também no Paraná que ensejaram no direcionamento de empresas desde os primórdios já marcadas para a vitória nos certames.

De maneira intrigante aparecem em comum nas duas situações os nomes de Sacha Brenckenfeld, Garrone Reck, Logitrans, Viação Marechal, Grupo Constantino, entre outros, na iminência de vestígios que levam a existência de um verdadeiro conluio familiar e societário para beneficiar empresas na vitória dos certames.

O que impulsiona a narrativa dos autos acima mencionado foi a maneira gloriosa e clara com que o iminente juiz conseguiu elucidar o *modos operantes* dos envolvidos tanto na fase externa, quanto na interna da licitação concluindo dos autos uma complexa organização formada por agentes públicos, servidores, sócios e representantes das empresas requeridas, sempre voltados para suposta fraude e simulação de licitação para beneficiar empresas de seus interesses.

DO PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) **Seja concedida liminar emergencial inaudita altera parte** para determinar a suspensão dos contratos oriundos da Licitação de Concorrência nº 01/2011 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, ate o julgamento do mérito;
- b) Se não entender prudente a suspensão de todos os contratos, que haja a suspensão de pelo menos os contratos das empresas que ainda não possuem os seus ônibus no sistema de transporte urbano;
- c) Determinar a citação das requeridas para, caso queiram e no prazo legal, prestem as informações necessárias ao deslinde da questão, bem como resposta nos autos;
- d) Mandar ouvir o ilustre representante do Ministério Público;
- e) No mérito, determinar a anulação dos 5 contratos originados pelo edital de licitação publica 001/2011 promovido pela secretaria de transporte publico do DF.



390

f) Que determine ao Governo do Distrito Federal que apresente todos os contratos e notas fiscais/empenhos firmados entre a Secretaria de Transporte e a Arcadis Logos. LOGITRANS, LOGIT e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados que tenham relação com o edital 001/2011, com base na supremacia do interesse publico, no principio da publicidade dos atos e na lei de acesso as informações.

g) A nomeação de um perito oficial para periciar os documentos relacionados as irregularidades praticadas no curso no processo licitatório edital 001/2001, em especial aqueles que foram produzidos pelo advogado Sacha Brenckenfeld Reck e que conduziram de forma ilegal a licitação, bem como a analise dos documentos que foram inseridos nos autos do processo de licitação posteriormente de forma irregular pelas empresas.

h) E por fim requer a produção de prova antecipada no depoimento do senhor Galeno Furtado Monte para fins de esclarecer as informações prestadas pelo jornalista Mimo Pedrosa em noticia divulgada no dia 23/06/2013.

Protesta provar o alegado por todos os tipos de provas em direito admitidas, em especial depoimento pessoal. oitiva de testemunhas e juntada de documentos.

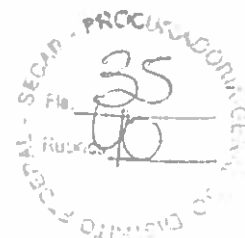
Dá-se à causa o valor de R\$ 41.358,00, sendo meramente estimativo, tendo em vista o interesse publico afetado pelas irregularidades nos contratos e ainda a ausência de proveito econômico em face da autora.

Termos que.

Pede deferimento

BRASILIA - DF, 02 de setembro de 2013.

Elane Costa do Amaral
ELANE COSTA DO AMARAL
OAB-DF 36.389





Processo : 2013.01.1.132169-8
Ação : DECLARACAO DE NULIDADE
Requerente : SANTOS E PRADELA NEGOCIOS E TRANSPORTES LTDA
Requerido : SACHA BRECKENFELD RECK e outros

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc.

Trata-se de ação que tem como pedido a anulação de cinco contratos oriundos da licitação de concorrência nº 01/2011 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Assim, são legitimados a compor o pólo passivo da presente ação necessariamente, mas tão-somente, todos os celebrantes dos mencionados contratos.

Emende a inicial (art. 284, do CPC), no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento.

I.

Brasília - DF, sexta-feira, 06 de setembro de 2013 às 16h44.

João Henrique Zullo Castro
Juiz de Direito Substituto

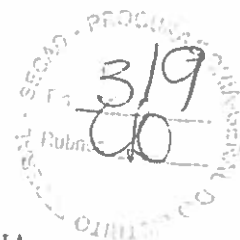
Registrado

Último andamento: 06/09/2013 - DETERMINADA PUBLICACAO NO DJE - PAUTA DO DIA

06/09/2013

Incluído na Pauta: 06/09/2013

1/1



331
70

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DO DF

PROCESSO: 2013.01.1.132169-8

SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA. já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, através de sua advogada devidamente constituída, com o devido respeito e acatamento perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho de fl. 329 requerer a emenda da petição inicial, nos termos abaixo:

Regularizar o polo ativo da ação retirando o nome de SACHA BRECKENFELD RECK, GUILHERME SALES GONÇALVES, JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO, LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA e GALENO FURTADO MONTE e incluindo o nome de EXPRESSO SÃO JOSE.

Permanecendo agora no polo passivo apenas os 06 requeridos, especificadamente:

01- DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – ST/DF**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.726/0001-56, com Sede no Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, Brasília-DF, CEP 70.075-900,

02- VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 54.360.623/0001-02, com sede na Est. Antônio Abdalla, nº 235, Jardim Califórnia, Piracicaba, SP, CEP 13.424-700, por intermédio de seus representantes legais,

03- VIAÇÃO PIONEIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.830.982/0002-43, com sede na A QNO 23, área especial 8, sala “A”, Setor “O”, Ceilândia, DF, CEP 72.262-300, por intermédio de seus representantes legais,

321
40

04- **AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76557867/0001-04, com sede na Rua Tefté, 687, Bom Retiro, Curitiba, PR, CEP 80520-110, na pessoa de seus responsáveis,

05- **CONSÓRCIO HP-ITA**, composto pelas empresas **HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.** e **ITA EMPRESAS DE TRANSPORTES LTDA.**, na pessoa de seu representante legal, com sede na Avenida Marginal Norte, numero 216, Setor Marechal Rondon, Goiânia- GO.

06- **EXPRESSO SÃO JOSE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.627.142/0001-46, com sede na SGCV Sul Lote 5ª, Guará-DF, CEP: 71925-000.

Diante do exposto, requer o recebimento da presente emenda a inicial, nos termos expostos, bem como o prosseguimento do presente feito.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

SAMAMBAIA - DF, 09 de setembro de 2013.

Elane Costa do Amaral
ELANE COSTA DO AMARAL
OAB-DF 36.389





Processo : 2013.01.1.132169-8
Classe : Procedimento Ordinário
Assunto : Atos Administrativos
Requerente : SANTOS E PRADELA NEGOCIOS E TRANSPORTES LTDA
Requerido : SACHA BRENCKENFELD RECK e outros

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc.

Recebo a emenda de fls. 331/332. Determino à Secretaria que promova a alteração do pólo passivo da presente demanda, dele passando a constar, tão-somente, as pessoas jurídicas arroladas na emenda.

Trata-se de ação declaratória proposta por Santos e Pradela Negócios e Transportes Ltda contra o Distrito Federal e outros, pela qual a parte autora pede, liminarmente, a suspensão dos contratos administrativos celebrados pelos réus em face da licitação regida pelo Edital nº 01/2011 - STDF.

Relata a ocorrência de diversas irregularidades no processo de licitação, vícios insanáveis capazes de comprometer o caráter concorrencial para, ao final, pedir provimento jurisdicional capaz de reconhecer as referidas nulidades.

É o relatório. Decido.

Verifico que a presente demanda apresenta o mesmo objeto da ação nº 2013.01.1.052450-4, que tramita perante a 1ª Vara de Fazenda Pública, qual seja, o reconhecimento de vícios invalidantes da licitação regida pelo Edital nº 01/2011 - STDF.

Por esse motivo, e com fundamento no artigo 103 do CPC, declino da competência em favor do Juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal.

Intimem-se.

Brasília - DF, terça-feira, 10 de setembro de 2013 às 16h55.

João Henrique Zullo Castro
Juiz de Direito Substituto

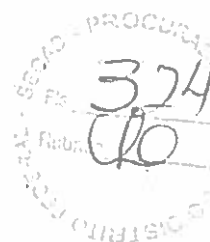
Registrado

Último andamento: 10/09/2013 - DETERMINADA PUBLICACAO NO DJE - PAUTA DO DIA -

10092013

Incluído na Pauta: 10/09/2013

1/1





Processo : 2013.01.1.132169-8
Classe : Procedimento Ordinário
Assunto : Atos Administrativos
Requerente : SANTOS E PRADELA NEGOCIOS E TRANSPORTES LTDA
Requerido : VIACAO PIRACICABANA LTDA e outros

DECISÃO INTERLOCUTORIA

R.A.

O processo nº 2013.01.1.052450-4 encontra-se concluso para sentença, assim não se mostra necessário realizar o apensamento (fl. 342).

Notifique(m)-se o(s) o Distrito Federal(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação, falar sobre o pedido de antecipação de tutela. Na mesma oportunidade, cite-se o DF.

Ainda, cite-se as pessoas jurídicas de direito privado.

Após a resposta do Distrito Federal, será apreciada o pedido de antecipação de tutela.

Brasília - DF, quarta-feira, 18 de setembro de 2013 às 17h35.

Mário Henrique Silveira de Almeida
Juiz de Direito Substituto

Registrado

Último andamento: 18/09/2013 - DETERMINADA PUBLICAÇÃO NO DJE - PAUTA DO DIA -

19/09/2013

Incluído na Pauta: 19/09/2013



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DO DF

PROCESSO: 2013.01.1.132169-8

SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA., já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, através de sua advogada devidamente constituída, com o devido respeito e acatamento perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho de fl. 329 requerer a emenda da petição inicial, nos termos abaixo:

Regularizar o polo ativo da ação retirando o nome de SACHA BRECKENFELD RECK, GUILHERME SALES GONÇALVES, JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO, LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA e GALENO FURTADO MONTE e incluindo o nome de EXPRESSO SÃO JOSE.

Permanecendo agora no polo passivo apenas os 06 requeridos, especificadamente:

01- DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – ST/DF**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.726/0001-56, com Sede no Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, Brasília-DF, CEP 70.075-900,

02- VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 54.360.623/0001-02, com sede na Est. Antônio Abdalla, nº 235, Jardim Califórnia, Piracicaba, SP, CEP 13.424-700, por intermédio de seus representantes legais,

03- VIAÇÃO PIONEIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.830.982/0002-43, com sede na A QNO 23, área especial 8, sala “A”, Setor “O”, Ceilândia, DF, CEP 72.262-300, por intermédio de seus representantes legais,

04- AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76557867/0001-04, com sede na Rua Testé, 687, Bom Retiro, Curitiba, PR, CEP 80520-110, na pessoa de seus responsáveis,



05- CONSÓRCIO HP-ITA, composto pelas empresas **HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.** e **ITA EMPRESAS DE TRANSPORTES LTDA.**, na pessoa de seu representante legal, com sede na Avenida Marginal Norte, numero 216, Setor Marechal Rondon, Goiânia- GO.

06- EXPRESSO SÃO JOSE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.627.142/0001-46, com sede na SGCV Sul Lote 5ª, Guará-DF, CEP: 71925-000.

Diante do exposto, requer o recebimento da presente emenda a inicial, nos termos expostos, bem como o prosseguimento do presente feito.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

SAMAMBAIA - DF, 09 de setembro de 2013.

Elane Costa do Amaral
ELANE COSTA DO AMARAL
OAB-DF 36.389

132169-8 / 2013

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DO DF



CONTRA-FÉ

SANTOS E PRADELA NEGOCIOS E TRANSPORTES LTDA., sociedade empresaria limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 11.565.460/0001-83, estabelecida no STRC/Sul, Área Especial, Trecho 01, conjunto B, Lote 08, sala 106, 1º andar, CEP: 71.215-100, Brasília - DF, representado por sua sócia **Camila Ignez Pradela de Oliveira**, brasileira, casada, empresaria, portadora da cédula de identidade nº. 3065433 SSP/DF e inscrita no CPF sob o nº. 221.081.138-43, residente e domiciliada nesta capital, por intermédio de seus advogados devidamente constituídos, vem com devido respeito e acatamento perante Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATORIA DE NULIDADE DE ATOS ADMINISTRATIVOS COM PEDIDO DE LIMINAR

01- Em face do **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio de sua **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – ST/DF**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.726/0001-56, com Sede no Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, Brasília-DF, CEP 70.075-900,

02- VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 54.360.623/0001-02, com sede na Est. Antônio Abdalla, nº 235, Jardim Califórnia, Piracicaba, SP, CEP 13.424-700, por intermédio de seus representantes legais,

353

03- VIAÇÃO PIONEIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.830.982/0002-43, com sede na A QNO 23, área especial 8, sala "A", Setor "O", Ceilândia, DF, CEP 72.262-300, por intermédio de seus representantes legais,

04- AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76557867/0001-04, com sede na Rua Tefté, 687, Bom Retiro, Curitiba, PR, CEP 80520-110, na pessoa de seus responsáveis,

05- CONSÓRCIO HP-ITA, composto pelas empresas **HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.** e **ITA EMPRESAS DE TRANSPORTES LTDA.**, na pessoa de seu representante legal, com sede na Avenida Marginal Norte, numero 216, Setor Marechal Rondon , Goiânia- GO.

06- EXPRESSO SÃO JOSE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.627.142/0001-46, com sede na SGCV Sul Lote 5º, Guará-DF, CEP: 71925-000.

ESTAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO A SEGUIR EXPOSTAS:



HISTORICO DOS FATOS

O executivo do Distrito Federal emitiu o Edital de Licitação de Concorrência Publica nº 001/2011, para concessão do transporte publico local, a ser explorado por cinco empresas, dividido os lotes em 5 bacias geográficas.

Em março de 2012 foi feita a reabertura do edital de Licitação de Concorrência Publica nº 001/2011. Posteriormente, em agosto de 2012 foi republicado o edital de Licitação de Concorrência Publica nº 001/2011, sendo que 9 empresas concorreram.

Na data de 14/09/2012 foi realizada a sessão de abertura dos envelopes de habilitação da Concorrência. Após as considerações e apontamentos, foram inabilitadas as empresas: 1) Consorcio Brasília, 2) Consorcio Distrito Federal e Transportes Urbanos, 3) Viplan – Viação Planalto LTDA, 4) Santos e Pradela Negócios e transportes LTDA, 5) Planalto Rio Preto Transportes Coletivos LTDA, 6) Empresa de transporte Vera Cruz LTDA ME e habilitadas as empresas: 1) Viação Cidade Brasília LTDA, 2) Viação Pioneira LTDA e 3) Expresso São Jose LTDA.

A inabilitação do Consorcio Brasília se deu entre outras razões pelo fato de que ao apresentar a documentação referente às demonstrações contábeis, a consorciada RAPIDO VENEZA LTDA, não apresentou comprovante de entrega dos arquivos perante a Receita Federal. Já a inabilitação do Consorcio Distrito Federal e Transportes Urbanos se deu entre outras razões pelo fato de apresentar balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício em desacordo com as exigências do edital.

A inabilitação da Viplan – Viação Planalto deu entre outras razões pelo fato de apresentar declaração da licitante, não informando o nome, cargo, endereço e telefone de funcionário do órgão emitente do atestado que possa prestar, caso necessário, esclarecimentos sobre o documento em caso de diligencia da comissão e também por deixar de apresentar Certidão Negativa de Falência, concordata e recuperação judicial.

A inabilitação da Santos e Pradela Negócios e transportes LTDA se deu por apresentar atestados que não foram homologados pelo DFTrans, e, segundo informações fornecidas por essa ultima autarquia nos processos administrativos 0098-004881/2012 e 0098-004883/2012, as subcontratações em questão não foram submetidas ao conhecimento e anuência prévios do Poder Concedente, sendo nulas, de pleno direito e, inaptas, portanto, a produzir qualquer efeito.

A inabilitação da Planalto Rio Preto Transportes Coletivos LTDA se deu entre outras razões pelo fato de apresentar atestado que não foi homologado pelo DFTrans, e, segundo informação fornecida por essa ultima autarquia no processo administrativo 0098-004881/2012, a subcontratação em questão não foi submetida ao conhecimento e

anuência prévios do Poder Concedente, sendo nulas, de pleno direito e, inapta, portanto, a produzir qualquer efeito. A inabilitação da Empresa de transporte Vera Cruz LTDA ME se deu entre outras razões pelo fato de deixar de apresentar as informações exigidas no item 21.4.1.1.4 do Edital.

Em face do julgamento acima mencionado, as 6 empresas inabilitadas entraram com recursos, inconformadas com a decisão. Diante desses recursos, foram apresentadas impugnações pela Expresso São Jose Ltda.; Viação Pioneira Ltda.; Consorcio Brasília; Viação Cidade Brasília Ltda. e Viplan, sendo que a Viplan apresentou, além do recurso mencionado, dois requerimentos.

Posteriormente a Comissão Especial de Licitação em seu relatório, apreciou os recursos, impugnações e requerimentos. Emitiu seu julgamento afirmando ter estabelecido motivações acerca de todos os pontos suscitados pelos preponentes. Concluiu, por fim, pelo provimento parcial e pelo desprovimento dos recursos. Ante ao julgamento dos recursos, a Comissão decidiu pela habilitação da Viação Pioneira Ltda., nos lotes 1, 2, 3, 4 e 5; e da Expresso São Jose Ltda., nos lotes 1, 2, 3, 4 e 5 e pela inabilitação do Consorcio Brasília, Consorcio Distrito Federal e Transportes Urbanos, Viplan – Viação Planalto LTDA, Santos e Pradela Negócios e transportes LTDA, Planalto Rio Preto Transportes Coletivos LTDA, Empresa de transporte Vera Cruz LTDA ME e Viação Cidade Brasília LTDA.

Em seguida, após análise de recursos e questionamentos foram declaradas vencedoras da Licitação as empresas Viação Pioneira Ltda. e Expresso São Jose Ltda., com assinatura dos contratos em 28/12/2012.

Em janeiro de 2013 foi republicado o edital de Licitação de Concorrência Publica nº 001/2011, visando a contratação de mais 3 bacias restantes do edital 001/2011.

Após a reabertura, no dia 04/02/2013 foi feita a sessão publica de entrega de documentação e propostas financeiras, onde varias empresas entregaram os envelopes de habilitação e das propostas.

Cabendo ainda salientar que tendo em vista a entrega das documentações e propostas todas lacradas e assinadas pelos proponentes, o Presidente da Sessão declarou encerrada a fase de recebimento dos envelopes de habilitação e das propostas.

Dias depois a Secretaria de Transporte juntamente com o Presidente da Comissão de Licitação, após a análise de recursos, impugnações e considerações feitas pelas empresas, habilitaram as empresas Auto Viação Marechal e o Consorcio HP-ITA e inabilitaram as empresas Viação Piracicabana, Consorcio Grupo Empresarial SOGIMA, Transportes OK, Taguatur, Viplan, Viação Cidade Brasília, COOPERBRASIL, Consorcio Metropolitano e Empresa de Transportes Vera Cruz.

A inabilitação da Viação Piracicabana se deu entre outras razões pelo fato de apresentar certidão positiva, com anotação da Secretaria de Fazenda – SEFAZ com efeito de negativa, mas que não foi confirmada pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo através do CRDA nº 2958168, não atendendo as exigências do item 21.3.1.4 do edital. E por apresentar demonstrações contábeis firmadas apenas por um dos administradores, em desatendimento ao contrato social da empresa, pois a irregularidade dos documentos contábeis apresentados pela licitante impede a apuração idônea do calculo, tornando prejudicada a avaliação do índice de endividamento geral da licitante.

A inabilitação da Consorcio Grupo Empresarial SOGIMA se deu entre outras razões pelo fato de que o atestado de capacidade técnica apresentado pela consorciada Cooperativa de Transportes Alternativos de Taguatinga e Ceilândia não comprova a prestação do serviço em nome próprio, pertinente e compatível com o objeto licitado, qual seja, serviço publico de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, nem a existência de subconcessão ou subcontratação de tais serviços autorizada pelo respectivo Poder Concedente. Ademais, o atestado não foi emitido por pessoa jurídica de direito publico ou privado prestadora de serviço publico, não sendo o mero pedido de homologação do atestado suficiente para suprir a falta de comprovação de subconcessão ou subcontratação.

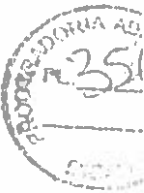
A inabilitação da Transportes OK se deu entre outras razões pelo fato de apresentar somente a ultima alteração contratual, não consolidada, desacompanhada da versão original e demais alterações do contrato social, impossibilitando a verificação das demais clausulas que não foram revogadas pela ultima alteração.

A inabilitação da Taguatur se deu entre outras razões pelo fato de apresentar certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da cidade de São Luís-MA e não da sede da licitante, São Jose do Ribamar-MA.

A inabilitação da Viplan se deu entre outras razões pelo fato de deixar de apresentar certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial.

A inabilitação da Viação Cidade Brasília se deu entre outras razões pelo fato de que a licitante apresentou em nome próprio somente um atestado nos termos exigidos pelo edital para a comprovação da qualificação técnica, o qual não atende os quantitativos mínimos de passageiros de transportes. Atestados de serviços prestados por outras empresas, ainda que possuam os mesmos sócios, ou que utilizem veículos da licitante, não são provas da capacidade da empresa licitante.

Após a publicação do julgamento da habilitação publicado no DODF em 04/03/2013, foram interpostos recursos pelos seguintes proponentes: Viação Piracicabana Consorcio Grupo Empresarial SOGIMA, Transportes OK, Taguatur, Viplan, Viação



351

Cidade Brasília, COOPERBRASIL e Consorcio Metropolitano. Diante desses recursos foram apresentadas impugnações pelo Consorcio HP-ITA, Viação Piracicabana, Auto Viação Marechal, VIPLAN, Viação Cidade Brasília, COOPERBRASIL, Consorcio Grupo SOGIMA. Em seguida a Comissão Especial de Licitação apreciou os recursos e impugnações apresentadas e decidiu pela habilitação da Auto Viação Marechal, Consorcio HP-ITA e Viação Piracicabana.

Ocorre que pela análise dos autos pode-se concluir que a habilitação das empresas Auto Viação Marechal, Consorcio HP-ITA e Viação Piracicabana se deu de forma irregular, tendo em vista a inclusão de novos documentos das empresas nos autos do processo de licitação após a fase de encerramento das propostas e habilitações em substituição aos documentos originais, inclusive havendo a renumeração dos autos sem qualquer justificativa dos membros da comissão.

Por conseguinte houve a assinatura dos contratos com as respectivas empresas habilitadas, 2 empresas em 2012 e 3 empresas em 2013.

Oportuno ainda esclarecer que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados foi quem prestou assessoria jurídica em todo processo licitação, atuando, inclusive, na análise de impugnações e recursos das concorrentes, sendo responsável pela resposta de todas as impugnações feitas durante a licitação. A atividade desempenhada por eles junto ao processo licitatório, se deu pela contratação da LOGITRANS (tendo como presidente *Garrone Reck*) que contratou a Arcadis Logos que contratou o escritório de Sacha Reck (filho de *Garrone Reck*), informações essas extraídas do documento emitido pelo Secretario de Transportes que esclarece a uma deputada a contratação do escritório na presente licitação.

A LOGITRANS segundo informações da secretaria de Transportes foi a empresa contratada pelo BID, que na época detinha um acordo de cooperação com o Governo do DF, com a finalidade de elaborar as propostas e reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público. Ocorre que após o fim do acordo de cooperação com o BID a secretaria de transporte resolveu dar continuidade ao contrato com a LOGITRANS e a mesma continuou atuando na licitação, detendo assim desde a data anterior da licitação, informações privilegiadas a respeito da licitação de transporte publico do DF.

Esclarecendo ainda que ate a presente data não de visualizou o contrato escrito entre a Arcadis Logos e o escritório, tampouco seu objeto, apenas uma proposta enviada pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados para a Arcadis Logos informando inclusive a equipe técnica bem como as atividades desenvolvidas, como elaboração de minutas, respostas a esclarecimentos e impugnações, defesas no procedimento

licitatório, defesas, contestações e intervenções judiciais e junto ao TCDF.

Ocorre ainda que os advogados do escritório não exerceram apenas a função de simples consultoria jurídica para a Comissão de Licitação, é possível afirmar que a licitação foi totalmente conduzida pelos advogados, que emitiam pareceres, respondiam as impugnações e esclarecimentos, bem como adjudicação das empresas, atuando também na esfera judicial com a defesa dos atos da licitação, sem qualquer contrato direto com a administração pública, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação.

Afora isso, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados tem aparente conflito de interesses ao certame, uma vez que patrocina causas de interesse de empresas envolvidas no certame, conforme documentos em anexos, bem como procurações e outros.

Imperioso destacar ainda que a participação e vitória das empresas Viação Piracicabana Ltda., Viação Pioneira Ltda e Viação Marechal foram viabilizadas desde o começo da licitação, através de articulações feitas pelo senhor Garrone Reck representante da Logitrans e seus familiares e pelo escritório do senhor Sacha Breckenfeld Reck, entre varias outras pessoas que participaram do certame.

Oportuno esclarecer que a Expresso União Ltda., a Viação Piracicabana Ltda. e a Viação Pioneira Ltda. têm sócios e administradores comuns, nas empresas e nos grupos. Além disso, elas também se revezam nas cotas societárias e administração umas das outras, bem como de seus respectivos grupos econômicos. Isso é perfeitamente comprovado pelas fichas cadastrais e certidões simplificadas anexas à petição.

Verifica-se, contudo, que diversas irregularidades foram praticadas durante toda licitação, que macularam sua condução e as contratações firmadas, entre elas:¹

- a) Elaboração dos estudos de viabilidade econômica do transporte do DF, bem como do edital de licitação 01/2011 com critérios subjetivos, com intuito exclusivo de beneficiar as empresas ligadas de forma direta ou indireta ao escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e as empresas do senhor Garrone Reck.
- b) Conhecimentos privilegiados pela empresa LOGITRANS representada por Garrone Reck, responsável pelo estudo de viabilidade que ensejou a licitação, com posterior

¹ DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 11/2013. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 05 jun. 2013. p. 55.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 01/2012. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 02 jan. 2013. p. 24.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 007/2013. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 29 abr. 2013. Retificado em 02 maio 2013. p. 64.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 008/2013. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 29 abr. 2013. Retificado em 02 maio 2013. p. 64.
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. Extrato do Contrato nº 02/2012. Processo nº 090.000.455/2010. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 02 jan. 2013. p. 24.

assessoria jurídica e condução de licitação pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados na licitação;

- c) Condução de todo o processo licitatório por pessoa sem vínculo algum com a Administração e com claro conflito de interesses: o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação.
- d) O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados que conduziu toda licitação, também é patrono de causas de algumas empresas vencedoras no certame;
- e) Adjudicação e contratação de mais de um lote da licitação por empresas com interesse econômico comum, a despeito da vedação constante do edital e demais normas aplicáveis;
- f) Quebra do sigilo das propostas pela exigência, na qualificação técnica, de atestado homologado pelo DF/TRANS, autarquia vinculada à ST/DF.
- g) Retardamento no cumprimento de decisões judiciais no curso da licitação, com exclusivo interesse de habilitar apenas empresas ligadas ao senhor Sacha Breckenfeld Reck.
- h) Preços superfaturados, tendo em vista a Secretaria de Transportes ter alegado sigilo e não ter disponibilizado o orçamento detalhado e os memoriais de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo estimado de viagem e após o resultado pôde ser verificado a baixa competitividade do certame e as tarifas técnicas vencedoras próximas ao teto fixado no edital, sendo duas coincidentes com a tarifa máxima.
- i) Inclusão de documentos novos nos autos do processo de licitação, após o encerramento da entrega das propostas e documentos de habilitação.
- j) Edital não atendeu a obrigatoriedade prevista em lei federal e distrital de no mínimo duas empresas para exploração de cada linha ou trecho;

Muitos desses fatos são notórios, divulgados reiteradamente na mídia. A insatisfação se tornou pública, noticiada por entidades civis perante os órgãos de Controle.

O próprio Ministério Público do Distrito Federal, em diversas oportunidades, pronunciou-se sobre as ilegalidades constatadas na licitação em comento, para suspensão e posterior anulação dos contratos com empresas vencedoras do certame.

A lesão é de tamanha gravidade que, além de ter sido frustrada a competitividade do certame, existem elementos persuasivos de prova em relação à violação da impessoalidade e moralidade da sua condução.

DO DIREITO

Consoante os princípios norteadores da licitação, de que aduz a Lei nº 8.666/93, a licitação é um procedimento que se caracteriza por ser administrativo e formal, devendo escoimar vícios de preferências, assim como, privilégios aos partícipes.

Indubitavelmente, a requerente, ao participar de licitações de mesmo objeto, cuja contratação não se efetivou sob os comandos de direção do mesmo empresário, ora vencedor da licitação em comento, traduz uma aparente vantagem e preferência no tocante ao objeto a ser contratado.

Por essas razões, a presente licitação não se reveste dos critérios de impessoalidade, moralidade e legalidade a que dispõe o art. 3º da Lei nº 8.666.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – NOVACAP – EMPRESA PARTICIPANTE – EX-MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO – EXONERAÇÃO DO CARGO PÚBLICO ANTES DA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO.

1. Consoante os princípios norteadores da Lei nº 8.666/93, o processo licitatório deve ser amparado por critérios de impessoalidade, moralidade e legalidade.
2. Havendo indícios de que a licitação encontra-se escoimada em vantagem ilícita a um dos partícipes, impõe-se a suspensão do contrato administrativo decorrente do edital de licitação, por afronta aos princípios legais.
3. Deu-se provimento ao agravo de instrumento.

Ao analisar as razões expostas pela Comissão de Licitação para inabilitar as empresas nos julgamentos, verifica-se que os argumentos utilizados extrapolaram os critérios objetivos expostos no edital, aprofundando em critérios subjetivos, como por exemplo, foi exposto na inabilitação do Consorcio Brasília a respeito da alteração contratual em que houve um erro de assinatura pelas sócias, fato este que foi minuciosamente analisado pela Comissão, o que causa inclusive estranheza pela riqueza de detalhes.

Verifica-se, portanto que as empresas foram inabilitadas pelas mais diversas motivações que foram pontuadas em cada uma, porem em muitas não tiveram a fundamentação jurídica correspondente e nem o item do edital ao qual estava sendo violado, situação esta que vai de encontro ao princípio do julgamento objetivo aplicado ao procedimento licitatório.

A comissão de licitação deveria seguir as normas definidas na lei e no ato convocatório, afastando a incidência de características subjetivas dos avaliadores e dos avaliados.

Ocorre que houve a inclusão de novos documentos das empresas Auto Viação Marechal, Consorcio HP-ITA e Viação Piracicabana nos autos do processo de licitação após a fase de encerramento das propostas e habilitações, em substituição aos



documentos originais, inclusive havendo a renumeração dos autos, sem qualquer justificativa, havendo total favorecimento a essas empresas com tal conduta. 365

Por conseguinte, diante das diversas motivações que foram apresentadas para inabilitar as empresas apresentadas, torna-se até instigante conhecer a perfeição dos critérios das empresas habilitadas. Porém o que se pretende apresentar Excelência é a situação de desvantagem existente nas avaliações das empresas, em que de certo foram utilizados critérios de "dois pesos e de duas medidas" para habilitar e inabilitar, com suposto tratamento privilegiado para as empresas que obtiveram êxito na licitação.

Após a análise da legislação aplicada ao procedimento licitatório, bem como ao observar minuciosamente os fatos que compuseram a presente licitação, pode-se constatar vestígios da existência de fraudes no certame, fatos estes que podem ter beneficiado algumas empresas em detrimento de outras que foram banalmente inabilitadas pelos mais diversos motivos e que findou-se na consagração como vitoriosas de algumas outras empresas.

Cabe ao Estado, em casos que haja qualquer tipo de questionamento à aplicação da isonomia e de outros princípios norteadores da licitação, usar do princípio da proporcionalidade afim de que não sejam comprometidos o nem o interesse público nem a equidade entre os concorrentes, para que assim a licitação ocorra de forma justa e que venha a sanar as necessidades que ela se propõe.

Em caso de comprovadas irregularidades maiores, com ofensa direta não só a isonomia mas também a moralidade e a probidade administrativa, o processo licitatório deve ser considerado nulo, pois uma ofensa desse porte retira dela suas características principais de legalidade e concorrência leal em busca do melhor para o Estado.

DA VEDAÇÃO DO EDITAL DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS PERTENCENTES A UM MESMO GRUPO ECONOMICO

O instrumento de convocação da licitação proibia a adjudicação de mais de um lote à mesma empresa, consórcio de empresas ou empresas com interesse econômico comum ou grupo econômico.

As concorrentes, com a firme intenção de se esquivar dessa regra do edital:

- a) promoveram alterações contratuais, excluindo e incluindo sócios umas das outras; e
- b) tinham, na sua empresa e respectivo grupo econômico, sócios e administradores comuns aos da empresa ou grupo econômico do outro lote adjudicado.

A empresa Piracicabana e a empresa Viação Pioneira foram habilitadas de forma irregular afrontando o instrumento convocatório previsto no item 16:

EDITAL:

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.

A empresa Piracicabana e a empresa Viação Pioneira Ltda fazem parte de um grupo econômico que tem como ligação a empresa Expresso União Ltda, que não participou da licitação para camuflar a real ligação entre as três empresas, fato este que vai de encontro ao item 16.1.5, que veda a participação de duas empresas que participem do mesmo grupo econômico, mesmo que seja concorrendo a bacias diferentes.

O objetivo do item acima mencionado no edital, é para evitar que empresas que parte de um mesmo grupo econômico venham se beneficiar de todos os lotes da licitação, evitando assim pequenos monopólios, oligarquias e licitações que vão de encontro aos interesses públicos, aos princípios da igualdade, da isonomia, garantia do direito de concorrência.

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Ocorre que no intuito de burlar as exigências do edital quanto às vedações previstas nos itens acima mencionados, os responsáveis pelas empresas fizeram alterações contratuais para maquiar a atual realidade de grupo econômico a qual compõem.

Na alteração contratual de nº 43 registrada no dia 30/10/2012, da Viação Piracicabana, os senhores Henrique Constantino, Ricardo Constantino, Joaquim Constantino Neto e Constantino de Oliveira Junior renunciaram aos cargos de administradores da empresa, com intuito de se adequar ao edital, em especial art. 16.1.2, alínea "g", e poder participar sem revelar sua verdadeira situação de sócios comuns e pertencente ao GRUPO ECONOMICO CONSTANTINO, ao qual também pertence a empresa Viação Pioneira, também vencedora da licitação.

Pela análise minuciosa das relações que compõem as empresas Expresso União, Viação Piracicabana e Viação Pioneira constata-se que seus sócios e administradores tratam-se de pessoas comuns e que essas pessoas se revezam tanto nas cotas societárias, quanto nas administrações dessas empresas, levando-se a clara e visível



conclusão de que compõem um grupo econômico chamado CONSTANTINO, que também é composto por várias outras empresas no Brasil.

O que se percebe é que o esquema tem por objetivo tentar, por meio da nomeação de vários sócios em outras empresas, também ligadas à Expresso União, descaracterizar o grupo econômico.

Diante disso sabe-se que o conceito específico de Grupo Econômico ainda não é um ponto concreto na doutrina e na atual jurisprudência, pois para configuração da existência desse fenômeno pode-se utilizar vários parâmetros de relações entre empresas, mas o que deve ser levado em consideração participação efetiva dos interesses econômicos e financeiros de uma em relação a outra, que é o caso abordado em tela.

A identificação de tais grupos nem sempre é tarefa das mais fáceis, tendo em vista que são inúmeras as formas sob as quais se materializam as relações econômicas entre as entidades, as quais continuam dotadas de personalidade e patrimônio próprios, aparentemente independentes.

Porem a existência do grupo econômico composto pela Expresso União, Viação Piracicabana e Viação Pioneira, pode facilmente ser percebido pela análise dos quadros abaixo e das composições relacionadas e ainda dos interesses que envolvem as empresas.

EXPRESSO UNIAO LTDA		
Sócio 1) COMPORTE PARTICIPAÇÃO S/A – Henrique Constantino e Joaquim Constantino.	Sócio 2) BELATRIX PARTICIPAÇÃO S/A – Auristele Constantino e Cristiane Constantino.	Sócio 3) RENPET PARTICIPAÇÕES S/A - Auristela Constantino e Cristiane Constantino.
Administradores: 1 – Auristela 2 – Jose Efraim 3 – Paulo Sergio 4 – 5 - Cristiane		

VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA	
Sócio 1) COMPORTE PARTICIPAÇÃO S/A – Henrique Constantino e Joaquim Constantino.	Socio 2) GLARUS - e Paulo Sergio.
Administradores: 1 – 2 - Paulo Sergio 4 – Jose Efraim	

VIAÇÃO PIONEIRA LTDA	
1) Sócia administradora – Auristela Constantino	2) Sócia Administradora – Cristiane Constantino

A Viação Pioneira foi consagrada vencedora da Bacia 02, sendo adjudicada no dia 09/04/2013, salientando ainda que a Bacia 02 foi a maior licitada, com uma frota de 640 ônibus. A Viação Piracicabana foi consagrada vencedora da Bacia 01 no dia 03/06/2013.

Com isso, mesmo com a existência do grupo econômico e a violação do edital por este ato, cumpre salientar ainda que o Edital veda que a mesma empresa ou consorcio sejam vencedoras em mais de uma bacia, conforme abaixo:

16.1.7 - Os licitantes poderão apresentar proposta para todos e quaisquer lotes que lhes interessarem, estando, no entanto, a adjudicação limitada a apenas um lote.

Assim, estando diante da vitória da Viação Pioneira na bacia 02 e da Viação Piracicabana na bacia 01, o mesmo grupo econômico estará vencendo 02 bacias, o que corresponde a quase metade de toda a concorrência pública, uma evidente violação ao edital.

A Administração Pública não poderia descumprir as normas e condições do edital.² Assim, uma vez que delimitou a licitação por lotes e a proibição de sua adjudicação por empresas com interesse econômico comum, conforme diretrizes da Lei de Concessões,³ se vinculou aos seus próprios termos.

No enfrentamento de situações relacionadas a essa figura empresarial, a jurisprudência firmou entendimento de constituir grupo econômico a “harmonização das alterações societárias, a revelar que o controle de todas as sociedades que o integram se dá pelas mesmas pessoas”.⁴

A adjudicação de “bacias geográficas” para empresas de comum interesse econômico é nula, prejudicando inexoravelmente a licitação dos lotes.

Diante das irregularidades acima apontadas a respeito do grupo econômico e da vedação prevista em edital, faz-se necessário que o Poder Judiciário venha intervir e declarar a nulidade dos contratos que foram irregularmente assinados no decorrer da licitação.

² BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. “Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”.

³ BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. “Art. 29. Incumbe ao poder concedente: [...] XI - incentivar a competitividade; [...]”.

⁴ BRASIL. Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Agravo de Instrumento nº 2006.03.00.024994-4, de 25 de agosto de 2011. Relator Juiz convocado Leonel Ferreira.

365

Indícios de participação societária do Grupo Constantino na operação do sistema de bilhetagem automática no DF

Outra irregularidade encontrada no Sistema de Transporte Público do DF é a participação societária do Grupo Constantino no controle do sistema de bilhetagem automática do DF através da compra de percentuais da empresa TDmax - Transdata, atual responsável pelo serviço de tecnologia do SBA.

As informações a respeito dessas irregularidades são objeto de auditoria do Tribunal de Contas do DF, onde é afirmado a existência do convenio 01/2008 celebrado entre DFtrans e a FACIL anulado em 2011, convenio este que originou na contratação pela FACIL da TDmax - Transdata, atual responsável pela prestação de serviços de tecnologia da informação do SBA.

Frisa-se que a Transdata é responsável pelos serviços de tecnologia do sistema de bilhetagem eletrônica e tem como função garantir o cadastramento, a distribuição, a comercialização e habilitação de cartões, bem como a venda de créditos e arrecadação de valores. Inclusive a empresa também é responsável pelo pagamento e resgate feito pelas permissionárias, tendo com livre acesso sobre o funcionamento do STPC/DF.

Portanto, não é razoável qualquer tipo de vínculo ou ligação entre a empresa responsável pela geração e apuração de valores, no caso a Transdata, e as operadoras do Sistema de Transporte Publico do DF, que irão receber esses valores do DFTrans.

Ocorre que foram identificados indícios de que a maioria do capital social da Transdata está em poder de pessoas com relação de parentesco com os titulares de um dos principais grupos empresariais operadores de transporte publico no DF e no Brasil, o GRUPO CONSTANTINO.

Salienta-se que as empresas Cidade Brasília, Satélite, Pioneira e Planeta, atuais operadoras do Transporte Público no DF, todas pertencem a família CONSTANTINO. Vejamos portanto os indícios dessas afirmações acima:

O capital social da Transdata esta distribuído da seguinte forma:

Sócio da Transdata indústria e serviços de automação Ltda.	Participação no capital social
LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI	10%
LUIZ DA SILVA FREITAS JUNIOR II	10%
ANDREA PUGLIA TAVARES	10%
TOYO PARTICIPACOES Ltda.	70%
	Total: 100 %

Abrindo a composição da empresa TOYO, verificamos que a totalidade de seu capital social esta distribuído entre pessoas jurídicas:

Sócios da TOYO PARTICIPAÇÕES Ltda.	Participação no capital social
IAC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	42,33%
EPM ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME	16,67%
PTC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	41,00%
	Total: 100 %

Na sequencia, verifica-se que a composição do capital das três empresas titulares das cotas da TOYO, bem como a IAC, EPM e PTC são pessoas físicas:

Sócios da PTC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	Participação no capital social
SAULO DE TARSO CALDEIRAS	0,40%
PEDRO CONSTANTINO	0,40%
IAC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	99,20%
	Total: 100 %
Sócios da IAC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	Participação no capital social
PEDRO CONSTANTINO	98,65%
IRENIDES CONSTANTINO PENTEADO	0,67%
MARIA ELAINE CONSTANTINO CALDEIRA	0,33%
ELOISA CONSTANTINO LINHARES	0,33%
	Total: 100 %
Sócios da EPM ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME	Participação no capital social
MITUO MARCOS TIROKO	70,00%
ELOISA CONSTANTINO LINHARES	30,00%
	Total: 100 %

A consolidação as participações de pessoas físicas, de acordo com o capital da transdata, encontra-se na tabela a seguir:

Sócios da Transdata, pessoa físicas.	Participação no capital da Transdata
PEDRO CONSTANTINO	57,43%
ANDREIA PUGLIA TAVARES	10,00%
LUIZ DA SILVA FREITAS JUNIOR	10,00%
LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI	10,00%
MITUO MARCOS TIROKO	8,17%
ELOISA CONSTANTINO LINHARES	3,50%
IRENIDES CONSTANTINO PENTEADO	0,39%
ELOISA CONSTANTINO LINHARES	0,19%
MARIA ELAINE CONSTANTINO CALDEIRA	0,19%
SAULO DE TARSO CALDEIRAS	0,11%
	SOMA: 99,99%

Frise-se que dos 10 sócios, 5 possuem sobrenome Constantino e controlam mais de 60 % do capital social da Transdata, auferindo a existência de parentesco entre eles e configurando um grupo econômico com interesse iguais, sendo assim o mesmo grupo empresarial que é detentor de parcela significativa da frota de ônibus que atualmente opera no transporte público coletivo no DF. E que inclusive permaneceu no controle do Transporte Público no DF, já que as empresas Piracicabana e Pioneira vencedoras do edital 001/2011 também pertencem ao grupo CONSTANTINO e a empresa Viação Marechal tem ligação direta com o grupo, conforme será demonstrado nesta inicial.

A criação de sucessivas sociedades com participações em outras empresas, aparentemente, teve por finalidade dificultar a identificação dos verdadeiros titulares da Transdata. Também chama atenção a reorganização societária ocorrida recentemente para contemplar os interesses da empresa PTC, a qual foi aberta em 25/05/2011, ou seja, logo após a decretação da assunção da FACIL pela DFtrans.

Outra questão instigante é a coincidência dos endereços vinculados as cinco empresas em apenas dois locais. O da Transdata e o da EPM são idênticos, na AV Benedito de Campos 737. As três TOYO, IAC e PTC estão situadas a AV Brigadeiro Faria Lima 1779, conjunto 62, compartilhando essas três a mesma linha telefônica.

Contudo, verifica-se que as atividades de tecnologia da informação fornecidas pela Transdata podem fazer conflito de interesse entre a DFtrans e as permissionárias do serviço de transporte público no DF, já que os responsáveis pela geração e apuração de valores arrecadados são os mesmos que irão recebê-los.

Assim diante de tudo que foi explanado a respeito do sistema de bilhetagem automática, verifica-se que além de um conflito de interesses, há a desobediência ao princípio da segregação de funções, que afirma que nenhum servidor ou seção administrativa deve controlar todas as fases inerentes a uma despesa consistindo na necessidade da administração em repartir funções, bem como ao princípio da moralidade e outros princípios que norteiam a atividade da administração pública.

Além de todas as irregularidades acima apontadas, afirma-se que outras empresas foram basilares para acobertar os interesses do Grupo Constantino no Sistema de Bilhetagem Automática muito antes dele assumir o controle societário da Transdata.

Pois em 2011 a LOGITRANS solicitou à secretaria de Estado de Transporte informações a respeito do sistema de bilhetagem automática sob o argumento de ter dado início as atividades de apoio ao processo de implantação do Sistema Integrado Público Coletivo do DF e tendo em vista a relevância para este processo da atualidade da base de dados disponíveis pela DFTrans e demais entidades vinculadas, em especial a base de informações do SBA.

Ocorre que durante toda a presente peça foi possível demonstrar a vinculação entre o Grupo CONSTANTINO e o escritório de advocacia de Sacha Reck filho do senhor Garrone Reck, presidente da LOGITRANS. Inegável a teia de fatos, atos e interesses que os ligam, levando-nos a indícios que essas informações privilegiadas que detém a LOGITRANS desde 2011 a respeito do SBA chegaram até o grupo Constantino.

DA VIOLAÇÃO AO SIGILO DAS PROPOSTAS

Como se não bastassem todos os vícios da licitação, anteriormente tratados, já se sabia, pela exigência da homologação prévia ao certame do atestado no DF/TRANS, quais empresas seriam concorrentes.

Com efeito, como dito antes, o edital firmou obrigação de apresentação de homologação de atestado perante o DF/TRANS para fins de demonstração de capacidade técnica.⁵

A Lei Geral de Licitações limita a exigência de requisitos para a qualificação técnica de licitantes nos arts. 27 a 31, estabelecendo, a comprovação de aptidão para o desempenho do objeto, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

A leitura da referida norma evidencia o objeto único do atestado: comprovar a aptidão para execução do objeto.

Na licitação em tela, exigiu-se atestado do licitante, nos termos seguintes:

21.4.1.1 - A LICITANTE deverá apresentar atestado emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, em quantidades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

O edital, contudo, não se limitou a esse requisito, exigindo a HOMOLOGAÇÃO de atestados, como se verifica da cláusula 21.4.1.1.2, indo muito além do

⁵ DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 13, de 22 de fevereiro de 2012. Edital de Concorrência nº 01/2011-ST. Concessão do serviço básico rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Aviso de Licitação. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 02 mar. 2012.
DISTRITO FEDERAL. Aviso de Reabertura de Edital de Concorrência nº 01/2011-ST, de 09 de agosto de 2012. Concessão do serviço básico rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Diário Oficial [do] Distrito Federal. 10 ago. 2012. Item 21.4.1.1.2.

que preconiza a legislação:

21.4.1.1.2 - Caso a prestação de serviço tenha sido realizada por subconcessão, o atestado fornecido pela subconcedente deverá ser homologado pelo respectivo **PODER CONCEDENTE**, tendo em vista o disposto no art. 26 da Lei Federal 8.987/1995.

A cláusula editalícia extrapolou a previsão do art. 30 da Lei de Licitações e o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, porquanto o atestado já se constitui como meio hábil e suficiente para demonstrar experiência e conhecimento do objeto.

A circunstância por si só fere o princípio de sigilo das propostas,⁶ quanto mais se, aliadas a ela, todos os outros fatos indicam violação da impessoalidade e moralidade públicas. É possível ainda afirmar que as regras estabelecidas para a habilitação dos concorrentes acerca da qualificação técnica, bem como outros requisitos, foram feitas sob medida para beneficiar algumas empresas sob influência do senhor Garrone Reck.

Nesta linha de raciocínio e pela análise do histórico apresentado da licitação, entre inúmeras outras irregularidades, inclusive a própria manipulação dos termos do edital para benefício de algumas empresas, é possível afirmar que o edital em questão e o item mencionado, estabelecem exigências iníquas com o objeto da licitação, inviabilizando a licitação para a maioria das empresas e facilitando através de artifícios para as empresas sob influência do senhor Garrone Reck.

OBRIGATORIEDADE DE NO MINIMO DUAS EMPRESAS PARA EXPLORAÇÃO DE CADA LINHA OU TRECHO

O presente Edital de Licitação 001/2011 - reabertura, não atendeu aos princípios da norma distrital e nem da norma federal, no que diz respeito à exploração dos serviços por pelo menos duas empresas na mesma linha, ou mesmo trecho.

O entendimento extraído da Lei 8987/95 em seu art. 7º, III, refere-se ao fato de que o usuário tem a garantia de “obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente.”

A Constituição da República, em seus artigos 170 e seguintes, dispõe sobre a ordem econômica, determinando os seus fundamentos (livre iniciativa e valorização

⁶ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. “Art. 3º [...] § 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.”

social do trabalho), suas finalidades (justiça social e valorização da pessoa humana) e seus princípios gerais (soberania, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa da soberania nacional e proteção da micro e pequena empresa).

Já o no art. 5º, XXXII, da Constituição Federal dispõe: "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor". Portanto o estado tem a obrigação de zelar pelo direito do consumidor, inclusive em seus serviços.

Portanto as normas dispostas acima tem o objetivo de garantir ao consumidor dos serviços a liberdade de escolha entre varias empresas concorrentes buscando sempre serviços eficientes e de qualidade.

Ocorre que o Secretário de Transportes ao editar o manual editalício incorreu em grande equívoco em não trazer em seu bojo os ditames previstos no art. 2º, § 1º da Lei 1.387/97:

Lei 1.387/1997

Art. 2º O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal terá em funcionamento, no mínimo, duas empresas para a exploração de cada linha ou trecho.

Observa-se que a Lei 1.387/1997 dispõe a respeito do processo licitatório do transporte público coletivo do Distrito Federal e afirma em seu texto a necessidade de funcionamento mínimo de duas empresas para exploração de cada linha ou trecho. Mandamento este que não foi incluso no texto do presente edital discutido.

Restou demonstrado que a grande preocupação do legislador nesta norma era de evitar que houvesse monopólio no sistema, ou exploração exclusiva por parte de um mesmo operador. De modo que a exploração de uma linha ou trecho não fosse realizada por apenas uma empresa.

Imperioso destacar que ainda no art. 2º da Lei 1387/97, porem no parágrafo 2º encontramos a previsão de que se pode deixar de observar o caput, em virtude de interesses públicos à administração pública. Porem no edital em discussão não existe nenhum tipo de previsão da norma disposta no art. 2º, e nem se quer justificativa de não aplicação em detrimento de interesse publico ou algo do tipo.

Perceptível, portanto que o edital simplesmente ignorou as normas dispostas nesta lei, sendo que o maior beneficiário seria o consumidor, pois existiria a concorrência entre as empresas que primariam pela qualidade e eficiência, tendo assim os usuários do sistema de transporte a possibilidade de escolher a empresa que oferecesse as melhores condições dos serviços prestados.

O edital prevê que a exploração do Transporte Publico no DF será feito a partir de 5 lotes, onde uma empresa ficara responsável por um lote, que é composto por

375

algumas cidades satélites. Portanto o administrador publico não se interessou em estabelecer critérios que atendessem as normas previstas na Lei 1.387/97 e na Lei 8987/95, ou seja, àqueles que privilegiassem a concorrência na prestação dos serviços, beneficiando assim aos usuários.

Percebe-se que o Distrito Federal simplesmente permitiu a criação de monopólios, a partir da exploração de cada lote/bacia por uma única empresa, sem qualquer tipo de concorrência, fato este que causa estranheza, já que o único objetivo dessa nova licitação era garantir serviços de qualidades aos usuários com um bom preço e afastar definitivamente os monopólios que assolavam o transporte público, praticado por grupos empresariais.

Diante do exposto acima, a presente licitação deve ser revista, tendo em vista a flagrante irregularidade em não atender os critérios estabelecidos nas leis 1.387/97 e 8987/95.

DA ATUAÇÃO DO ESCRITORIO DE ADVOGADOS GUILHERME GONÇALVES E SASHA RECK NO PROCESSO LICITATORIO

É possível comprovar através das provas acostadas aos autos as varias irregularidades existentes na licitação, entre as quais a efetiva consultoria prestada pelo escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck às autoridades responsáveis pela licitação, sem a existência de contrato escrito que autorize essa relação.

O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados foi responsável assessoria jurídica em todo processo licitação, atuando, inclusive, na análise de impugnações e recursos das concorrentes, sendo responsável ainda pela resposta de todas as impugnações feitas durante a licitação.

Curioso observar que os referidos advogados não integram os quadros da Administração Pública, porem seus atos habilitaram e desabilitaram empresas na licitação. Inclusive o próprio Sacha Reck foi o responsável por redigir a ata no dia da entrega das propostas, conforme foto em anexo constante em noticia publicada, porem não assinou as atas de presença, fato este um tanto quanto estranho, com suposta intenção de não vincular seu nome ao certame.

A atividade desempenhada por eles junto ao processo licitatório, se deu pela contratação da LOGITRANS (presidente *Garrone Reck*) que contratou a Arcadis Logos que contratou o escritório de Sacha Reck (filho de *Garrone Reck*) , informações essas extraídas do documento emitido pelo Secretario de Transportes que esclarece a uma deputada a contratação

do escritório na presente licitação.

A LOGITRANS segundo informações da secretaria de Transportes foi a empresa contratada pelo BID, que na época detinha um acordo de cooperação com o Governo do Distrito Federal, com a finalidade de elaborar as propostas e reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público. Ocorre que após o fim do acordo de cooperação com o BID a secretaria de transporte resolveu dar continuidade ao contrato com a LOGITRANS e a mesma continuou atuando na licitação, detendo assim desde a data anterior da licitação, informações privilegiadas a respeito da licitação de transporte público do DF.

Esclarecendo ainda que até a presente data não se visualizou o contrato escrito entre a Arcadis Logos e o escritório, tampouco seu objeto, apenas uma proposta enviada pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados para a Arcadis Logos informando inclusive a equipe técnica bem como as atividades desenvolvidas, como elaboração de minutas, respostas a esclarecimentos e impugnações, defesas no procedimento licitatório, defesas, contestações e intervenções judiciais e junto ao TCDF.

Ocorre ainda que os advogados do escritório não exerceram apenas a função de simples consultoria jurídica para a Comissão de Licitação, pois diante da análise dos documentos emitidos por eles, é possível afirmar que a licitação foi totalmente conduzida pelos advogados, que emitiam pareceres, respondiam as impugnações e esclarecimentos, bem como adjudicação das empresas, atuando também na esfera judicial com a defesa dos atos da licitação, sem qualquer contrato direto com a administração pública, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação.

Afora isso, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados tem aparente conflito de interesses ao certame, uma vez que patrocina causas de interesse de empresas envolvidas e vencedoras no certame.

Por último, cabe informar que com relação ao contrato firmado em 2008 entre a Arcadis Logos e a Secretaria de Transporte do DF foi feito o pagamento da quantia de R\$ 2.707.735,77 nos meses de julho e agosto de 2013. O que chama atenção Excelência é que as datas desses pagamentos coincidem com as diversas denúncias feitas a respeito das irregularidades na licitação 001/2011, levando a indagar qual seria o interesse do GDF no pagamento desses valores na presente data.

Em contra partida a mencionada condução da licitação por um escritório particular sem contratação direta da administração, sabe-se que a competência da comissão de licitação é definida em lei, a quem constitui **privativamente** examinar e julgar todos os



documentos e procedimentos relativos às licitações,⁷ em especial:

o exame formal, segundo os termos e as condições do ato convocatório, dos documentos de habilitação; [...]
o julgamento, [...], da proposta técnica ou comercial, quanto aos aspectos formal e de mérito; [...]
a apreciação de recurso hierárquico, à vista das impugnações dos proponentes, [...],⁸

Seus integrantes devem ser formalmente designados e, na sua maioria, serem servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes do órgão responsável pela licitação.⁹

À comissão é vedada a delegação de competências até mesmo para outros servidores que não sejam seus integrantes, primordialmente na fase externa da licitação.

Porem, entre inúmeras outros atos, é fato incontestável que logo após a publicação do edital de licitação, ainda na fase de pedidos de esclarecimentos do edital, o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck já iniciava a sua atuação, conforme manifestação do senhor Luiz Fernando de Souza Messina, Subsecretário de políticas de transportes do Distrito Federal, que encaminhou à Comissão de licitação, um parecer elaborado pelo referido escritório, para proceder resposta a pedido de esclarecimento elaborado pela empresa Expresso Brasília.

Comprava-se ainda que também foi o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck o responsável pela elaboração da resposta ao pedido de esclarecimento protocolado pela empresa Viação Jardins S/A, que diante da resposta ao pedido de esclarecimento ficou impedida de concorrer ao certame. De igual forma, fora procedido com relação ao pedido de esclarecimento formulado pela concorrente Rápido Veneza Ltda.

O que causa mais estranheza, era a forma com que os próprios advogados já intitulavam seus pareceres como Minutas, ou seja, de algum modo, já sabiam que seus

⁷ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. "Art. 6º, inc. XVI: Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes."

⁸ GASPARINI, Diógenes. **Comissões de licitação**. 1 ed. NDJ: São Paulo. p.28.

⁹ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. "Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. [...] Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação."



pareceres seriam integralmente acatados. Portanto é mister reconhecer que, considerando terem praticado atos desprovidos de competência pública, esses advogados cometeram ilegalidades em flagrante usurpação de função.¹⁰

Já nas folhas 22.501, o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, já antecipa até mesmo os parâmetros que serão adotados como requisitos de habilitação, julgamento este que ao menos hermeneuticamente, é exclusivo da Comissão de Licitação.

Repetiu-se tal procedimento com relação aos pedidos formulados pelas empresas Planalto Rio Preto. Também com relação ao pedido formulado pela Viação Planeta. Agiu novamente o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck ao decidir sobre o pedido de esclarecimentos formulado pela empresa Santos e Pradela. Sendo o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck também o responsável pela resposta ao pedido de esclarecimentos interposto pela empresa Viplan.

Restando assim, fartamente provado que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck foi o responsável por conduzir os julgamentos dos pedidos de esclarecimentos do edital, interpostos por varias empresas que se interessavam pela participação.

Estranha-se o fato de que destas empresas, algumas sequer tiveram condições de participar do certame, mesmo tendo demonstrado interesse, uma vez que pelas respostas aos pedidos de esclarecimentos proferidos, seriam inabilitadas. Causa ainda estranheza maior o fato de que todas as demais empresas que foram se manifestar por meio dos pedidos de esclarecimentos todas foram inabilitadas no certame.

Por conseguinte é possível afirmar e comprovar a efetiva atuação do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck na licitação, bem como afirmar que estava sob sua responsabilidade o julgamento dos pedidos de esclarecimento.

Comprova-se também que, conforme determinações do Senhor Subsecretário de Transportes, todas as respostas aos pedidos de esclarecimentos das empresas, respostas estas que eram elaboradas pelo escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, foram seguidas em sua integralidade pela Comissão de Licitação, como por exemplo o despacho no dia 13/09/12 do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, em resposta ao pedido de esclarecimento da empresa Viação Jardins S/A.

É possível esclarecer também que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck atuava, além de atuar na esfera administrativa, seus advogados também atuaram na esfera judicial, conforme pode ser visto no MEMORANDO Nº

¹⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. "Art. 328. Usurpar o exercício de função pública: [...]."

127/2012-SUPOTT/ST, que trata da elaboração, pelos advogados do escritório, de uma manifestação previa acerca de um mandado de segurança interposto na 7ª Vara de Fazenda Publica.

Assegura-se ainda por meio de documentos comprobatórios, que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck foi responsável pelo indeferimento da Impugnação Administrativa ao edital apresentada pela empresa Viação Planalto – VIPLAN, que foi inabilitada posteriormente pelos mesmos motivos debatidos. Assim como foi também responsável por negar provimento ao requerimento formulado pela empresa de transportes Vera Cruz acerca da falta de publicidade da sessão de abertura do certame.

Ainda acerca da atuação na esfera judicial, podemos esclarecer que foi o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck quem elaborou as informações que foram prestadas no Agravo de Instrumento proposto perante a 1ª Turma Cível do TJDF.

Cabendo ainda salientar que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck além conduzir os embasamentos fáticos e jurídicos da Comissão de licitação na esfera administrativa e na esfera judicial, foi também responsável pela elaboração dos pareceres e defesas perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal, como por exemplo pode ser comprovado através da leitura do MEMORANDO Nº 113/2012- SUPOT datada em 06/09/2012 afirmando em seu texto que após análise do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, exara plena concordância com as razões e fundamentos consolidadas pela Colenda Corte de Contas, não havendo nada a acrescentar.

Por conseguinte pode-se afirmar através dos fatos e documentos que instruem essa peça, que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck atuou durante varias fases do processo de licitação, decidindo inclusive sobre os esclarecimentos interpostos, que após proferidos constituíram adendos ao edital de licitação, e portanto, requisitos para habilitação e classificação das propostas de todos os participantes da licitação. Sendo que entre todas as empresas que protocolaram seus pedidos de esclarecimento, nenhuma foi habilitada e algumas sequer tiveram condições de participar da licitação.

Diante de todo o exposto conclui-se ainda que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck quem julgou acerca da forma de comprovação dos requisitos de habilitação e também as impugnações ao edital e demais requerimentos, sendo ainda responsável pela elaboração das informações prestadas em mandados de seguranças e outros recursos interpostos.

Cabendo por ultimo elucidar que por determinação do Subsecretario de Transporte o senhor Luis Fernando de Souza, todas as peças produzidas pelo escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck foram impecavelmente acatadas, sem se quer nenhum tipo de questionamento por parte da Comissão de Licitação.



Outro episódio que merece ser colacionado nos autos e que causou estranheza, foi o fato narrado em audiência do dia 18/07/2012 em que os representantes da secretaria de Transporte em resposta ao oficio encaminhado pelo MPT propondo a celebração do TAC, apresentaram em audiência o oficio nº 699/212 – GAB/ST, em que informa o não interesse em firmar o ajuste proposto. Posteriormente o próprio Ministério Publico do trabalho questionou aos representantes da secretaria de transporte por que o oficio nº 3255/2012 oriundo do TRT-10 foi embasado na fundamentação técnica elaborada pelo Consorcio LOGIT/LOGITRANS. Os representantes da secretaria de transporte responderam que a consultoria foi contratada pelo BID e doada ao DF.

Diante da narrativa acima, cabe esclarecer que o quadro societário da LOGITRANS é composto pelo senhor Garrone Reck e Alexis Breckenfeld Reck, respectivamente pai e irmão do senhor Sacha Breckenfeld Reck, sócio e advogado do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, escritório este que presta serviços e faz assessoria jurídica para a empresa LOGITRANS, levando-nos a crer, portanto, que o parecer técnico produzido pela LOGITRANS e que inclusive negou interesse em firmar o ajuste proposto pelo MPT, sendo assim supostamente elaborado pelo escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck.

Por fim é imperioso destacar que houve clara violação ao princípio da **impessoalidade**, o qual esta intimamente vinculado à finalidade pública, que, a seu turno, reflete a própria legalidade pública. É o que ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, para quem "o que explica, justifica e confere sentido a uma norma é precisamente a finalidade que a anima".

Disso deflui a precisão legal do sentido da comissão de licitação, de seus membros, bem como dos atos que lhe competem, que são a razão de ser de uma licitação. Outras pessoas, estranhas à sua constituição, como os advogados do escritório, ao substituírem o papel da comissão de licitação, infringiram a lei, mas, com maior gravame, sua finalidade pública. Com efeito, pautar os atos da comissão de licitação por manifestações de terceiros, que sequer integram os quadros da Administração Pública e que patrocinam causas dos concorrentes, não pode soar atuação desinteressada.

Assim, considerando a proteção dos interesses públicos e, consequentemente, dos recursos governamentais de uma licitação, a Administração Pública deveria agir, sempre, dentro dos reclamos de probidade administrativa. Ao que se apura, não o fez.

**CONTRATAÇÃO DO ESCRITÓRIO SASHA RECK PELO GRUPO
CONSTANTINO (FAZEM PARTE DO GRUPO A EMPRESA PIRACICABANA
VENCEDORA DO LOTE 01 E EMPRESA VIAÇÃO PIONEIRA VENCEDORA DO
LOTE 02)**



Inicialmente é necessário destacar a nítida violação ao princípio da moralidade pública, tendo em vista o acolhimento de fundamentos de advogados privados, no certame que, a seu turno, pleiteiam interesses de causas judiciais de empresa ou do grupo de empresas envolvidos em processos nos tribunais.

Isso pode ser comprovado de plano pelo confronto dos documentos que subsidiaram as razões que a comissão de licitação se serviu e pelas diversas publicações de decisões judiciais que envolveram as empresas ou grupo de empresas concorrentes.

Há nítida incompatibilidade negocial que comprometeu a higidez do certame, independentemente da verificação ou não de fraude.¹¹ Doutro lado, a existência de um interesse econômico, comum entre empresas, aponta para um jogo conjunto na relação entre concorrentes, conduta tida como imoral. Isso fere a lealdade e a boa-fé no trato entre os licitantes, e desses com a Administração, assim reputada:

a Administração haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e
lhaneza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia,
produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por
parte dos cidadãos.¹²

Coadunando com este pensamento e a partir da análise do histórico e dos documentos que envolvem todas as partes no processo licitatório é possível afirmar e comprovar que o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck prestou serviços para o grupo Constantino, fato este que comprometeu nitidamente todos os julgamentos proferidos na licitação.

Primeiramente é necessário esclarecer o quadro societário de uma “holding”, que é uma forma de sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas. No caso em esboço trata-se da empresa COMPORTE PARTICIPAÇÕES que tem o quadro societário composto por Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino, conforme certidão oficial da junta comercial de São Paulo.

Depois de esclarecido o quadro societário da empresa COMPORTE PARTICIPAÇÕES, faz-se importante analisar a composição da empresa Transporte

¹¹ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 5ª Câmara Cível. Processo nº 867135-0. Apelação em MS [Acórdão] de 12 de junho de 2012. Relator Desembargador Leonel Cunha.

¹² BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 17 ed. Malheiros: São Paulo. p. 109.

378

Coletivo Grande Bauru Ltda., que tem em seu quadro societário a COMPORTE PARTICIPAÇÕES, como pode ser comprovado por meio da certidão oficial da junta comercial do Estado de São Paulo, restando incontroverso que a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. também pertence aos senhores Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

Constata-se ainda que tais sócios são os mesmos da Auto Viação Piracicabana, conforme também é comprovado por meio da certidão oficial da junta comercial do Estado de São Paulo. Pois por meio dessa certidão é possível comprovar que a COMPORTE PARTICIPAÇÕES é sócia majoritária detentora de 99,99% das cotas da Viação Piracicabana, única habilitada para concorrer ao lote 01 do certame.

Por fim resta comprovado que os senhores Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino são donos das empresas COMPORTE PARTICIPAÇÕES, Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e Auto Viação Piracicabana.

Porem o fato mais gravoso na situação exposta é a efetiva relação profissional estabelecida entre o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck e as empresas do GRUPO CONSTANTINO, quais sejam COMPORTE PARTICIPAÇÕES, Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e Auto Viação Piracicabana, entre várias outras.

Para provar a efetiva vinculação entre o grupo Constantino e o escritório de advocacia Sacha Reck, basta analisar a procuração extraída do processo judicial, onde a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. tem como procuradores Guilherme de Salles Gonçalves e Sacha Breckenfeld Reck. Cabendo ainda salientar que esta contratação de serviços advocatícios corresponde a mesma data da realização da licitação, dia 05/01/2012.

Para corroborar ainda com a afirmação da nítida relação entre o grupo Constantino e o escritório de advocacia Sacha Reck, basta analisar os extratos processuais que constam os advogados como patronos da empresa, bem como as publicações no Diário da Justiça de São Paulo e ainda a certidão narrativa do processo judicial emitida em 09/05/2013 comprovando que os referidos advogados permanecem prestando serviços para o Grupo Constantino.

CONTRATAÇÃO DO ESCRITÓRIO SASHA RECK PELA EMPRESA AUTO VIAÇÃO MARECHAL VENCEDORA DO LOTE 04 NA LICITAÇÃO 001/2011



Outra situação audaz que ocorreu na licitação é a comprovação da existência de relação entre o GRUPO GULIN, que é composto entre outras empresas pela Auto Viação Marechal Ltda., e o escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck,

Fato ainda mais audacioso é que além do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck prestar serviços para empresas do grupo econômico Gulin, prestaram serviços também para a própria empresa Auto Viação Marechal Ltda. vencedora do lote 04, inclusive na mesma época em que ocorria a licitação.

Fato este comprovado pela procuração extraída de processo judicial que tem como outorgante a Auto Viação Marechal Ltda. e como outorgados os advogados Guilherme de Salles Gonçalves e Sacha Breckenfeld Reck datada em 05/01/2012, pelos extratos processuais que constam os referidos advogados como patronos da empresa, publicações no Diário da Justiça de São Paulo e ainda a certidão narrativa do processo judicial emitida em 09/05/2013 comprovando que os referidos advogados permanecem prestando serviços para o citado grupo.

DA MEDIDA CAUTELAR

Além da exposição sumária da lide e de seus fundamentos jurídicos, está presente, concomitantemente, o fundado receio de que, antes do julgamento do mérito, ocorra lesão irreparável ou de difícil reparação ao Estado e à sociedade.

De igual forma, considerando a segurança jurídica das relações firmadas, verifica-se a reversibilidade da tutela de urgência, acaso deferida, se, no mérito, outro for o entendimento desse Juízo quanto ao elenco de pedidos, senão vejamos.

Da fumaça do bom direito

A expressão “*fumus boni iuris*” significa, em tradução ao pé da letra “fumaça de bom direito”, “isto é, plausibilidade ou probabilidade de um direito”. Ou seja, “hoje representa uma simples presunção de legalidade e a possibilidade de um direito”.

Tanto pode ser extraído do significado da própria expressão “*fumus boni iuris*”. Consoante é ressabido, o fogo, como resíduo da combustão, geralmente produz a fumaça. Mas nem sempre a fumaça significa a existência de fogo. Este pode estar apagado. apenas fumegando, ou em brasa, se extinguindo. E essa regra elementar da natureza

38

também se aplica ao direito. Com efeito, nem sempre a presença de um *fumus boni iuris* significa a presença do direito, mas a mera possibilidade da existência deste.

Assim, objetivamente os clássicos definem o *fumus boni iuris* como o Juízo de probabilidade e verossimilhança do direito cautelar a ser acertado.

Certamente o *fumus boni iuris* encontra respaldo no caso apresentado já que diante de todo o exposto, é forçoso concluir pela presença de indícios robustos de prática de inúmeras irregularidades no certame do processo licitatório que ensejaram a contratação das empresas para as 5 bacias, caracterizando com concretude ímpar o *fumus boni iuris*.

Não há como se negar os inúmeros princípios constitucionais que foram violados durante a fase externa e interna do processo licitatório que ensejou as contratações, entre os quais da impessoalidade, da legalidade, da competitividade, da moralidade pública, entre outros.

A plausibilidade jurídica da concessão da liminar encontra-se devidamente caracterizada em face das ponderações aduzidas acima. O *fumus boni iuris* foi devidamente demonstrado pelos elementos fáticos e jurídicos trazidos à colação e a incidência do *periculum in mora* repousa, no fato da iminência da execução dos contratos e a inclusão de novos veículos no sistema de transporte coletivo do DF.

Do fundado receio de dano

Para a obtenção da medida liminar e consequentemente da tutela cautelar implícita, a parte requerente deverá demonstrar fundado temor de que, enquanto aguarda a tutela definitiva, venham a faltar as circunstâncias de fato favoráveis à própria tutela. E, conforme leciona CARLOS CALVOSA, isto ocorre quando houver risco de perecimento, destruição, desvio, deterioração ou qualquer tipo de alteração no estado das pessoas, bens ou provas necessárias para a perfeita e eficiente atuação do provimento final de mérito.

O juiz deve levar em consideração ainda, a plausibilidade do dano, segundo as regras do livre convencimento, de modo que não dispense a fundamentação ou motivação de seu conhecimento; mas, isto dar-se-á com muito maior liberdade de ação do que na formação de certeza que se exige no processo definitivo.

Portanto verifica-se ao caso em comento a existência do *periculum in mora*, já que foi constada a verossimilhança de diversas irregularidades narradas durante essa petição inicial por intermédio dos documentos instrutórios, verifica-se que há fundado dano irreparável caso as empresas que venceram a concorrência 001/2011 comecem a operar o sistema básico de transporte público do DF, porquanto o art. 49, § 2º da Lei

8666/93 dispõe que a anulação da licitação induz a do contrato, e tendo em vista das diversas irregularidades este será o caminho percorrido.

Ocorre que a anulação dos contratos em virtude dos vícios, quanto mais tardia, maior será o dano ocasionado, pois será o próprio estado de maneira reflexa de suportara todos os danos, tais como indenização subsidiária no âmbito da justiça do trabalho, tarifas superfaturadas e subsídios ilegais na execução dos novos contratos causando dano ao erário e à própria população.

É indispensável que o operador do Direito, nomeadamente aquele que atue no contencioso judicial, esteja atento ao que se passa no seu cotidiano, na integração prática das normas jurídicas e sua efetividade. Cabe aos Juizes a concretização de normas procedimentais e matérias para que se coadunem com os ditames constitucionais e com os princípios mais básicos da República, dentre os quais cito a moralidade administrativa.

Não há como o julgador passar incólume às reiteradas manifestações e reclames da população que brada uníssona o fim da corrupção e da malversação do dinheiro público. O que se espera, principalmente dos aplicadores da Lei, é o atendimento do POVO, quando o próprio POVO requisita a concretização dos primados constitucionais criados em decorrência do seu próprio poder.

Por fim, acredita-se que a evolução do direito reflete de maneira positiva na presente situação, tendo em vista que a supremacia do interesse publico deve ser elevado a fim de imediata suspensão dos contratos aqui elencados, reestabelecendo assim os princípios norteadores do art. 37 insculpidos na Carta Magna.

A jurisprudência dos tribunais, em situações que se verifiquem dano iminente, consagra que “é dever do órgão jurisdicional, e não mera faculdade, proferir a vontade emanada da lei”.¹³

Assim, dada a proximidade de execução e substituição das linhas e frotas dos serviços licitados pelas empresas vencedoras, ficam caracterizadas a urgência e necessidade do provimento judicial, fato este notório e publico sendo divulgado na mídia todos os dias.

Essa conduta de certo poderia ter sido tomada pela própria Administração Pública. Afinal, adstrita ao controle da legalidade dos seus atos, e tendo sido demandada por diversos órgãos de Controle, **não tomou nenhuma providência com vistas a rever o processo licitatório e/ou sustá-lo**. Simplesmente silenciou-se, e, ainda assim, tanto ela quanto as contratadas, alheias a todas essas refutadas irregularidades, firmaram contratos ilegalmente.

¹³ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Processo: AI 20000020062788 – 5. Turma Cível. DF. Relator: Desembargador Romeu Gonzaga Neiva. DJU 13 ago. 2001, p. 105.

A jurisprudência em situações de aparente cunho protelatório, que prolongam no tempo em detrimento do interesse público, como na execução de contratos administrativos reconhecidamente irregulares, ratifica a determinação da sua sustação, e aponta para a obrigatoriedade de intervenção célere do Estado:

[...] na hipótese, estamos diante de um desses casos em que se aplica a regra geral na qual o administrador é quem deve corrigir eventuais falhas cometidas no exercício da sua atividade. Realizada a licitação, ela, ao que parece, se encontra viciada de problemas que afetariam a lisura da concorrência, porque violado o princípio da isonomia entre os contratantes. Não obstante, o certame foi levado a cabo e firmado o contrato. Portanto, o administrador nem durante o processo licitatório verificou essa irregularidade, nem posteriormente a corrigiu.¹⁴

Com efeito, o discurso defendido a todo o tempo, inclusive na mídia, é melhoria dos serviços públicos. Sua realização, contudo, ilegítima, não pode se dar por meios ilegais e à conta de recursos do erário por longos 10 anos, passíveis, ainda, de prorrogação contratual por igual período.

Por fim, inexistem danos à ordem pública se deferida a medida cautelar.

A licitação ocorreu com fundamento em norma distrital que dispõe previamente sobre o planejamento dos serviços de transporte público até completa capacidade de execução dos serviços pelas novas contratadas.¹⁵ Assim, antecipou medidas de continuidade e regularidade para não ocorrer prejuízo à população. Ou seja, a própria Administração Pública consolidou o entendimento de que, até que as linhas de tráfego rodoviário pela empresa contratada sejam efetivamente operadas, os serviços anteriormente prestados serão mantidos.

Dessa forma, os serviços até então oferecidos à população somente serão encerrados quando os contratos assinados a partir da Concorrência nº 01/2011 paulatinamente os substituírem, conforme as novas especificações do edital.

Não há, por conseguinte, novação no mundo jurídico. O deferimento da medida cautelar poderá a qualquer momento ser revisto, sem prejuízo da Administração Pública e da população.

Portanto diante de todo extenso histórico de fatos, documentos e provas apresentadas e das inúmeras irregularidades que revestiram a licitação nº 01/2011, mister se faz o deferimento de liminar para determinar a suspensão de todos os contratos oriundos da licitação nº 01/2011.

¹⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS nº 23.550. Relatora: Ministra Ellen Gracie.

¹⁵ DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 33.556, de 01º de março de 2012. Dispõe sobre o encerramento das delegações precárias do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal – STPC e estabelece a garantia da continuidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo durante o período de transição para as novas concessões. Diário Oficial [do] Distrito Federal de 02 mar. 2012. p. 01.

38

**DECISAO INTERLOCUTORIA NOS AUTOS DE Nº 11202-06.2013.8.16.0031 –
AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Cabe relatar nos presentes autos a ação de improbidade administrativa movida pelo ministério publico em Guarapuava-Paraná, em face de Sacha Brenckenfeld Reck, Logitrans, Garrone Reck, Alexis Breckenfeld Reck, Transportes coletivos Pérola do oeste Ltda., Auto Viação Marechal, Delfio Jose Gulin, Marco José gulin, entre outros, que ensejou na decisão interlocutória proferida no dia 16/08/2013 deferindo parcialmente o pedido de indisponibilidade de bens dos requeridos, bem como a quebra de sigilo fiscal e bancário.

Afirma o I. juiz em sua decisão que:

As alegações ministeriais apontam para a existência, em tese, de uma complexa organização para o direcionamento da licitação para concessão do transporte coletivo urbano deste Município em favor da requerida TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA. As tarefas e encargos foram cuidadosamente estabelecidos para cada um dos requeridos, que, com parcela maior e menor de participação, levaram ao sucesso da empreitada com o vencimento do certame pela requerida acima apontada. Existem diversos vícios e ilegalidades apontados pelo Ministério Público, desde equívocos formais à enredada artimanha de vencimento da licitação do transporte público.

...

Não bastasse os verossímeis vícios do edital de licitação, dos quais a cognição sumária e parcial que ora exerço não me permite maiores digressões, dessume-se dos autos uma complexa organização formada por agentes públicos, servidores, sócios e representantes das empresas requeridas, sempre voltados para suposta fraude e simulação da licitação ora examinada.

Especificamente com relação às empresas requeridas, seus representantes e sócios, o requerente logrou êxito em demonstrar, ao menos nesta fase processual inaugural, que havia verdadeiro conluio familiar e societário para favorecer a vencedora do certame. O Sr. SACHA BRECKENFELD RECK, irmão e filho dos sócios ALEXIS BRECKENFELD RECK e GARRONE RECK, da requerida LOGITRANS foi o representante da requerida TRANSPORTES PÉROLA DO OESTE LTDA por ocasião da licitação, o que, no mínimo, aparenta íntima ligação entre as empresas.

Isso não bastasse, a única concorrente além da vencedora da licitação foi a empresa AUTO VIAÇÃO MARECHAL, cujo quadro societário possui relação familiar e negocial com os sócios da PÉROLA DO OESTE. Como narra o Ministério Público, vários sócios das empresas em questão possuem o mesmo patronímico, qual seja, "GULIN". Isso não bastasse, assevera o requerente que as duas empresas, na verdade, integram o mesmo grupo empresarial, atuante no ramo de transporte de passageiros.

Por fim, sustenta que para a habilitação da AUTO VIAÇÃO MARECHAL, houve a locação pela PRINCEPAR PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORES LTDA da garagem exigida pelo edital (mov. 1.38). Ocorre que, até a 16ª alteração do contrato social desta empresa, o quadro societário era formado pela mescla de sócios tanto da PÉROLA DO OESTE, como a AUTO VIAÇÃO MARECHAL, demonstrando, ao menos neste momento, se tratar de um conglomerado empresarial. Quando da locação noticiada pelo Ministério Público, a PRINCEPAR possuía, apenas, como sócios, membros do quadro societário da PÉROLA DO OESTE, sua concorrente no certame (movs. 1.75 e 1.76).

...

384

Com efeito, diante da evidência da prática de ato de improbidade administrativa, demonstrados pelas provas apresentadas pelo Ministério Público, mister a concessão da medida de indisponibilidade de bens.

A decisão citada acima Excelência tem o condão de chamar atenção para as situações semelhantes que decorreram em face de licitações de transporte público envolvendo irregularidades cometidas não só no Distrito Federal, bem como também no Paraná que ensejaram no direcionamento de empresas desde os primórdios já marcadas para a vitória nos certames.

De maneira intrigante aparecem em comum nas duas situações os nomes de Sacha Brenckenfeld, Garrone Reck, Logitrans, Viação Marechal, Grupo Constantino, entre outros, na iminência de vestígios que levam a existência de um verdadeiro conluio familiar e societário para beneficiar empresas na vitória dos certames.

O que impulsiona a narrativa dos autos acima mencionado foi a maneira gloriosa e clara com que o iminente juiz conseguiu elucidar o *modos operantes* dos envolvidos tanto na fase externa, quanto na interna da licitação concluindo dos autos uma complexa organização formada por agentes públicos, servidores, sócios e representantes das empresas requeridas, sempre voltados para suposta fraude e simulação de licitação para beneficiar empresas de seus interesses.

DO PELO DOS

Diante todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

a) Seja concedida liminar emergencial inaudita altera parte para determinar a suspensão dos contratos oriundos da Licitação de Concorrência nº 01/2011 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, até o julgamento do mérito;

b) Se não entender prudente a suspensão de todos os contratos, que haja a suspensão de pelo menos os contratos das empresas que ainda não possuem os seus ônibus no sistema de transporte urbano;

c) Determinar a citação das requeridas para, caso queiram e no prazo legal, prestem as informações necessárias ao deslinde da questão, bem como resposta nos autos;

d) Mandar ouvir o ilustre representante do Ministério Público;

e) No mérito, determinar a anulação dos 5 contratos originados pelo edital de licitação pública 001/2011 promovido pela secretaria de transporte público do DF.

f) Que determine ao Governo do Distrito Federal que apresente todos os contratos e notas fiscais/empenhos firmados entre a Secretaria de Transporte e a Arcadis Logos, LOGITRANS, LOGIT e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados que tenham relação com o edital 001/2011, com base na supremacia do interesse publico, no principio da publicidade dos atos e na lei de acesso as informações.

g) A nomeação de um perito oficial para periciar os documentos relacionados as irregularidades praticadas no curso no processo licitatório edital 001/2001, em especial aqueles que foram produzidos pelo advogado Sacha Brenckenfeld Reck e que conduziram de forma ilegal a licitação, bem como a análise dos documentos que foram inseridos nos autos do processo de licitação posteriormente de forma irregular pelas empresas.

h) E por fim requer a produção de prova antecipada no depoimento do senhor Galeno Furtado Monte para fins de esclarecer as informações prestadas pelo jornalista Mimo Pedrosa em noticia divulgada no dia 23/06/2013.

Protesta provar o alegado por todos os tipos de provas em direito admitidas, em especial depoimento pessoal, oitiva de testemunhas e juntada de documentos.

Dá-se à causa o valor de R\$ 41.358,00, sendo meramente estimativo, tendo em vista o interesse publico afetado pelas irregularidades nos contratos e ainda a ausência de proveito econômico em face da autora.

Termos que,

Pede deferimento

BRASILIA - DF, 02 de setembro de 2013.

Elane Costa do Amaral
Elane Costa do Amaral
ELANE COSTA DO AMARAL
OAB-DF 36.389



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.



1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
13/01/2013
170608 309041

PROCESSO N.º 2013.01.1.132169-8

AUTOR: SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA.

RÉU: DISTRITO FEDERAL

O DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do cargo, regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e acatamento, nos autos da Ação Anulatória em epígrafe, vem

**MANIFESTAR-SE ACERCA DO PEDIDO DE
ANTECIPAÇÃO DA TUTELA
E APRESENTAR
CONTESTAÇÃO,**

em face da pretensão deduzida em juízo pela parte autora, com fundamento no art. 300 e seguintes do CPC, fazendo-o com esteio nos seguintes fundamentos



de fato e de direito.

1. DO ESCOPO DA PRESENTE PEÇA

Considerando que os argumentos utilizados adiante a fim de que os pedidos sejam julgados improcedentes se confundem com os manejados para o indeferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, o Distrito Federal vale-se da presente peça para, **além de contestar a demanda, apresentar as razões pelas quais aquele pedido (antecipação de tutela) deve ser indeferido.**

2. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

Trata-se de ação declaratória de nulidade proposta sob o rito ordinário pela Santos e Pradela Negócios e Transportes Ltda. – empresa de “fachada” que integra do Grupo Viplan (Canhedo) - por meio da qual a empresa autora busca a suspensão da Concorrência Pública nº 001/2011-ST, em sede de tutela antecipada, e, sede de julgamento definitivo, a anulação de todo o certame.

Suscita a empresa autora, para tanto, diversas supostas irregularidades no procedimento licitatório, as quais, segundo ela, tornariam nulo todo o procedimento licitatório.

Antes de apreciar o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, Vossa Excelência, de forma irretocável, determinou a manifestação do Distrito Federal a fim de melhor formar o seu convencimento.

Em uma breve síntese, isso é o que dos autos consta. Passemos agora a demonstrar as razões pelas quais, além de ser indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, os pedidos devem ser julgados improcedentes.

3. DA TEMPESTIVIDADE



No mandado de citação e intimação expedido por este Eminente Juízo, consignou-se o prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação, para que o Distrito Federal ofertasse manifestação em Juízo.

Considerando que o ente público réu foi intimado em 4 de outubro de 2013, é de se perceber que o termo final para manifestação em juízo recairá no dia 16 de outubro de 2013.

Assim, protocolizada nesta data, é inegável a tempestividade da presente peça.

4. DAS PRELIMINARES

4.1 Da reunião dos processos por conexão. Prevenção do Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal .

Nos termos do artigo 106 do Código de Processo Civil, *"correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar"*. Por sua vez, o artigo 103 do mesmo Codex dispõe que *"reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir"*.

Pois bem. Subsumindo tais regras hipotéticas com o caso dos autos, tem-se que o **Juízo da Quinta Vara de Fazenda Pública** do Distrito Federal encontra-se **prevento** para processar e julgar o presente feito.

Afirma-se isso, pois tramita perante aquele Juízo o processo identificado pelos **Autos de nº 2013.01.1.095116-7** em que a causa de pedir e o pedido são idênticos aos da presente demanda (alegação de diversas irregularidades, principalmente a participação de terceiros estranhos à administração pública influenciando o procedimento licitatórios e pedido consistente na anulação dos contratos decorrentes da concorrência pública nº 01/2011-ST), tal como já foi consignado pelo nobre magistrado, *in verbis*:

"PLANALTO RIO PRETO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. ME,



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

389

ajuizou ação DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATOS ADMINISTRATIVO em face do DISTRITO FEDERAL e OUTROS, na qual apontaram irregularidades no processo de concorrência n. 01/2011, para reestruturação do sistema de transporte público nesta Capital.

Aduz que, no processo, não houve competitividade, que a moralidade pública foi violada, tecendo diversos comentários acerca das irregularidades havidas.

Ao final, requereram a concessão de liminar para determinar a imediata suspensão dos contratos e financiamentos oriundos da Concorrência Pública 001/2011.

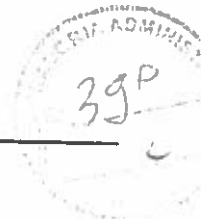
Distribuído o feito, inicialmente, ao juízo da Quarta Vara da Fazenda Pública, este declinou de sua competência para este juízo em razão de eventual conexão com autos do processo nº 2013.01.1.095116-7.

Analisando referidos autos, realmente se observa a alegada conexão, tendo em vista que lhes são comuns a causa de pedir e pedido - artigo 103 do CPC.

Ocorre que, na data de 26/09/2013, foi noticiada a suspensão de parte dos contratos administrativos relativos a licitação ora questionada, pelo juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, nos autos do processo nº 2013.01.1.092892-0.

Analisando o teor da citada decisão judicial, evidencia-se identidade na **causa de pedir (diversas irregularidades, principalmente a participação de terceiros estranhos à administração pública influenciando o procedimento licitatório) e pedido (anulação dos contratos decorrentes da licitação pública 01/2011).**

Diante destas circunstâncias envolvendo as causas, **recomenda-se a reunião dos feitos para julgamento simultâneo, evitando-se a prolação de decisões conflitantes.**



O despacho ordenando a citação ocorreu, em primeiro lugar, nos autos do processo nº 2013.01.1.095116-7 (27/07/2013 - fls. 635), estando, em princípio, este juízo prevento.

Desta maneira, remetam-se estes autos ao juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública a efeito de que sejam analisados os requisitos da conexão em relação ao feito que lá tramita em cotejo com os presentes autos, oportunizando ao mesmo tomar ciência destes feitos e, conforme for, declinar da competência, em sendo o caso.” (negritos nossos)

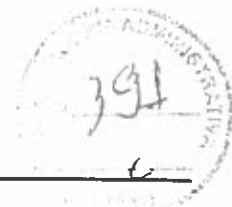
Como bem delineado na decisão ora transcrita, tratam-se demandas que possuem dois elementos da ação idênticos, quais sejam: a causa de pedir e o pedido. Além disso, como também consta da decisão, o despacho citatório, naqueles autos, se deu em 27/02/2013, em momento anterior ao caso ora tratado. Tais circunstâncias (identidade de causa e de pedido, bem como a prolação do despacho citatório prévio) culminam na inafastável conclusão segundo a qual o Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública encontra-se prevento para processar e julgar o presente feito.

Nessa perspectiva, requer o Distrito Federal que este Eminentíssimo Juízo se digne a **declinar da competência** do presente processo para o Juízo da **5ª Vara da Fazenda Pública**, haja vista, como demonstrado, encontrar-se, aquele juízo, **prevento**.

4.2 Da ilegitimidade ativa e da falta de interesse de agir da parte autora.

Salta aos olhos o fato de que a Autora não possui legitimidade ativa, tampouco interesse processual a justificar o ajuizamento da presente Ação Anulatória, na medida em que a pretensão aqui deduzida não **poderia trazer-lhe qualquer utilidade do ponto de vista prático.**

Nesse sentido, manifestou-se expressamente o



Conselho Especial do TJDF, em recentíssima decisão, datada de 25 de julho de 2013, em caso análogo ao presente, nos autos de Mandado de Segurança nº. 2013.00.2.007425-9 (o caso envolvia a VIPLAN, empresa do Grupo Econômico do qual faz parte a ora autora), na qual se indeferiu a inicial, vejamos:

“Desse modo, evidencia-se que as supostas fraudes mencionadas pelo impetrante necessitam de ampla dilação probatória sobre sua ocorrência e, além disso, tem-se que toda a argumentação ventilada na peça exordial demonstra a intenção de infirmar as condições que acarretam a habilitação dos demais concorrentes do procedimento licitatório, não correspondendo a direito individual do autor.”

Segundo a doutrina de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, ***“existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando esta tutela pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático”***.¹

Ocorre que, como esclarecido acima, a **Autora foi inabilitada do certame que ora pretende anular**, não estando apta a ser contratada pelo Distrito Federal se acolhida a pretensão declinada nestes autos, restando **ausente o seu efetivo interesse processual** - interesse este que não se confunde com o direito material, veja-se:

“Interesse processual. Trata-se do interesse processual, condição da ação, e não do interesse de direito material, que respeita ao mérito (Arruda Alvim, Trat., I, 323). O interesse se consubstancia na necessidade de o autor vir a juízo e na utilidade que o provimento poderá lhe proporcionar.”²

***In casu*, não se verifica qualquer utilidade na pretensão da autora**, que não demonstrou os motivos que tornam legítima sua

¹ **Código de Processo Civil Comentado**. 10ª ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 504.

² Idem. Ibidem, p. 167.



pretensão, limitando-se a atacar genericamente a Concorrência Pública nº 01/2011, da qual **não participa mais**, em razão de sua **inabilitação**.

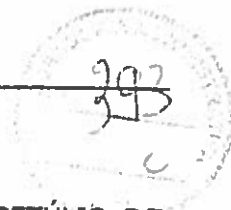
Destaque-se que a **ausência de interesse processual da VIPLAN (empresa do Grupo Econômico do qual faz parte a autora) em postular em juízo a anulação de certame do qual não pode se sagrar vencedora foi reconhecida recentemente pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ao indeferir a medida liminar pleiteada em 5 (cinco) mandados de segurança impetrados concomitantemente pela VIPLAN em abril de 2013 com pedido idêntico ao da presente Ação Anulatória**. Cite-se a ementa de um dos julgados, sendo que todos os 5 writ se basearam no mesmo fundamento – impossibilidade de se vislumbrar o direito de titularidade da Autora que se busca resguardar:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO BÁSICO RODOVIÁRIO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL - STPC-DF. **SUSPENSÃO DOS ATOS DE CONCORRENCIA E CONTRATAÇÃO. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO. DECISÃO MANTIDA.**

1. A concessão de liminar em mandado de segurança requer o concurso dos requisitos: *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. É procedimento que visa acautelar o direito alegado pelo Impetrante ante a iminência de dano irreversível caso a medida só venha a ser deferida ao final.

2. **Não sendo possível vislumbrar e delimitar, num juízo de cognição sumária, em que consiste o direito de titularidade da Impetrante, o qual se busca resguardar, porquanto sequer foi habilitada no processo de licitação,** indefere-se a liminar para suspender a concorrência pública, mormente quando o exame da irregularidade apontada, requer incursão no mérito.

3. Agravo Regimental improvido. Decisão que indeferiu a



liminar mantida.

(TJDFT - MSG 20130020088287MSG, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, Conselho Especial, Data de Julgamento: 09/07/2013, Publicado no DJE: 15/07/2013. Pág.: 57)

Entre outro dizer, **não se vislumbra direito próprio da SANTOS E PRADELA em pleitear anulação da Concorrência n.º 01/2011-ST**. Está, a referida empresa, nesta demanda a pleitear direito alheio em nome próprio sem qualquer autorização legal, bem como eventual provimento do pedido não lhe beneficia em nada.

Por tais motivos é que se impõe a **extinção do processo** sem julgamento do mérito, reconhecendo-se a ilegitimidade ativa e a ausência de interesse processual da Autora, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

5. DO MÉRITO DA DEMANDA.

Não há como prosperar a pretensão ora deduzida em juízo pela parte autora. Afirma-se isso com a maior tranquilidade possível, pois consoante será demonstrado, não foi violada qualquer regra posta que discipline o procedimento licitatório, bem como os princípios que regem a Administração Pública foram solenemente obedecidos. Vejamos:

Preliminarmente, cumpre registrar que, com o intuito de melhor sistematizar a exposição adiante, serão explicitadas em síntese as questões aduzidas pela Santos e Pradela na peça exordial e, em seguida, serão apresentadas as razões de inconformidade em relação a cada ponto suscitado na demanda judicial em apreço.

5.1 Argui, a autora, que o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados prestou, de forma concomitante, serviços à Secretaria de Estado de



294
C

Transportes no âmbito da Concorrência n.º 1/2011 – ST, e às empresas do Grupo Constantino (Transporte Coletivo Grande Bauru) e do Grupo Gulin (Auto Viação Marechal e Viação Cidade Sorriso), que participaram da Licitação em tela.

Esta questão levantada pela empresa Santos e Pradela foi objeto de denúncia da ABRADec – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania junto à Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Instado a se manifestar a respeito da reportada denúncia, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados apresentou esclarecimentos que elucidaram que não houve nenhuma prestação de serviços daquele escritório às proponentes da Concorrência n.º 1/2011 – ST, muito menos de forma concomitante ao processamento do Certame em epígrafe, consoante fls. 494 a 778 do Processo n.º 090.001.315/2013, cópias anexas – (Anexo 1).

Com efeito, basta uma rápida leitura da documentação a esta anexada, sobretudo relativamente ao anexo 1, para se constatar que o escritório de advocacia em comento não prestou serviços diretamente às empresas licitantes, nem muito menos se deu qualquer prestação de serviço de forma concomitante com o procedimento licitatório questionado.

5.2 Aduz, a autora, que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck possuía patente influência nas decisões da Secretaria, superando, inclusive, as competências da Assessoria Jurídico-Legislativa e da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Imperioso registrar, como será demonstrado em tópico posterior, que o consultor Sacha Reck atuou na consultoria técnica e jurídica de que decorreram as minutas do edital da licitação, do contrato de concessão, do projeto básico e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência n.º 1/2011 – ST, de maneira que a sua permanência no decorrer do procedimento



395 396

licitatório se fez importante a fim de auxiliar os trabalhos conduzidos pela Comissão Especial de Licitação.

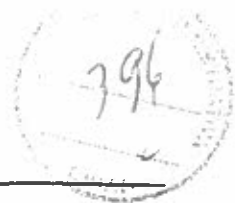
Diferentemente do que suscita a autora, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados atuou como mero consultor técnico jurídico da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, inexistindo submissão compulsória deste Órgão ou mesmo da Comissão de Licitação às opiniões emitidas pela Consultoria.

A Comissão Especial de Licitação e as autoridades da Secretaria de Transportes envolvidas na Concorrência n.º 1/2011-ST sempre decidiram com autonomia e por sua inteira convicção, acatando ou não as orientações expedidas pela Consultoria.

Com efeito, a Consultoria do citado escritório é restrita à formalização de orientações técnicas especializadas na área de licitações de concessões de serviço de transporte público coletivo de passageiros, amparada na legislação aplicável e no Edital de Licitação da Concorrência n.º 1/2011-ST, sendo de responsabilidade e competência da Comissão de Licitação e das autoridades daquela Secretaria a tomada das decisões administrativas no âmbito da Licitação.

Da mesma forma, a consultoria relativa a demandas judiciais limitava-se à apresentação de fundamentos técnicos e documentais específicos do processo licitatório, atendendo a solicitações específicas da Secretaria de Estado de Transportes, **cabendo exclusivamente à esta Procuradoria Geral do Distrito Federal a atuação contenciosa em ações judiciais envolvendo o referido Certame**, por intermédio da elaboração das peças processuais e patrocínio de causas perante o Poder Judiciário.

Importa registrar que o citado consultor não possuía poder decisório, mas limitou-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo os atos decisórios da Concorrência n.º 1/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e ao Secretário de Estado de Transportes.



Nesta medida, improcede a alegação de que os consultores contratados possuíram ingerência sobre as decisões tomadas pela Secretaria de Transportes e pela Comissão Especial de Licitação, uma vez que os trabalhos da Consultoria se limitaram a orientações técnicas especializadas na área de transporte público coletivo, sem qualquer poder decisório.

5.3 Suscita a autora que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não foi contratado por procedimento licitatório.

Como é sabido, o procedimento licitatório é dividido em duas grandes fases, a saber: fase interna e fase externa. De forma simplória, a fase interna comporta todos os atos e estudos voltados à montagem do instrumento convocatório. Ao passo que a fase externa tem início com a publicação do referido instrumento.

O que essa rápida conceituação importa para o caso dos autos é que o advogado Sacha Reck foi contratado por meio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para prestar consultoria técnica junto à Secretaria de Estado de Transportes tanto na fase interna quanto na fase externa do procedimento licitatório.

A formação do vínculo se deu por meio de diversos contratos, todos eles formalizados de acordo com as regras do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a saber:

O nascedouro da relação do Distrito Federal com o BID se deu com a formalização do **Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR (Anexo 2)**, assinado em 30 de janeiro de 2008, quando da gestão do então Governador José Roberto Arruda. Uma das condições impostas pelo BID para que o valor do empréstimo pudesse ser liberado, dentre inúmeras outras, foi a **renovação da frota de ônibus do Distrito Federal** (vide cláusula 4.07, "b", do contrato citado).



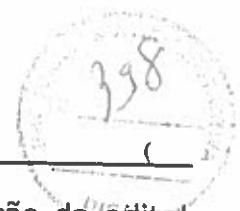
Para implementar as obrigações assumidas pelo Distrito Federal quando da formalização do referido contrato de empréstimo, sobretudo no que se refere à implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF), foram firmadas duas novas avenças com a intervenção do BID, quais sejam: o **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST (Anexo 3)** e o **Convênio de Cooperação Técnica (Anexo 4)**.

O **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST** foi celebrado em 4 de dezembro de 2008 entre o Distrito Federal (Secretaria de Estado de Transportes) e a empresa Logos Engenharia S.A. (posteriormente sucedida pela empresa Arcadis Logos S.A.), cujo objeto era a prestação de **serviço de apoio ao gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal**. Tal contrato foi celebrado em total observância às regras impostas pelo BID no Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR.

A seu turno, o **Convênio de Cooperação Técnica** foi celebrado em 10 de março de 2009 entre o BID e o Distrito Federal e o seu objeto consistia no fornecimento, pelo BID, de **apoio à implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF) de forma gratuita**.

Como corolário do **Convênio de Cooperação Técnica** e cumprindo o seu compromisso de apoiar a implementação do PTU/DF, em 1º de junho de 2010, o BID e o Consórcio Logit Engenharia Consultiva Ltda. e Logitrans Logística Engenharia e Transportes Ltda. (Consórcio Logit/Logitrans) celebraram o **Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR (Anexo 5)**. O **objeto** deste contrato era a elaboração de estudos e pesquisas tendentes a **proceder à modelagem do edital** que deveria deflagrar o processo licitatório voltado à contratação de concessionários do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal.

É a partir deste Contrato que o advogado Sacha Reck inicia o seu vínculo com o Distrito Federal, pois o Consórcio Logit/Logitrans apresenta, dentre os seus consultores, a pessoa do Sacha Reck (**Anexo 6 – proposta financeira**) como consultor jurídico. Destaque-se que o objetivo



principal da contratação do Consórcio Logit/Logitrans era a confecção do edital da licitação.

O citado contrato sofreu alteração do seu plano de trabalho em outubro de 2011 (**Anexo 7**) para estender o prestação de serviço do Consórcio até 29 de junho de 2012.

Ultrapassada essa data, o Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR foi extinto.

Ocorre que, em pese tenha havido a extinção do referido Contrato de Serviços de Consultoria, a Secretaria de Transportes ainda necessitava de assessoramento técnico, uma vez que, na data da extinção do referido contrato, a licitação ainda não havia encerrado e a Comissão de Licitante ainda necessitava de informações técnicas para o desenvolvimento regular do certame.

Em razão disso, a empresa **Arcadis Logos S/A** que, lembre-se, possuía vínculo jurídico com o Distrito Federal por meio do **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST**, passou a contratar subconsultores (nomenclatura utilizada pelo BID para designar a subcontratação de consultores) para o assessoramento daquela Secretaria ao longo do processo licitatório. Tal contratação é e era regularmente permitida por meio da cláusula 3.7, "b", *in verbis*:

"3.7 A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:

[...]

(b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços: se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um

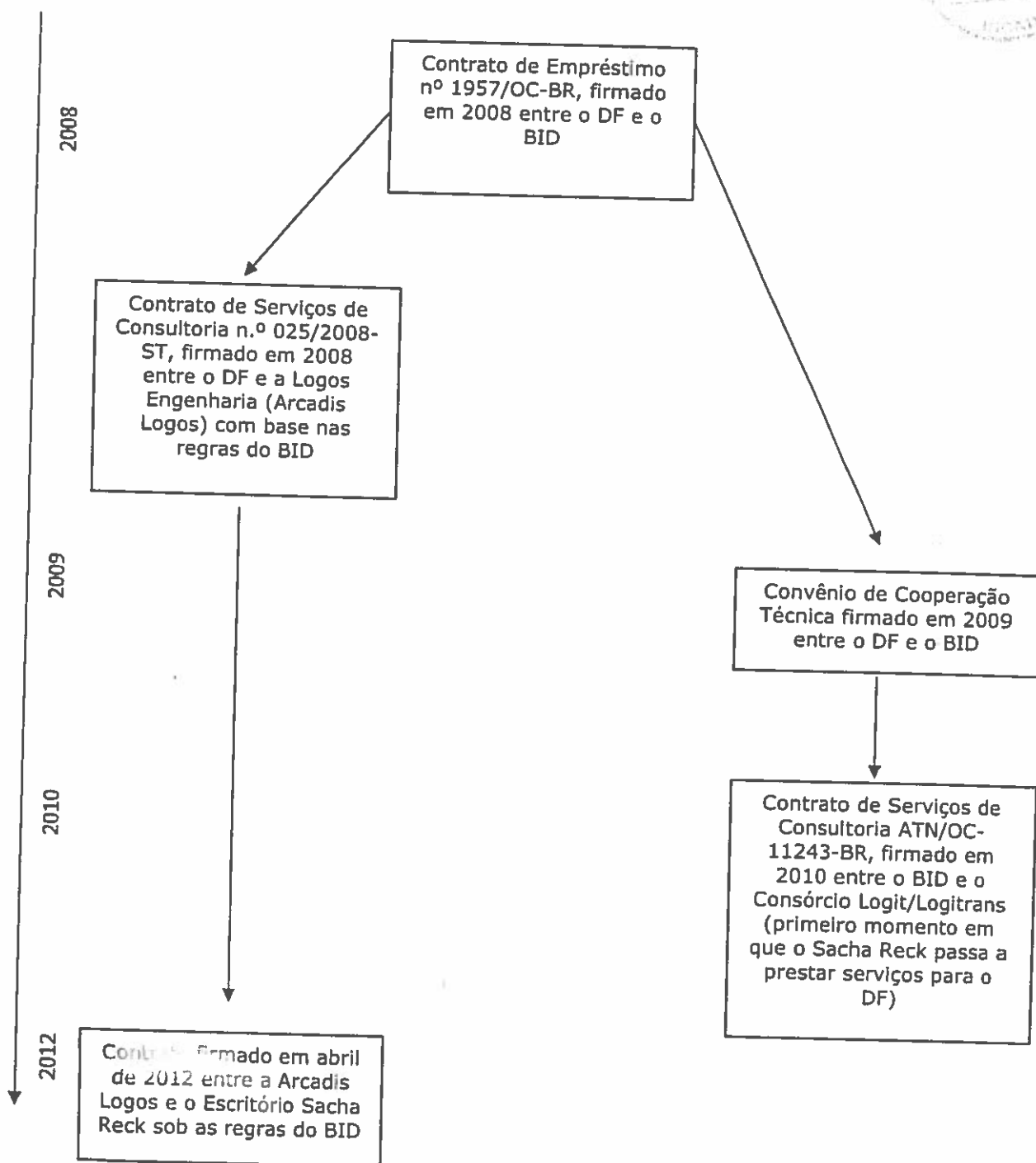


substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retome a prestação dos Serviços."

Dentre os subconsultores contratados, a **Arcadis Logos S/A** contratou o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, do qual este último é sócio, para a prestação do serviço de assessoramento técnico-jurídico à Comissão de Licitação, tal como faz prova o contrato entre a Arcadis Logos S/A e o citado escritório em anexo (**Anexo 8**). E, com isso, o advogado Sacha Reck passou a atuar também na fase externa da licitação.

Feita tal digressão, é de se constatar que a atuação do advogado Sacha Reck junto à Secretaria de Estado de Transportes, sobretudo perante a Comissão Especial de Licitação do Edital de Concorrência nº 01/2011-ST, **não possui qualquer mácula**, uma vez que o vínculo formado com o Distrito Federal se deu sempre sob a intervenção do BID e de forma absolutamente regular.

A representação gráfica abaixo ajudará a esclarecer a sequência de fatos narrados acima:



5.4 Argumenta a empresa autora que houve solicitação de documentos para a Viação Piracicabana após a abertura dos envelopes.

A fim de elucidar esta questão, cumpre trazer a



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

transcrição do teor da solicitação feita à Viação Piracicabana Ltda., mediante o Ofício n.º 20/2013 – CEL n.º 01/2011 – ST:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011 – ST



Ofício n.º 20/2013-CEL N.º 01/2011-ST

Brasília – DF, 08 de março de 2013

Senhor Representante,

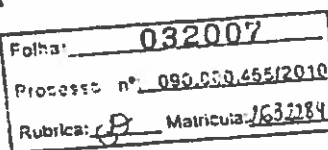
Com a finalidade de uma análise mais apurada de documentação dessa empresa solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a essa documentação autenticada relativa ao período 01/01/2009 dos itens abaixo:

Balanco Patrimonial
Demonstração de Resultado do Exercício
Termo de Abertura Digital do Livro Diário Geral
Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral
Dados Relativos a Assinaturas Eletrônicas
Recibo de Entrega do Livro Digital
Termo de Autenticação dos Responsáveis pela Escrituração



Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação
Presidente



À VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.
Estrada Antônio Abdella 235
Jardim Califórnia
Piracicaba – SP
Cep 13424-700

Atz. Sr. José Efraim Neves da Silva
Administrador / Procurador

Recebido

8/03/2013

Da análise do Ofício n.º 20/2013 – CEL n.º 01/2011 – ST emitido pelo Presidente da Comissão observa-se que foi solicitada a apresentação de documentação relativa ao exercício de 01/01/2009, “com a finalidade de uma análise mais apurada da documentação desta empresa”.

Facilmente se percebe que não foi requisitada a apresentação de documentação exigida pelo Edital da Concorrência Pública n.º 1/2011, a qual ensejava na habilitação ou inabilitação dos licitantes, vejamos a previsão editalícia:



"21.5.1 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira será constituída por:

21.5.1.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da LICITANTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data estabelecida para a entrega da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;

21.5.1.1.1 - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício deverão ser apresentados mediante cópia extraída do Livro Diário, acompanhados dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial competente, ou mediante cópia das Demonstrações devidamente arquivadas na Junta Comercial competente, salvo na hipótese do item seguinte;

21.5.1.1.2 - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, no caso de pessoas jurídicas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados por meio de cópia impressa e física das demonstrações digitais, acompanhadas do recibo de entrega do livro digital perante a Receita Federal.

21.5.1.1.3 - Quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto, a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social deverá ser acompanhada das publicações exigidas por Lei.[...]"

Como se vê, o instrumento convocatório exigia dos licitantes a apresentação de Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei. À época da abertura da licitação, em 4 de fevereiro de 2013, as demonstrações contábeis e balanço



patrimonial exigíveis era o do ano de 2011, e não de 2009.³

Portanto, eventual apresentação de documentação relativa ao ano de 2009 pela Viação Piracicabana não representaria qualquer modificação na documentação de habilitação originalmente apresentada pela licitante, tampouco significava que tal documentação pudesse reverter à inabilitação da Viação Piracicabana.

Tal diligência foi realizada pelo Presidente da Comissão de Licitação visando esclarecer a documentação do processo nos termos do que disciplina o §3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93 e o item 20.12 do Edital, senão vejamos:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

"20.12 - PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS

³ O balanço patrimonial é fechado ao término de cada exercício social em consonância ao artigo 1065 do Código Civil. O Código Civil (Lei Federal n.º 10406/2002) estabelece que o balanço deverá ser apresentado até o quarto mês seguinte ao término do exercício social, a saber: Dispõe o artigo 1.078 do Código Civil:

"Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico."

Em contrapartida, em 2007 foi criado o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital e a ECD – a Escrituração Contábil Digital em que todas as empresas sujeitas à tributação do Imposto de renda com base no Lucro Real são obrigadas a adotá-las, nos termos da Instrução Normativa RFB n.º 787/2007. O artigo 5º da referida Instrução Normativa disciplinou sobre o prazo limite para apresentação do ECD junto a Sped:

"Art. 5º A ECD será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração."

Isto é, a Instrução Normativa estabeleceu que as empresas enquadradas no regime de Lucro Real terão até o final de junho do ano subsequente para apresentação do balanço.

Portanto, no caso o Balanço Patrimonial exigível pelo Edital de acordo com as disposições legais, corresponderia ao ano de 2011, já que a licitação ocorreu em 04/02/2013.



104
c

20.12.1 - É facultada, à COMISSÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA."

Sobre o tema de diligências realizadas pela comissão durante o procedimento licitatório Marçal Justen Filho⁴ explica:

"A lei determina a vedação à apresentação de documentos que deveriam ter constado dos envelopes. Isso não equivale, no entanto, a proibir a juntada de qualquer documento. Se o particular apresentou um documento e se reputa existir dúvida quanto a seu conteúdo, é possível que a diligência se traduza numa convocação ao particular para explicar e, se for o caso, comprovar documentalmente o conteúdo da documentação anterior. Um exemplo que permite melhor compreender o raciocínio. Suponha-se que o particular apresentou um certo atestado para comprovar o preenchimento de experiência anterior. Há dúvidas, no entanto, sobre a compatibilidade da contratação referida no atestado e o objeto licitado. Será obrigatório que a comissão convoque o interessado a esclarecer a natureza de sua experiência anterior. Para tanto, será muito mais relevante a exibição de documentação do que as meras palavras do licitante. Logo, será facultado ao interessado apresentar a documentação atinente à contratação de que resultou o atestado".

Ivo Ferreira de Oliveira por sua vez ensina⁵ que "desde que não vulnerem ou atinjam a proposta propriamente dita, nada impede que, mediante diligências, aclarem-se obscuridades, integrem-se lacunas, corrijam-se pequenos erros, relevem-se falhas formais."

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, Dialética, 2008, p. 556.

⁵ OLIVEIRA, Ivo Ferreira de. *Diligências nas licitações públicas*. Paraná: JM, 2001, p. 146.



405

Também nessa linha de raciocínio, Nyura Disconzi da Silva afirma, em seu artigo "A promoção de diligências e os limites legais"⁶, que "O que não pode ocorrer é a inovação no plano material, que se configuraria com a apresentação posterior de documento ou informação que já deveria ter sido entregue em momento anterior (...)."

Sobre o assunto "promoção de diligências" previsto no art. 43, § 3º, da mencionada Lei, ensina a referida autora sobre os limites de atuação do Administrador na promoção de diligências:

"(...) a promoção de diligências pode ser realizada a qualquer momento, em qualquer fase do procedimento licitatório, portanto, sempre que se deparar com situações que exija esclarecimento, deverá a Comissão, ou outra autoridade, elucidá-la, promovendo, para tanto, as diligências que se fizerem necessárias.

Notadamente a promoção de diligência concentra-se em momentos que antecedem atos de cunho decisório. É comum, dessa forma, por ocasião da análise dos documentos relativos à habilitação e do julgamento das propostas. Isso não afasta, no entanto, a possibilidade de ser realizada em outros momentos, ou melhor, a qualquer tempo, no curso do procedimento licitatório."

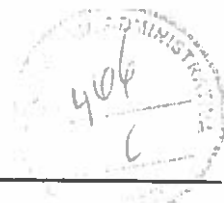
Continua:

"(...) a diligência deve ser promovida para esclarecer pontos obscuros ou controversos, sendo admitida ainda para complementar a instrução do processo."

"(...) não se permite, no entanto, que documentos e informações que deveriam ser apresentados ou prestados inicialmente, venham a ser incluídos, o que caracterizaria flagrante desrespeito ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

É permitido ainda através de diligência, complementar a

6 Informativo de Licitações de Contratos n.º 72. Fevereiro/2000. p. 119.



instrução do processo. Isso significa que documentação ou informação complementar, que tenha por finalidade confirmar ou esclarecer determinado dado constante em outro documento apresentado oportunamente, poderá ser aceita e então incluída no processo. Por exemplo: apresentando o licitante um determinado documento e existindo dúvida quanto ao seu conteúdo, poderá ser apresentado documento complementar visando ao esclarecimento do conteúdo daquele."

Deste modo, é lícito à Comissão de Licitação promover diligências com vistas a esclarecer obscuridades referentes a documentos entregues durante o certame, desde que os documentos efetivamente exigidos pelo Edital tenham sido tempestivamente apresentados, como é o caso.

Como o Edital de licitação exigia, para habilitação dos licitantes, a documentação contábil do ano de 2011, o documento mencionado pelo Representante, porque datado de 2009, não possui qualquer relevância para habilitação da licitante.

Diante disso, descabido o argumento trazido pelo Representante, na medida em que a documentação solicitada pelo Presidente da Comissão de Licitação em 08/03/2013, referente ao período de 2009, não era exigida pelo Edital e sequer poderia ser utilizada pela Comissão para fins de habilitação da empresa, podendo ser utilizada apenas para esclarecer ou complementar algum documento que já havia sido apresentado pela licitante.

5.5 Expõe, a autora, que houve violação do item 16.1.5 do Edital ao habilitar e declarar vencedoras 2 (duas) empresas do Grupo Constantino, Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda.

Insta salientar que para os fins do Edital de Concorrência Pública n.º 001/2011 - ST, haveria grupo econômico se os licitantes tivessem, na data de abertura das propostas, *"controle societário e/ou administradores comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante*



de outro consórcio que concorra em quaisquer dos lotes dessa licitação". É o que dispõem os itens editalícios 4.3, 16.1.2, alínea "g" e 16.1.7, abaixo transcritos:

"4 - OBJETO DA CONCORRÊNCIA

(...)

4.3 - A licitação será processada por meio de 5 (cinco) lotes. As LICITANTES poderão apresentar proposta para quantos lotes lhes interessar, estando a adjudicação limitada a apenas um lote por LICITANTE, conforme a ordem de julgamento definida no presente Edital."

16 - PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

16.1 - REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

(...)

16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

(...)

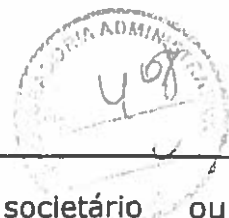
g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;

(...)

16.1.7 - As LICITANTES poderão apresentar proposta para todos e quaisquer lotes que lhes interessarem, estando, no entanto, a adjudicação limitada a apenas um lote, conforme a ordem de julgamento definida no presente EDITAL."

Pela análise dos contratos sociais da contratada Viação Pioneira e da licitante Viação Piracicabana, não se verifica que tais empresas possuam controle societário ou administradores comuns.

As citadas empresas são integradas por sócios e



administradores distintos, ou seja, inexistente controle societário ou administradores comuns.

O fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma terceira empresa, totalmente independente, que não participou da licitação, não as torna grupo econômico, notadamente para os fins do Edital de Licitação sob análise, segundo o qual a interdependência entre proponentes vedada na licitação decorreria da existência de controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes, o que não é o caso.

Esclareça-se, ainda, que a Comissão Especial de Licitação não pode exigir dos concorrentes nada além das condicionantes previstas no Edital (inexistência de controle societário ou administradores comuns) a título de habilitação e legitimação de suas propostas. Isto é fixado pela Lei Federal n.º 8.666/93, que, em seu art. 3º, caput, regulamenta os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo do certame. Vejamos:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Marçal JUSTEN FILHO, ao comentar o princípio do julgamento objetivo, disserta que:

"Em termos amplos, a objetividade significa imparcialidade mais finalidade. O julgamento objetivo exclui a parcialidade (tomada de posição segundo o ponto de vista de uma parte). Mas isso é insuficiente. Além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz dos valores protegidos pelo Direito. A tutela dos interesses supraindividuais não autoriza,



409

contudo, ignorarem-se as disposições norteadoras do ato convocatório e da Lei. Não se admite que, a pretexto de selecionar a melhor proposta, sejam amesquinhasdas as garantias e os interesses dos licitantes e ignorado o disposto no ato convocatório.

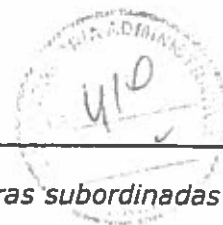
Todos os critérios norteadores da atividade decisória devem estar previamente indicados no ato convocatório, assujeitados a controle e fiscalização. A adoção de outros critérios caracteriza sigilo ou segredo incompatível com o rigor exigido pela Lei.⁷

Por fim, neste sentido, relevante citar que o Supremo Tribunal Federal, em aresto de RMS-AgR n.º 24.555/DF, de relatoria do Ministro Eros Grau (DJ de 31.03.2006), asseverou que *"a Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art. 37, XXI, da CF/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n.º 8.666/93), sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto."*

Relevante citar que o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que a existência de grupo econômico sequer se verifica unicamente em parcas coincidências de quadro societários (muito menos quando se tratam de pessoas físicas sócias de outras pessoas jurídicas, que por sua vez são sócias de uma terceira empresa), devendo haver efetiva preponderância de uma empresa sobre outra:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE BEM NÃO PERTENCENTE À EMPRESA EXECUTADA. GRUPO ECONÔMICO NÃO-CARACTERIZADO. DISSENSO JURISPRUDENCIAL. PARADIGMA ORIUNDO DA JUSTIÇA OBREIRA. IMPOSSIBILIDADE. [...]. 3. Irrefutável a exegese conferida pelo TRF/4ª Região à regra do § 2º, art. 2º, da CLT, no sentido de que "o simples controle acionário de várias empresas por uma ou mais pessoas físicas não é suficiente para a caracterização do grupo econômico - que pressupõe a

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2010, p. 611. Grifou-se



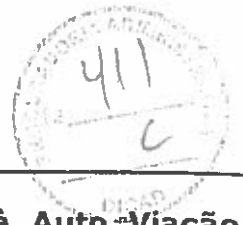
existência de uma empresa principal e outras subordinadas -, para efeito de configurar a solidariedade passiva". A redação do citado dispositivo é clara ao exigir, para a configuração do grupo econômico a existência de uma ou mais empresas que estejam sob a direção, controle ou administração de outra empresa principal. Assim, não tem qualquer relevância jurídica o fato de o responsável pela executada CN EDITORA DE JORNAIS figurar também no quadro societário da recorrida BIMARK GRÁFICA E EDITORA LTDA. [...]"⁸

No mesmo sentido, manifestou-se recentemente o Tribunal de Contas da União, in verbis:

"A participação simultânea de empresas com sócios comuns em licitação não afronta a legislação vigente e somente merece ser considerada irregular quando puder alijar do certame outros potenciais participantes, como nos casos de: a) convite; b) contratação por dispensa de licitação; c) existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo; d) contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra." (TCU. Acórdão 526/2013-Plenário, TC 028.129/2012-1, relator Ministro Marcos Bemquerer Costa, 13.3.2013).

Por fim, cite-se que o entendimento da Comissão de Licitação foi confirmada pelo Poder Judiciário, por ocasião do indeferimento da liminar postulada no mandado de segurança n.º 2013.00.2.008852-7, em que é Impetrante Viplan - Viação Planalto Ltda. (empresa mantenedora do Grupo Econômico do qual pertence a autora), bem como no mandado de segurança n.º 2013.00.2.007425-9, em que é impetrante Consórcio Sogima, ambos em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

⁸ REsp. 824667/PR, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 17/08/2006, DJ 11/09/2006 p. 230.



5.6 Aduz a autora que houve favorecimento à Auto Viação Marechal Ltda. ao aceitar o atestado de capacidade técnica.

Tendo em vista que esta questão foi arguida por algumas proponentes quando da apresentação de recursos em face do julgamento dos documentos de habilitação e que, por isso, já foi superada pela Comissão Especial de Licitação, faz-se imprescindível transcrever as motivações da Comissão acerca da matéria, as quais foram lançadas no Relatório de Julgamento dos Recursos da Comissão Especial de Licitação.

Acrescenta, ainda, a COOPERBRASIL que o CNPJ constante do atestado técnico não é o mesmo apresentado pela Auto Viação Marechal em seus outros documentos.

Contudo, facilmente se verifica que se trata de mero erro material, na medida em que a diferença do número do CNPJ dos documentos apresentados em relação ao número apontado no atestado, faz-se por apenas um único dígito: o terceiro número do CNPJ apresentado é 4, enquanto, o correto seria o número 5. Fica explícito que foi cometido um erro de digitação pelo órgão emissor do Atestado. Tal fato em nada compromete os dados apresentados.

Até porque, em diligência realizada por esta Comissão de Licitação, o Poder Concedente confirmou a veracidade dos dados constantes no referido atestado.

Ainda, aduz a COOPERBRASIL que o atestado de capacidade técnica apresentado estaria em nome do Consórcio e não da licitante, logo, não serviria de prova de sua capacidade técnica. Diante disso, seria necessária a apresentação do documento de constituição de consórcio, para saber quem seria o consorciado líder, pois seria o responsável solidário em caso de falência, concordata ou recuperação judicial, portanto, seria inevitável a apresentação do seu termo constitutivo e certidões negativas de falência.

As Recorrentes VIPLAN – Viação Planalto e Transportes OK Ltda., no mesmo sentido, argumentam que o referido



412

atestado não seria apto a comprovar a qualificação técnica da licitante.

As insurgências das Recorrentes não merecem guarida, tendo em vista que, diferentemente do alegado, verifica-se que o atestado de qualificação técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. **está expressamente em nome desta empresa** e atende aos quantitativos mínimos e as exigências editalícias, fazendo prova da capacitação técnica da licitante.

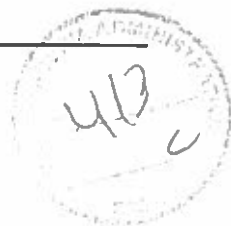
O atestado emitido pela Urbanização de Curitiba S.A.- URBS expressamente indica que os dados são da licitante: "A URBS [...] atesta [...] que a empresa AUTO VIAÇÃO MARECHAL [...]", e não do Consórcio do qual esta faz parte.

O atestado emitido pela URBS informa que de 30.01.1987 a 06.11.2010 a empresa atuou na condição de permissionária, e a partir de 07.11.2010 atua na condição de concessionária integrante do Consórcio Pontual. Pela mera leitura do atestado sob análise, extrai-se que as informações do documento são claras e se referem à empresa licitante e não ao Consórcio, fazendo mera menção de que a empresa integra o Consórcio Pontual.

Corroborando tal entendimento, em diligência realizada por esta Comissão de Licitação, o Poder Concedente, URBS, esclareceu os quantitativos cabíveis ao Consórcio Pontual, confirmando que os dados constantes do atestado referem-se à licitante Auto Viação Marechal Ltda., consoante informação abaixo transcrita, constante do Ofício DTP/035/2013, datado de 25 de março de 2013:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



EMPRESA	FROTA	PARTICIPAÇÃO
Auto Viação Marechal Ltda.	224	37,84%
Transporte Coletivo Glória Ltda.	235	39,70%
Auto Viação Santo Antônio Ltda.	45	7,60%
Orlando Bertoldi & Cia. Ltda.	88	14,86%
Total Consórcio	592	100%

EMPRESA	MÉDIA MÊS PASSAGEIROS	PARTICIPAÇÃO
Auto Viação Marechal Ltda.	2.301.289	31,38%
Transporte Coletivo Glória Ltda.	3.135.668	42,75%
Auto Viação Santo Antônio Ltda.	868.677	11,84%
Orlando Bertoldi & Cia. Ltda.	1.029.106	14,03%
Total Consórcio	7.334.740	100%

Portanto, descabidas as argumentações trazidas pelas Recorrentes de que o atestado não estaria apto a comprovar a capacidade técnica da licitante.

Quanto à necessidade de anexação de termo constitutivo do Consórcio e de certidões negativas de falência e concordata deste, não há sentido em tal pretensão da Recorrente COOPERBRASIL, vez que, além do referido Consórcio não participar deste certame, o atestado combatido foi emitido em nome da empresa licitante, e não do Consórcio. Ademais, **NÃO compete à entidade licitante fazer exigências para fins de habilitação não previstas no rol do art. 27 a 31 da Lei Federal 8.666/93, sob pena de ilegalidade e restrição do caráter competitivo do certame.**

Pelo exposto, nega-se provimento aos recursos da Cooperativa Central do Brasil de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros Ltda. - COOPERBRASIL, VIPLAN - Viação Planalto e a Transportes OK Ltda. no que se refere à inabilitação da Auto Viação Marechal Ltda.

Cumpre acrescentar no tocante ao CNPJ da Auto Viação Marechal que em resultado da Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica em consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal do Brasil, tem se que o CNPJ n.º 78.457.867/0001-04 consta como não válido, ou seja, não é vinculado a nenhum nome empresarial. Já o CNPJ n.º 78.557.867/0001-04 é vinculado a Auto Viação Marechal Ltda.



114
C

5.7 Argumenta a autora que houve favorecimento ao Consórcio HP-ITA, por aceitar o objeto social do contrato da Ita Empresa de Transportes Ltda., que possuía a expressão gerenciamento e operação de transporte de passageiros, contrariando os itens 16.1.1, 21.2.1.1 e 21.2.1.2 do Edital. Complementa que o Consórcio não apresentou certidão de falência, concordata e recuperação judicial.

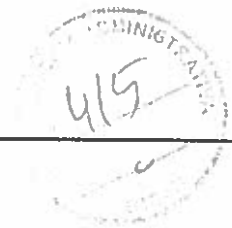
Esses argumentos também foram apresentados por algumas licitantes em recursos contra o julgamento da habilitação das proponentes. Assim, faz-se necessário transcrever as considerações da Comissão de Licitação acerca dessas questões, explicitadas no Relatório de Julgamento, em que resta elucidado que não houve nenhuma irregularidade nas decisões da Secretaria em relação à habilitação do Consórcio HP-ITA:

Alegam as empresas VIPLAN - Viação Planalto Ltda. e Transportes OK Ltda. que não foi juntada certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial pelas consorciadas integrantes do Consórcio HP-ITA, sendo juntado apenas certidões positivas de outras ações cíveis.

Não merecem prosperar as alegações das Recorrentes.

Pela análise da documentação de habilitação do Consórcio HP-ITA, verifica-se que as consorciadas anexaram certidão do Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia, na qual se relata todas as ações existentes em nome de cada empresa e, ao final (HP - fls. 30458 e ITA - 30488), **certifica-se expressamente *inexistir quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de Execução Patrimonial, Falência e Concordata.***

Ademais, às fls. HP- 30483 e ITA 30492, o Cartório Distribuir da Comarca de Goiânia indica **inexistir quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de recuperação judicial.**



ações de recuperação judicial.

Diante disso, as certidões juntadas pelas consorciadas, expedidas por Cartório Distribuidor de sua sede, tratam-se de documentos hábeis a atender a previsão trazida pelo item 21.5.1.2⁹ do Edital, demonstrando inexistir ações de falência e recuperação judicial em curso.

Aduz, ainda, a Recorrente Transportes Ok Ltda. que o Consórcio HP-ITA: "i) deixou de atender aos itens 16.1.1 e 21.2.1.2 do Edital, haja vista a Ita Empresa de Transportes Ltda. não conter em seu objeto a descrição "prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros";

[...]

Com relação aos itens 16.1.1¹⁰ e 21.2.1.2¹¹ o objeto social descrito no Contrato Social da consorciada Ita Empresa de Transportes Ltda. atende integralmente ao previsto no Edital, na medida em que, descreve a seguinte atividade "prestação de serviços de planejamento, desenvolvimento, operação e gerenciamento de frotas e de serviços de transportes de passageiros."

5.8 Argui a autora que a estrutura contida no Edital, dividindo os trechos em lotes (bacias) afronta diretamente a Lei Distrital n.º 1.387/97, haja vista não aplicar as diretrizes estabelecidas pela norma específica para a licitação pública do transporte

⁹ 21.5.1.2 - Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, emitida pelo(s) distribuidores(s) da sede da **LICITANTE**;

21.5.1.2.1 - Não será aceita certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial com prazo de validade vencido ou que, mesmo não tendo prazo de validade, tenha sido expedida há mais de 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de entrega das propostas.

¹⁰ 16.1.1 - Poderão participar da Licitação as pessoas jurídicas ou consórcio de pessoas jurídicas que tenham no seu objeto social previsão de atividade econômica que inclua a operação de serviços de transporte coletivo de passageiros, que comprovem o atendimento das condições e demais exigências deste **EDITAL** e da legislação em vigor.

¹¹ 21.2.1.2 - O objeto social deve incluir a atividade de Transporte Coletivo de Passageiros;



público do DF.

Impende salientar que para instauração do Certame foram promovidos profundos estudos, por meio de consultoria realizada por empresas especializadas em modelagem de sistemas de transporte, tendo sido inclusive realizada Audiência Pública, em 14 de dezembro de 2011, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, com ampla participação dos representantes da sociedade, de diversos órgãos, dos órgãos de controle e demais interessados.

Ademais, o procedimento licitatório passou pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, pelo crivo do Tribunal de Contas do Distrito Federal desde o início de sua formatação.

Nenhuma normativa federal ou mesmo distrital foi desatendida, não merecendo guarida as alegações trazidas pela impetrante.

Vejamos o que dispõe a citada norma legal “supostamente” infringida:

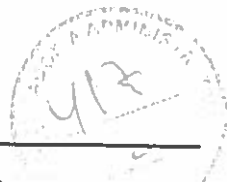
“Lei Distrital n.º 1.387/97

Art. 2º O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal terá em funcionamento, no mínimo, duas empresas para a exploração de cada linha ou trecho.

§ 1º É vedada a exploração da mesma linha ou trecho por empresas vinculadas ao mesmo grupo econômico.

§ 2º Somente em virtude de interesse público devidamente justificado é que poderá deixar de ser observado o disposto no caput.

Da simples leitura desses dispositivos, não se configura qualquer desrespeito aos seus preceitos. O procedimento licitatório em apreço foi dividido em cinco Lotes (Bacias), vedada a adjudicação de mais de um lote a um mesmo licitante ou grupo econômico, exatamente para ampliar a competitividade e visando assegurar a viabilidade técnica e econômica da execução do serviço licitado.



disciplina que: "A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o art. 5º desta Lei."

Salutar transcrever o ato de re-ratificação da justificativa de conveniência de outorga de concessão em epígrafe, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 39, de 24 de fevereiro de 2012, pág. 50.:

"RE-RATIFICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA DE CONVENIÊNCIA DE OUTORGA DE CONCESSÃO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 27.915, de 2 de maio de 2007, a fim de cumprir a determinação contida no artigo 5º da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a sentença prolatada na Ação Civil Pública n.º 2001.01.1.010242-8, em curso no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e consoante as diretrizes do Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal – PDTU/DF, impostas pela Lei Distrital n.º 4.011/2007, RE-RATIFICA o ato de re-ratificação da Justificativa de Conveniência de Outorga, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 108, de 06 de junho de 2011, nos seguintes termos:

A Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal abrirá licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo MENOR TARIFA, com a finalidade de delegar a exploração, mediante concessão, de serviços básicos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, observada a caracterização a seguir:

Justificativa da Conveniência de Outorga: A conveniência de outorga está embasada na necessidade de cumprimento do disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e da imperiosidade necessidade de regularização do regime de delegação, nos termos da Ação Civil Pública supracitada. Nesse contexto, a outorga



regularização do regime de delegação, nos termos da Ação Civil Pública supracitada. Nesse contexto, a outorga fundamenta-se em estudos, discussões, deliberações e participação popular em audiência pública realizada pelo Governo do Distrito Federal, no dia 14 de dezembro de 2011, que tratou do Projeto Básico e das demais questões atinentes à realização de licitação, constantes dos processos administrativos n.º 090.000.455/2010 e n.º 090.001.141/2011.

Área: Distrito Federal

*Objeto: Licitação para outorga de concessão para prestação e exploração do serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, por intermédio de veículos de transporte coletivo de passageiros, **distribuídos em 05 lotes que**, em conjunto, englobam toda a área urbana do Distrito Federal, incluindo as linhas do serviço básico definidas no respectivo Edital de Licitação, bem como aquelas que porventura venham a ser criadas, substituídas, alteradas, incorporadas ou suprimidas, durante a concessão.*

Vigência da Concessão: 10 (dez) anos, permitida a prorrogação por uma única vez e por igual período, nos termos da legislação de regência e do respectivo ato convocatório do certame.

JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO"

Sobre o tema Marçal Justen Filho explica:

"Os motivos técnicos caracterizar-se-ão quando for materialmente impossível o desenvolvimento de uma mesma atividade por dois sujeitos autônomos e distintos entre si [...]"

Os motivos econômicos pressupõe viabilidade técnica de



419

sujeitos diversos desempenhando simultaneamente a mesma atividade. O problema, porém, reside na impossibilidade de obtenção de resultados econômicos para manter o desempenho da atividade, especialmente quando for estabelecidos determinados parâmetros mínimos de qualidade. Com a pluralidade de sujeitos desempenhando atividades similares, os resultados econômicos obtidos por cada um serão menores. Isso acarretará margens de lucro mais reduzidas e períodos mais longos para retorno de investimentos. Eventualmente, será impossível obter lucro para os investimentos."

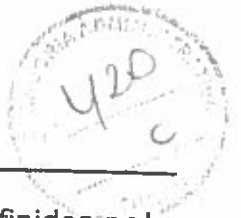
Volvendo ao art. 2º da Lei Distrital 1.387/97 este comporta exceção em seu § 2º que remete a sua inaplicabilidade de acordo com o interesse público, o que no caso ocorreu ante os estudos técnicos levados a efeito para confecção da Licitação em epígrafe.

Ademais, o art. 8º da Lei n.º 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, estabelece, expressamente, que os serviços de transporte público coletivo poderão ser delegados por área, frota ou linha, vejamos:

Art. 8º Os serviços de transporte público coletivo poderão ser delegados por **área**, frota ou linha. (grifos nosso)

Dessa forma, resta aclarado que a Concorrência n.º 1/2011-ST respeitou e cumpriu todos os ditames legais, estando sua formatação por bacias/área amparada na legislação de regência, consoante alhures ventilado.

Não será proporcionado ao usuário um serviço de menor qualidade, sob o argumento de suposta ausência de concorrência, na medida em que as licitantes vencedoras deverão observar as regras de qualidade



exigidas pelo Edital de Licitação, respeitando horários e itinerários definidos pelo Poder Concedente. Além disso, existe um Sistema de Controle da Qualidade do Serviço Básico Rodoviário do STPC/DF, regulamentado no Edital de Licitação.

6. DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DA LIMINAR

Diante das razões expostas, é flagrante a não caracterização dos requisitos para concessão da tutela antecipada pleiteada na inicial, conforme se demonstrará.

A verossimilhança das alegações – resta, *prima facie*, não demonstrada, tendo em vista as razões fáticas, jurídicas e doutrinárias já expendidas, que cabalmente demonstram a inexistência das ilegalidades apontadas pela Autora.

Com efeito, a licitação que se pretende suspender já se encontra devidamente encerrada, tendo sido firmados contratos de concessão, já em execução por terceiras empresas.

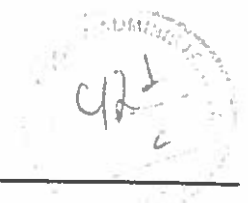
Ademais, não restou provada, na exordial, qualquer ilegalidade no procedimento licitatório. Além do que todas as alegações apresentadas pela parte autora foram, uma a uma, rebatidas e provadas na presente contestação.

Inexistente, pois, a plausibilidade do direito invocado.

O *periculum in mora* também não socorre a Autora.

A liminar postulada neste feito, sim, acaso deferida, acarretaria em **prejuízo reverso ao interesse público**, pois obrigaria a população do Distrito Federal a permanecer na caótica prestação atual do serviço, com ônibus sucateados, até o julgamento do mérito da demanda, perpetuando o atual monopólio do Sistema por mais um longo tempo.

Saliente-se que algumas das concessionárias já



começaram a prestar serviços, usando veículos adquiridos em 2013, havendo outras prestes a iniciar suas operações, e o absurdo pedido liminar da Autora, à toda aparência, resultaria na suspensão da atividade destas operadoras selecionadas em procedimento que assegura sua eficiência e plena regularidade jurídica para que fosse retomado o sistema anterior atendido por empresas e pessoas físicas em péssimas condições a partir de contratos precários celebrados sem licitação.

Portanto, deve ser inferido o pleito liminar formulado pela Autora, pois somente assim será assegurado à população do Distrito Federal a prestação de um serviço público de qualidade, com veículos novos, em situação inversa a até então vivenciada.

Ressalte-se, ainda, que a licitação foi conduzida estritamente dentro da legalidade.

7. DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Ante o exposto, requer o Distrito Federal:

- a) Que este Eminentíssimo Juízo decline da competência em favor do Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal por se encontrar, aquele Juízo, pretexto para processar e julgar o presente feito;
- b) Que seja indeferida a liminar vindicada, uma vez que não restaram presentes os seus requisitos autorizadores, sobretudo a plausibilidade do direito invocado;
- c) Que, havendo ou não a modificação da competência, seja acolhida a preliminar suscitada e, em consequência disso, o processo seja extinto sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC;



422

d) Caso não seja este o entendimento deste Eminentíssimo Juízo, o que se admite somente para argumentar, que sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial, uma vez que todos os procedimentos adotados na Concorrência n.º 1/2011 – ST respeitaram os princípios norteadores da Administração Pública, em especial os estatuídos no art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, não possuindo, por conseguinte, sustentação as questões arguidas pela parte autora.

Requer provar o alegado exclusivamente por meio das provas documentais a esta anexadas.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 10 de setembro de 2013.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

25/9/14

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDE

TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: 2014.01.019847521 Data e Hora: 23/09/2014 15:59

Recebido em: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

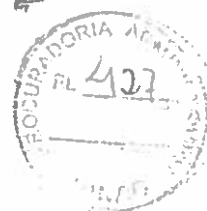
Processo: 2013.01.1.132169-8



PROCESSO: 2013.01.1.132169-8

AUTOR: SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA.

RÉU: DISTRITO FEDERAL



O DISTRITO FEDERAL, ente público já devidamente qualificado nos autos da Ação em epígrafe, vem, com o devido respeito, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex lege*, informar que não pretende produzir outras provas, no tempo em que requer o julgamento antecipado da lide, uma vez que entende que as alegações das partes já se encontram devidamente provadas por meio da documentação anexada aos autos.

Termos em que pedem deferimento.

Brasília/DF, 22 de setembro de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190

428

Circunscrição : 1 - BRASILIA
Processo : 2013.01.1.132169-8
Vara : 111 - PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Primeira Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal
Processo: 2013.01.1.132169-8
Requerente: SANTOS E PRADELA NEGOCIOS E TRANSPORTES LTDA
Requerido: DISTRITO FEDERAL e outros

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de ação anulatória de processo licitatório ajuizada por VIAÇÃO CIDADE DE BRASÍLIA LTDA em face do Distrito Federal, Viação Piracicabana LTDA, Viação Pioneira LTDA, Auto Viação Marechal LTDA, Consórcio HP-ITA e Expresso São José, pela qual a requerente pretende a concessão de tutela antecipada para suspender a licitação na modalidade de concorrência pública nº 01/2011, para a Concessão do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, suspendendo-se todos os atos de concorrência, contratação e execução dos contratos. Ao final, pugna pela confirmação da tutela antecipada, anulando-se a concorrência pública nº 01/2011.

Aduz a autora ser uma das concorrentes no certame, mas acabou sendo inabilitada passando apenas a acompanhar a licitação e seu desfecho, ocasião em que constatou a existência de uma verdadeira fraude para beneficiar determinados prestadores de serviços já previamente escolhidos.

Tece diversas considerações a respeito das apontadas ilegalidades, entre as quais a contratação do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, sem licitação, que teria patrocinado os interesses de algumas sociedades vencedoras do certame e ao mesmo tempo atuado no procedimento licitatório assessorando a ré.

Menciona ainda a existência de um grupo econômico "Grupo Constantino" que venceu dois lotes com as empresas Viação Piracicabana e Viação Pioneira Ltda., o que seria vedado pelo edital.

Segundo relatado, algumas concorrentes foram beneficiadas na licitação, em detrimento de outras, diante de grave erro na proposta apresentada.

Segue a inicial tecendo diversas considerações a respeito de outras irregularidades apontadas.

Com a inicial juntou os documentos de fls. 36/326.

O Distrito Federal apresentou contestação às fls. 356/394, refutando os argumentos trazidos pela requerente e pleiteando a improcedência dos pedidos autorais. Juntou os documentos de fls. 395/866.

A empresa Expresso São José contestou o feito às fls. 874/887, com a juntada de documentos de fls. 888/1074.

As fls. 1076/1086 o MM Juiz que me antecedeu no feito, salientou seu ponto de vista, porém indeferiu o pedido liminar em respeito a decisão do TJDFT, proferida em processo de suspensão de segurança, SSG 2013.00.2.023928-3.

Irresignada a autora recorreu da decisão que negou a liminar, tendo o TJDFT negado o efeito suspensivo ao recurso de Agravo de Instrumento e mantido a decisão quando do julgamento colegiado, conforme consta no site do TJDFT, link:

<http://juris.tjdft.jus.br/docjur/782783/782461.Doc>.

As empresas Viação Pioneira LTDA, Viação Piracicabana LTDA, Consórcio HP-ITA e Auto Viação Marechal LTDA contestaram o feito às fls. 1106/1119, 1168/1185, 1764/1774 e 1781/1788 respectivamente e promoveram a juntada de documentos às fls. 1120/1127, 1186/1763, 1775/1780 e 1792/1848, na ordem elencada acima.

Em réplica de fls. 1882/1894 a autora requereu a procedência da ação.

A parte ré VIAÇÃO PIONEIRA LTDA requereu a produção de prova testemunhal o que foi indeferido às fl. 1963.

As outras partes não manifestaram interesse na produção de prova.

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o breve relatório. DECIDO.

Compulsando os autos com acuidade, verifico a flagrante ilegitimidade ativa da requerente para postular a suspensão e conseqüente anulação da licitação em tela, além do questionável interesse de agir no feito.

Sendo a legitimidade de partes uma das condições da ação, é obrigação do órgão jurisdicional, em primeiro lugar, verificar a presença da mesma a efeito de permitir o prosseguimento do feito, evitando uma desnecessária movimentação da máquina judiciária.

Frise-se que a legitimidade de partes é matéria de ordem pública, devendo o sentenciante manifestar-se de ofício.

A autora deste feito é pessoa jurídica de direito privado que acabara sendo inabilitada no curso da licitação questionada.

Quando da inabilitação manejou a ação judicial sob o nº 2012.01.1.199538-0, que tramitou perante a 5ª Vara de Fazenda Pública, estando a ação em trâmite, conforme andamento processual consultado pelo site do Tribunal.

Assim a autora não prosseguiu na licitação, passando apenas a fiscalizar o andamento da licitação, vindo a constatar as relatadas irregularidades e acionar o Poder Judiciário por meio desta ação.

Ocorre que a autora pretende tutelar interesse público, e não interesse particular próprio, uma vez que já inabilitada no certame.

Eventual anulação da licitação, com sua reabertura, não acarretará à autora um benefício direto, mas, quando muito, indireto e eventual, fato que não justifica sua legitimidade para a pretensão deduzida.

Benefício direto teria

em obtido a autora caso provida sua pretensão de afastar sua inabilitação no feito nº 2012.01.1.199538-0, com seu prosseguimento no certame, o que, repita-se, não se está a discutir ou tutelar neste feito.

A tutela do interesse público não é deferida de forma indiscriminada a qualquer pessoa. O cidadão, evidentemente uma pessoa física, pode se valer da ação popular para tutelar o interesse público, preenchidos os requisitos legais, assim como o podem determinadas pessoas ou instituições previamente autorizadas pela Constituição ou pela Lei.

O que não pode ser tolerado é que tal legitimidade seja exercida de forma indiscriminada por qualquer pessoa de direito público ou privado, sob pena de subversão do próprio sistema.

A autora tem todo o direito de tutelar seus direitos próprios. Para tanto, deve descrever seu efetivo prejuízo com determinada conduta ou decisão, sendo que a pretensão deve guardar nexos com o prejuízo próprio evidenciado na causa de pedir.

Na hipótese vertente estou convencido de que a autora não está a tutelar um interesse próprio, mas, sim, um interesse público relativo à moralidade, impessoalidade e legalidade do procedimento licitatório.

Não há menção na inicial de que eventual conduta do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck tenha lhes causado específico prejuízo particular. Se tal conduta violou a moralidade, impessoalidade e legalidade do certame, não cabe à requerente exercer esta tutela.

Da mesma forma, a eventual formação de grupo econômico não foi a causa direta de sua inabilitação.

Inabilitada no certame, tenho que a única pretensão que lhe cabia na espécie era questionar os critérios que a levou à inabilitação, ou, ainda naquela fase, questionar pelas vias próprias, as habilitações de eventuais concorrentes nos termos da Lei de Licitações.

Superado o momento de invocar direitos próprios, a tutela do interesse público, dali em

diante, somente cabe a quem a Constituição ou a Lei autorizar.

Até mesmo o interesse processual da autora é questionável, uma vez que o interesse de agir é analisado sob o ponto de vista do binômio adequação e necessidade-utilidade. O interesse se consubstancia na necessidade de o autor vir a juízo e na utilidade que o provimento poderá lhe proporcionar do ponto de vista prático. Como já exaustivamente mencionado, o provimento buscado pela autora não é capaz de lhe proporcionar eventual utilidade.

Neste sentido vem sendo o posicionamento do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA DE LICITAÇÃO E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DELE DERIVADOS. CERTAME SELETIVO. MODALIDADE. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. OBJETO. SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO. SOCIEDADE EMPRESARIAL ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INABILITAÇÃO. UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ADEQUADOS PARA DEFESA DOS SEUS INTERESSES PRIVADOS. INSUCESSO. MANEJO DE AÇÃO COM O ESCOPO DE TUTELA DE INTERESSE COLETIVO. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. DESPROVIMENTO DE LEGITIMAÇÃO PARA MANEJO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA OU DA AÇÃO POPULAR. PRETENSÃO ANULATÓRIA VOLVIDA À DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS MAIS O ESCOPO DE TUTELAR DIREITO PARTICULAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. AFIRMAÇÃO. LEI Nº 4.717/65, ART. 1º. LEI Nº 7.347/85, ART. 5º.

1. Consubstancia verdadeiro truísmo que a licitação destina-se a viabilizar a contratação, pela administração, de obra, serviço, aquisição, locação ou alienação de bens mediante o preço mais vantajoso, compreendendo a aferição da vantagem pecuniária a apuração da qualificação técnica da licitante e sua aptidão para a prestação ou fornecimento como forma de ser resguardado o implemento do objeto licitado, resguardados o caráter competitivo e seletivo, a impessoalidade, legalidade e moralidade do procedimento (Lei nº 8.666/93, art. 3º).

2. Conquanto a licitante esteja municiada do direito subjetivo de se valer dos instrumentos processuais apropriados para velar pela legitimidade do certame e defesa dos seus direitos e interesses, notadamente quando reputada inabilitada na fase inicial do procedimento licitatório, refutados as pretensões que formulara almejando tutelar seus direitos particulares, não ostenta legitimidade para, sob a alegação de que a pretensão está volvida à defesa de interesse público, coletivo ou transindividual traduzido na preservação da legalidade da licitação da qual restara excluída, quando, na verdade, destina-se a defender seus interesses particulares, aviar ação almejando a invalidação da licitação e dos contratos administrativos dele germinados sob a premissa de que está volvida a preservar o interesse público, pois não está inscrita entre os legitimados ao manejo da ação civil pública e da ação popular (Lei nº 4.717/65, art. 1º; Lei nº 7.347/85, art. 5º).

3. A tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos pela via coletiva está confiada aos entes e pessoas legalmente enumerados pelo legislador, derivando que, não estando a licitante excluída do certame seletivo inserida no rol taxativo da

Lei da Ação Civil Pública e tampouco pela lei que disciplina a Ação Popular como detentora de aludida legitimidade extraordinária, não ostenta legitimidade para aviar ação volvida à defesa do interesse público, conquanto inexoravelmente travestida dessa moldura como forma de reaviar nova forma de defesa dos seus interesses privados, devendo ser afirmada sua carência de ação, não como expressão de formalismo, mas como forma de preservação do devido processo legal como expressão da forma como o estado de direito prescreve como forma de resolução dos conflitos intersubjetivos surgidos no desenrolar da vida em sociedade.

4. Apelação conhecida e desprovida. Unânime.

(Acórdão n.783320, 20130111341819APC, Relator: TEÓFILO CAETANO, Revisor: SIMONE LUCINDO, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 23/04/2014, Publicado no DJE: 07/05/2014. Pág.: 95).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO BÁSICO RODOVIÁRIO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL - STPC-DF. SUSPENSÃO DOS ATOS DE CONCORRÊNCIA E CONTRATAÇÃO. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO. DECISÃO MANTIDA.

1. A concessão de liminar em mandado de segurança requer o concurso dos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. É procedimento que visa acautelar o direito alegado pelo Impetrante ante a iminência de dano irreversível caso a medida só venha a ser deferida ao final.

2. Não sendo possível vislumbrar e delimitar, num juízo de cognição sumária, em que consiste o direito de titularidade da Impetrante, o qual se busca resguardar, porquanto sequer foi habilitada no processo de licitação, indefere-se a liminar para suspender a concorrência pública, mormente quando o exame da irregularidade apontada, requer incursão no mérito.

3. Agravo Regimental improvido. Decisão que indeferiu a liminar mantida."

(Acórdão n.692672, 20130020088287MSG, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, Conselho Especial, Data de Julgamento: 09/07/2013, Publicado no DJE: 15/07/2013. Pág.: 57).

DISPOSITIVO

Diante do exposto, ausentes as condições da ação relativas a legitimidade de parte e interesse processual, JULGO EXTINTO a presente demanda sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC.

Custas e honorários advocatícios pela sucumbente, os últimos arbitrados na quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada requerido, levando-se em conta as determinações dos §§ 3º e 4º do art. 20/CPC, sobretudo a rápida solução da lide (pouco mais de um ano), associada à complexidade documental juntada pela Requerente.

Transitada em julgado, e nada requerido, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registrada nesta data. Intimem-se.

Brasília, 7 de janeiro de 2015.

LIZANDRO GARCIA GOMES FILHO

Juiz de Direito